



**Guido Fabiano Pinheiro Queiroz**

**Os Espelhos de Barradas de Carvalho**  
Crônica Política e Historiografia de um exilado

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, do Departamento de História da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Antonio Edmilson Martins Rodrigues  
Co-Orientador: Prof. Francisco José Calazans Falcon

Rio de Janeiro  
Agosto de 2008

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



**Guido Fabiano Pinheiro Queiroz**

**Os Espelhos de Barradas de Carvalho**  
Crônica Política e Historiografia de um exilado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio.

Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Prof<sup>o</sup>. Antonio Edmilson Martins Rodrigues**

Orientador  
Departamento de História  
PUC-Rio

**Prof<sup>o</sup> Francisco José Calazans Falcon**

Co-Orientador  
Universidade Salgado de Oliveira  
UNIVERSO

**Prof<sup>o</sup> Fernando Antonio Novais**

Departamento de História  
Professor Emérito  
USP

**Prof<sup>a</sup> Lucia Maria Paschoal Guimarães**

Departamento de História  
UERJ

**Prof<sup>o</sup> Nizar Messari**

Vice-Decano de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais  
PUC-Rio

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2008.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, do autor e do orientador.

### **Guido Fabiano Pinheiro Queiroz**

Graduou-se em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 2005. Atua como professor de ensino fundamental e médio nas redes pública e particular do Estado do Rio de Janeiro.

#### Ficha Catalográfica

Queiroz, Guido Fabiano Pinheiro

Os espelhos de Barradas de Carvalho : crônica política e historiografia de um exilado / Guido Fabiano Pinheiro Queiroz ; orientador: Antonio Edmilson Martins Rodrigues; co-orientador: Francisco José Calazans Falcon. – 2008.

141 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em História)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. História social da cultura. 3. História. 4. Exílio. 5. Salazarismo. Descobrimientos. 6. Saudade. 7. Portugal. I. Rodrigues, Antonio Edmilson Martins. II. Falcon, Francisco Jose Calazans. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

CDD: 900

A dedicatória deste trabalho pode parecer óbvia demais, mas na minha opinião não poderia ser outra:

A Joaquim Barradas de Carvalho, o homem do qual me tornei amigo ainda que sem conhecê-lo

Espero que esteja certo Eduardo Lourenço quando diz que “Ninguém morre no país da Saudade”

## AGRADECIMENTOS

“Com tanto por escrever sobre o Brasil, pra que inventar de estudar a história alheia? Que curiosidades, que anseios me empurravam para o lado de lá do Atlântico e para tempos tão recuados? Melhor escolher um herói nacional; por que não Tiradentes? Ouro Preto também era linda e ficava mais perto que Lisboa. Mas como esquecer os versos do Camões: *da resolução que tens tomada, não tornes por detrás pois é fraqueza desistir da cousa começada?* Tinham que ser de um português.”

Maria Lúcia Perrone Passos. Brasil e Portugal, uns contos e tal.

Sei que é coisa incomum abrir a seção de Agradecimentos com uma epígrafe. Faço isso acompanhando as reflexões de uma grande amiga que me ensinou a reconhecer um trabalho pelos Agradecimentos. É nessa parte que podemos ver com qual grupo o autor se relacionou mais intimamente no meio acadêmico e quais pessoas colaboraram mais fortemente para a confecção do trabalho. Acreditando que esses “Agradecimentos” podem ser lidos um dia por olhos ávidos para conhecerem este trabalho, achei mais interessante expor aqui, e não na “Apresentação”, os motivos *personais* que me fizeram escolher o tema desta dissertação.

As incertezas a que a autora da epígrafe faz referência tantas vezes foram também compartilhadas por mim. No entanto, aqui está o trabalho. O que permitiu a sua conclusão foi uma enorme simpatia pelo meu objeto de estudo: o personagem fantástico que é Joaquim Barradas de Carvalho. Desde os primeiros textos que li desse autor – com o quais entrei em contato ainda na graduação – me encantei por uma paixão, um comprometimento com causas que iam além da produção acadêmica que eu acreditava enxergar neles.

Mas, mesmo após decidir produzir um trabalho sobre o Barradas como dissertação de mestrado, ainda nutria dúvidas sobre quem seria realmente essa

figura: como era sua personalidade, como era na sua vida pessoal. Enfim, como era o Barradas de carne e osso, pois o de papel e tinta eu já conhecia bem. Tinha medo de que fosse considerado por todos um chato, como acontece a muitos intelectuais. Pensava que um professor vindo de Portugal, com as sérias limitações que seu sotaque devia oferecer, iria gozar de pouca popularidade entre os alunos e colegas de trabalho. Foi com essas dúvidas cruéis, que pesavam na minha cabeça, que perguntei a primeira vez, ao meu orientador, Francisco Falcon, que havia conhecido o Barradas pessoalmente: “como ele era?” Em resposta Falcon abriu um sorriso e disse: “Era um *bon vivant!*” Aquelas palavras me tranqüilizaram de uma maneira que não posso descrever. Enfim, além de todas as perspectivas de análise que Barradas me oferecia como objeto de estudo, ele era também uma pessoa que eu gostaria de conhecer e com a qual eu gostaria de conviver. Desde então, todos que me falaram sobre o Barradas demonstraram sempre a grande admiração que sentiam pela sua pessoa.

Não sei qual é a importância acadêmica da imagem que acabei desenhando para mim mesmo daquele que é o personagem central deste trabalho. Mas sei que essa figura sorridente, carismática, generosa e afável, que se materializou em minha imaginação, foi, muitas vezes, o grande responsável pela conclusão desta obra, que de outra forma terminaria esquecida ou trocada por um projeto com outro tema. Digo isso para que fique claro que este trabalho quebra totalmente o tradicional dogma epistemológico de afastamento entre sujeito e objeto do conhecimento. Após tudo que fiz, Barradas se tornou para mim muito próximo.

Dito isso, partamos enfim para a função tradicional desta seção:

Agradeço ao professor Edmilson por assumir a orientação de um projeto que ninguém no departamento de história da PUC queria.

Ao professor Francisco Falcon, que com seus conselhos, seu apoio e suas críticas contribuiu de forma determinante para a conclusão deste trabalho.

A Edna, da secretaria, sem a qual a minha matrícula na PUC não teria passado do primeiro semestre.

A professora Maria Lúcia Perrone, pelo conselho sincero, e pelo apoio oferecido, sem o qual as entrevistas realizadas como parte da produção deste trabalho não seriam possíveis.

A professora Marlene Suano e a professora Ana Maria Camargo, pela ajuda que me deram na localização de alguns importantes contactos.

A professora Dulce Helena, ao professor Jobson Arruda e ao senhor Alexandre Soares, pelas reproduções de documentos, assim como pelos livros que me ofertaram ou emprestaram – o último me ofereceu também um belíssimo depoimento sobre sua convivência com Barradas cuja gravação, infelizmente, eu perdi por motivos de incompetência técnica de minha exclusiva responsabilidade. A ele devo também um sincero pedido de desculpas que, confesso, não tive coragem de apresentar pessoalmente. Essa é uma das mais tristes lacunas deste trabalho, mas certamente não a única. Portanto esse pedido de desculpas é extensivo a todas as outras pessoas que teriam importantes relatos a fazer e cuja ausência se deve às minhas limitações financeiras e de tempo. Outras entrevistas não puderam ser feitas ou por que não consegui o contacto, ou por conta desses desencontros que a vida nos impõe – é o caso, por exemplo, do professor Carlos Guilherme cuja ausência só não foi tão negativa para este trabalho porque foi compensada pela leitura do brilhante depoimento que publicou na *Estudos Avançados*.

Agradeço a todos que me ofereceram as entrevistas, na realização das quais sempre fui muito bem recebido e tratado com grande cordialidade.

Ao meu grande amigo Àtila que me ajudou com o inglês.

À minha mãe, Maria da Glória, que muito ajudou na datilografia e em outras coisas tão mais importantes na vida. Especialmente por não ter permitido que eu desistisse.

À minha namorada, Michele, que me emprestou o computador e me ofereceu muita paciência e dedicação, assim como a toda minha família, com especial destaque para minhas tias-mães, Nilda e Nilza. Este é o resultado de uma luta que se estendeu para muito além do meio acadêmico.

Não poderia faltar um agradecimento à *caféina*, substância que foi de vital importância em diversas fases de produção deste trabalho, especialmente no seu momento final.

E, por fim e acima de todos, a Deus.

## RESUMO

Queiroz, Guido Fabiano Pinheiro; Rodrigues, Antônio Edmilson Martins & Falcon, Francisco José Calazans. **Os Espelhos De Barradas de Carvalho – Crônica Política e Historiografia de um exilado**. Rio de Janeiro, 2008. 141p. Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Este trabalho investiga a produção historiográfica e os artigos políticos do historiador português Joaquim Barradas de Carvalho no período em que viveu no Brasil na condição de exilado político (entre os anos de 1964 e 1970). O principal objetivo é demonstrar que a produção acadêmica de Barradas é influenciada e influencia sua visão política. O pesquisador e professor da USP é um espelho do membro do Partido Comunista Português e opositor do Salazarismo – espelho que reflete e, ao mesmo tempo, é refletido. Verificou-se que experiência de Barradas enquanto exilado no Brasil tem uma importância fundamental na definição de suas posições acadêmica e política (influindo tanto na imagem que traça do Regime Salazarista como na sua própria auto-imagem enquanto intelectual). Procura-se, também, entender a singular forma como o historiador caracteriza o período dos Descobrimentos – entendido como auge da História Portuguesa, e centro em torno do qual se organizam todos os outros períodos. Com esse objetivo analisam-se as influências teóricas na obra de Barradas, especialmente a do “discurso decadentista” – grupo de autores portugueses que tinham em comum uma denúncia da decadência da sociedade lusitana relacionada a um sentimento de “saudade” do seu passado glorioso. Por fim, constatou-se que essa visão histórica de Barradas determina e é determinada pela sua oposição ao salazarismo (entendido como verdadeira antítese da cultura dos Descobrimentos).

### Palavras-chave

História, exílio, salazarismo, descobrimentos, saudade, Portugal

## ABSTRACT

Queiroz, Guido Fabiano Pinheiro; Rodrigues, Antônio Edmilson Martins & Falcon, Francisco José Calazans. **Barradas de Carvalhos' Mirrors – an exile political chronicles and historiography**. Rio de Janeiro, 2008. 141p. MSc. Dissertation – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This work investigates the historiographic production and the political articles from the Portuguese historian Joaquim Barradas de Carvalho in the period that he lived in Brazil in exile (from 1964 to 1970). The main goal is to show that Barradas' academic production is influenced and it also influences his political point of view. The researcher and USP's professor is a mirror from the member of the Portuguese Communist Party and opponent to "Salazarism" – mirror that reflects and is reflected at the same time. It was noticed that Barradas' experience as an exile in Brazil has a fundamental importance on the definition of his academic and political positions (influencing either on the image that he creates of the Salazarist scheme or on his own auto-image as an intellectual person). It is also sought to understand the singular way the author characterizes the "discoveries period" – seen as the peak of the Portuguese History, and the center in which all the other periods are organized. With this objective, it is verified the theoretical influences on Barradas' work, specially on the "decadentist speech" – group of Portuguese authors that had in common a warning for the decadence of the Portuguese society related to a "saudade" feeling from its glorious past. Finally, it is noticed that this Barradas' historical view determines and is determined by his opposing to salazarism (seen as a truly antithesis from the culture of the discoveries).

### Keywords

History, exile, salazarism, discoveries, saudade, Portugal

## SUMÁRIO

1 Introdução	11
2 As Aventuras de um Navegante em Exílio Perpétuo Uma breve biografia de Joaquim Barradas de Carvalho	20
3 A Jangada Aporta O exílio no Brasil e o projeto de um Portugal flutuante	56
4 O Olho do Furacão A saudade dos Descobrimentos (ou a Descoberta da Saudade)	79
5 Jogo de Espelhos A impiedade salazarista e o exílio no Passado	110
6 Considerações Finais	132
7 Referência Bibliográfica	136

## INTRODUÇÃO

“Mãe amorosa, a Europa afligiu-se com a sorte. das suas terras extremas, a ocidente. Por toda a cordilheira pirenaica estalavam os granitos, multiplicavam-se as fendas, outras estradas apareceram cortadas, outros rios, regatos e torrentes mergulharam a fundo, para o invisível. Sobre os cumes cobertos de neve, vistos do ar, abria-se. uma linha negra e rápida, como um rastilho de pólvora, para onde a neve escorregava, e desaparecia, com um rumor branco de pequena avalanche.

[...]

É que, concluamos o que suspenso ficou, por um grande esforço de transformar pela palavra o que talvez só pela palavra possa vir a ser transformado, chegou o momento de dizer, agora chegou, que a Península Ibérica se afastou de repente, toda por inteiro e por igual, dez súbitos metros, quem me acreditará, abriram-se os Pirenéus de cima a baixo como se um machado invisível tivesse descido das alturas, introduzindo-se nas fendas profundas, rachando pedra e terra até o mar.

[...]

Então, a Península Ibérica moveu-se um pouco mais, um metro, dois metros, a experimentar as forças. As cordas que serviam de testemunhos, lançadas de bordo a bordo, tal qual os bombeiros fazem nas paredes que apresentam rachas e ameaçam desabar, rebentaram como simples cordéis, algumas mais sólidas arrancaram pela raiz as árvores e os postes a que estavam atadas. Houve depois uma pausa, sentiu-se passar nos ares um grande sopro, como a primeira respiração profunda de quem acorda, e a massa de pedra e terra, coberta de cidades, aldeias, rios, bosques, fábricas, matos bravios, campos cultivados, com a sua gente e os seus animais, começou a mover-se, barca que se afasta do porto e aponta ao mar outra vez desconhecido.”

\_ José Saramago. *A Jangada de Pedra*.

Desculpe, leitor, pela longa epígrafe que inicia este trabalho. O objetivo dela é apresentar-lhe uma das mais recentes revisitações do tema dos “Descobrimientos” – este que é um dos mais fortes elementos formadores da moderna identidade nacional portuguesa, como prova a importância conferida a esse tema histórico, cujo aparecimento é recorrente na literatura portuguesa. Apenas para citar três desses literatos de maior importância, de períodos históricos distintos, podemos falar de Luis de Camões, que produziu *Os Lusíadas* no século XVI, estando temporalmente muito próximo dos fatos que narra; Fernando Pessoa, um poeta moderno, mas, ao mesmo tempo, carregado de misticismo, romantismo e nacionalismo, o qual escreveu diversos poemas sobre o tema, como *Mar Português* (Ó mar salgado, quanto do teu sal / São lágrimas de Portugal...), publicado na obra *Mensagem* do início do século XX; e José Saramago, o atualíssimo escritor lusitano, em uma obra como *A Jangada de Pedra*, de onde foi extraída a epígrafe que abre este capítulo. A “Jangada de Pedra” da obra de Saramago seria a própria Península Ibérica, que, em sua narrativa fantasiosa, ter-

se-ia “desprendido” da Europa e “flutuaria” sem destino pelo oceano Atlântico. Saramago parece estar falando da sua própria nação, cuja razão da existência muitas vezes pareceu ser o lançar-se ao mar.

O tema está inscrito no próprio hino português, que já inicia: “Heróis do mar, nobre povo...” Esse tema desdobra-se ainda mais na seguinte seqüência: “Brade a Europa à terra inteira: / Portugal não pereceu / Beija o solo teu jucundo / O Oceano, a rugir d'amor, / E teu braço vencedor / Deu mundos novos ao Mundo!”

Pensadores de diferentes áreas e com trajetórias intelectuais diversas já se dedicaram com afinco a esse tema, que obviamente não poderia ser alheio à Historiografia portuguesa. Longas páginas têm sido escritas sobre os Descobrimentos pelos historiadores portugueses, sendo esse um dos objetos de estudo mais visitado e discutido. O reconhecido papel da História na construção da identidade nacional deve ser lembrado para provar a importância deste tema na formação da mentalidade portuguesa.

Neste trabalho pretendo acompanhar as reflexões historiográficas do historiador português Joaquim Barradas de Carvalho sobre o tema dos Descobrimentos e procurar demonstrar como as conclusões desse autor se aproximam dos seus projetos e posições políticas.

Para as reflexões desenvolvidas aqui estaremos interessados principalmente pela vida de Barradas durante o seu exílio no Brasil – entre 1964 e 70, especialmente durante sua atuação como professor na USP –, período considerado pelo próprio autor como um dos mais férteis para suas reflexões. É nesse intervalo de tempo que se dá a confecção de duas das suas mais importantes obras, sobre as quais nossa análise recairá mais fortemente: *Rumo de Portugal (A Europa ou o Atlântico)*<sup>1</sup> e *O obscurantismo salazarista*<sup>2</sup>, ambas de 1974<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Horizonte. Lisboa, 1974.

<sup>2</sup> Seara Nova. Lisboa, 1974.

<sup>3</sup> É preciso observar que, embora ambas as obras tenham sido publicadas em Portugal, após o 25 de Abril e após o retorno de Barradas, nos parece claro que a estadia no Brasil foi essencial para a confecção de ambas. Isto é incontestável quanto ao *O obscurantismo salazarista*, uma coletânea de artigos originalmente publicados no Brasil. Quanto ao *Rumo de Portugal*, é o próprio Barradas quem reconhece, na introdução deste livro, a importância do período de exílio no Brasil para sua confecção. Segundo ele data deste período o nascimento das reflexões mais tarde sistematizadas em forma de texto.

*Rumo de Portugal* é, a um só tempo, uma análise historiográfica – centrada principalmente no Renascimento Português, que é visto como fruto da experiência da expansão marítima – e uma obra panfletária, onde Barradas expõe o seu projeto para o futuro de Portugal. Publicado na era pós-salazarista, o texto pretende guiar o país, agora liberto das amarras da ditadura, em direção a sua verdadeira vocação: o Atlântico. Diante da alternativa de integração ao resto da Europa, Barradas apresenta a sugestão da criação de uma comunidade luso-brasileira, e argumentando em favor desse projeto, eleva o período dos Descobrimentos ao patamar de fase áurea da cultura portuguesa, um tempo que precisava, necessariamente, ser resgatado.

O segundo livro trata-se, na verdade, de uma coletânea de artigos escritos pelo autor entre os anos de 1964 e 1970, durante o seu exílio, para um jornal de oposição ao governo português chamado *Portugal Democrático*. Os textos têm a tônica de uma crônica política, onde Barradas descreve e discute as ações do regime salazarista fundamentando suas críticas à ditadura a partir de um aspecto específico: seu caráter “obscurantista” (para usar o termo do próprio autor).

Meu principal objetivo é demonstrar como a vida política (representada principalmente pelo discurso de *O obscurantismo salazarista*) e as interpretações historiográficas (representada, entre outras obras, por *Rumo de Portugal*) de Barradas estão intimamente vinculadas, e como cada um desses aspectos da sua vida se reflete no outro.

Mas, embora o objeto central deste trabalho seja a produção política e historiográfica de Joaquim Barradas de Carvalho, é importante ressaltar o quanto os objetivos ultrapassam essa simples, embora muito importante, figura. De fato, meu olhar está voltado, antes de qualquer coisa, para a cultura histórica portuguesa, especialmente no que diz respeito à compreensão da Expansão Marítima e à forma como a memória desse episódio influencia a vida política, as escolhas e a auto-apreensão de uma significativa parcela da comunidade intelectual lusitana. Nesse sentido, Barradas apareceria como mais um exemplo de uma grande corrente de eruditos portugueses que apresentam bom número de idéias e posicionamentos políticos semelhantes; uma espécie de estudo de caso. O que torna Barradas tão significativo é o duplo fato desse personagem, a um só tempo, radicalizar e explicitar algumas das concepções que seriam comuns a esse

grupo de pensadores, cujos representantes encontramos em diferentes períodos. É claro que se trata de um grupo extremamente heterogêneo, com uma enorme pluralidade de facetas que muitas vezes parecem se opor, um grupo onde cada representante, obviamente, não deixa de contribuir com a singularidade do seu pensamento tornando, assim, qualquer categorização rígida impossível. Mas pretendo demonstrar que há elementos comuns, ainda que inconscientes, que são compartilhados.

Um primeiro ponto a respeito desses elementos ideológicos compartilhados diz respeito à própria importância que a memória dos descobrimentos exerce na mentalidade portuguesa. Outro aspecto importante é a *centralidade*<sup>4</sup> que os Descobrimentos ocupam na produção historiográfica. Na minha opinião, isso se deve a um aspecto da cultura portuguesa que eu chamaria, provisoriamente, de “complexo de inferioridade”. Dessa forma, um dos motivos dessa importância conferida aos Descobrimentos se encontra, em primeiro lugar, em sua magnitude histórica singular. País europeu pequeno e periférico, Portugal foi pioneiro em um processo histórico em escala mundial. Esse fato muitas vezes parece legitimar a existência do “pequeno” Portugal. É somente através dos Descobrimentos que Portugal vai figurar na “História Mundial” tradicionalmente produzida, e é somente esse período da História portuguesa que vai aparecer nos livros de “História Geral”. Um terceiro aspecto importante que cabe destacar é que a produção acadêmica a respeito desse “momento de grandeza” da História lusitana parece ter estado intimamente ligada, pelo menos nos três primeiros quartos do século XX, à defesa do Império colonial.

Assim, mesmo quando nossa investigação lança um olhar mais periférico, para além do caso específico de Barradas, ainda me parece complicado separar os aspectos políticos ou materiais da produção intelectual. Por fim, talvez o meu trabalho possa servir como mais um alerta para a artificialidade de uma perspectiva que procura catalogar a vida humana em campos distintos e estanques que são elevados ao *status* de realidade quando, na verdade, deveriam apenas servir como ferramentas para nossas reflexões.

Tendo esses objetivos como pano de fundo, três hipóteses guiam a confecção desta dissertação:

---

<sup>4</sup> Centralidade que faz com que Barradas localize os Descobrimentos literalmente no *centro* da História portuguesa, a determinar futuro e passado.

1) A primeira hipótese está mais diretamente vinculada às crônicas políticas Barradas: a idéia é a de que a experiência do exílio no Brasil, e ainda do exílio propriamente dito, é um dos fatores que influi mais fortemente na produção da imagem que Barradas traça do Regime Salazarista e da sua própria auto-imagem enquanto intelectual.

2) A segunda responde a questões que têm um caráter mais propriamente de análise historiográfica: trata-se de uma tentativa de entender a forma singular como Barradas descreve os Descobrimentos. A hipótese é a de que, em sua caracterização desse período histórico, Barradas seja fortemente influenciado por uma mentalidade de origem sebastianista presente em um importante segmento da cultura erudita portuguesa: o “discurso decadentista”.

3) Por fim, um terceiro conjunto de questionamentos tem a função de dar coerência ao trabalho, demonstrando como há uma forte influência recíproca entre os dois principais campos de atuação de Barradas: o fazer histórico e o agir político. Neste sentido, pretendo comprovar que a Historiografia que Barradas produz, entendendo-a dentro da categoria de “ficção do presente” que Certeau nos oferece, pode ser caracterizada como uma ação política e que, por outro lado, a produção historiográfica de Barradas é organizada pelos projetos que este apresenta para a sociedade portuguesa, contemporânea e futura.

A primeira hipótese será analisada no terceiro capítulo, “A Jangada Aporta”, a segunda no quarto, “O olho do Furacão”, e a terceira no quinto, “Jogo de Espelhos”. O segundo capítulo, “As Aventuras de um Navegante em Exílio Pêrpetuo” cumpre a função de fornecer ao leitor dados biográficos sobre Barradas, assim como um breve histórico do salazarismo e de seus opositores no Brasil.

Para verificação destas hipóteses, este trabalho conta com um número muito amplo e diversificado de fontes. Para simplificar sua apresentação vamos dividi-las em três diferentes níveis, de acordo com a sua importância para a nossa investigação.

Em primeiro plano estão as duas obras de Barradas que formam o núcleo em torno do qual órbita toda a nossa reflexão: *Rumo de Portugal (A Europa ou o*

*Atlântico*) e *O obscurantismo salazarista*, que, acredito, dispensam novas apresentações. Ainda neste nível, estaria todo o resto da vasta bibliografia produzida por Barradas, em especial os textos produzidos durante seu exílio no Brasil. Além de nos oferecer uma visão mais ampla das opiniões e reflexões do nosso personagem, essas obras nos permitiram aprofundar algumas questões. Entre essas obras gostaria de destacar *Da história crônica a história ciência*<sup>5</sup>, livro onde Barradas faz uma análise do processo de surgimento da ciência moderna e do desenvolvimento da História como campo de conhecimento científico.

Como fontes de apoio, no segundo nível, conto também com uma série de doze entrevistas realizadas entre Dezembro de 2007 e janeiro de 2008, com pessoas que conheceram Barradas pessoalmente e conviveram com ele durante seu período de exílio no Brasil, assim como com a correspondência entre Joaquim Barradas de Carvalho e Vitor Ramos entre os anos de 1956 a 1973.

As entrevistas introduziram nesse trabalho uma série de problemas de ordem metodológica que não faziam parte dos meus planos iniciais. Essa entrada, meio forçada, em um campo de reflexões novo, não só para mim como para a historiografia ocidental de uma maneira geral, foi decorrente da dificuldade em encontrar informações sobre a vida de Barradas no Brasil. Fontes documentais sobre sua passagem por São Paulo são raras, e mesmo essas não descreveriam o tipo de detalhes que eu estava desejando: aqueles de cunho biográfico, que me permitissem traçar melhor a personalidade de Barradas e descrever suas idéias pessoais. Só as entrevistas pareciam capazes de cumprir essa função.

Mas, como já foi dito, essa opção trazia questões que não poderiam ser ignoradas. O principal problema era que esta dissertação não é, evidentemente, um trabalho de história oral, visto que suas principais fontes são textuais. Mas, de qualquer forma as informações obtidas através das entrevistas teriam uma grande importância no desenvolvimento das minhas reflexões. Por conseqüência, minha principal preocupação era como relacionar as fontes orais com as textuais. Outro desafio era a crítica dessas fontes, que, obviamente, traria uma problemática específica. Em uma tentativa, não de solucionar essas questões, mas de aprender a lidar com elas, eu recorri às leituras dos textos de dois livros organizados por

---

<sup>5</sup> Horizonte. Lisboa, 1991. Também produzida durante o exílio e publicada integralmente apenas posteriormente ao retorno do autor a Portugal.

Marieta de Moraes Ferreira: *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*<sup>6</sup> e *Usos e abusos da História Oral*<sup>7</sup>, organizado em conjunto com Janaína Amado.

A principal contribuição desses textos para a confecção deste trabalho foi a localização das singularidades da fonte oral:

Em primeiro lugar o reconhecimento da maior importância que a subjetividade tem na produção dos relatos orais. Essa característica foi muitas vezes usada como argumento contra a história oral pelos seus adversários. Segundo eles isso tornaria as fontes orais pouco confiáveis. Ainda que eu não acredite que tal característica invalide a história oral – afinal, eu creio que nenhuma fonte, de qualquer natureza, mesmo as documentais, pode escapar totalmente da subjetividade de seus produtores, ou mesmo de seus organizadores –, é preciso estar atento ao fato de que, em geral, os relatos orais são mais espontâneos. Neles “o objeto de estudo do historiador é recuperado e recriado por intermédio da memória dos informantes”<sup>8</sup>. Assim, as reflexões acerca da instância da memória, que já faziam parte deste trabalho, se fizeram ainda mais presentes no que diz respeito ao tratamento das fontes.

É preciso, no entanto destacar que essa maior subjetividade e espontaneidade das fontes orais esta longe de ser uma característica negativa. É graças a essa peculiaridade que foi possível trazer ao meu trabalho elementos e perspectivas que de outra forma estariam ausentes: os detalhes relacionados às emoções e à vida cotidiana.

Uma segunda singularidade das fontes orais que importa destacar é o papel que o pesquisador (nesse caso, eu) exerce na produção dos documentos. As entrevistas são o resultado de um diálogo entre o entrevistador e o entrevistado. Se por um lado isso nos leva “a afastar-se de interpretações fundadas numa rígida separação entre sujeito/objeto de pesquisa”<sup>9</sup>, por outro lado é preciso ter em mente que a documentação que uso foi, em alguma medida, produzida por mim. Afinal, embora seja o entrevistado que dê as respostas, é o historiador que elabora as perguntas e conduz a entrevista, e faz isso, certamente, com suas hipóteses em mente. Para minimizar esse efeito negativo quando confeccionei o roteiro para as entrevistas procurei elaborar perguntas que apelassem para a memória pessoal do

---

<sup>6</sup> Ed. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1994.

<sup>7</sup> Ed. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2002.

<sup>8</sup> *Usos e abusos da História Oral*. Idem.

<sup>9</sup> Idem.

entrevistado e, que, por sua natureza, evitassem respostas curtas e mecânicas<sup>10</sup>. Na realização das entrevistas evitei conduzir as respostas, deixando os entrevistados exporem suas recordações livremente. Procurei usar o roteiro previamente elaborado apenas como uma orientação, evitando transformá-lo em um esquema rígido e inescapável, que sufocaria a espontaneidade das contribuições dos entrevistados e acabaria por orientá-lo a confirmar minhas hipóteses.

Assim, o reconhecimento dessas duas singularidades me permitiu fazer uma crítica satisfatória dessas fontes orais e das suas relações com as fontes de natureza diferente usadas nesta dissertação.

Por fim, com o objetivo de desenhar, ainda que de forma superficial, a enorme rede de influências na qual o pensamento de Barradas se insere, devemos entrar em contato com obras de diferentes intelectuais, historiadores ou não, portugueses ou não, que de alguma forma dialogaram com ele.

No campo teórico-históriográfico mapeei três grandes campos de influência no pensamento de Barradas: o primeiro é composto pelo grupo de historiadores franceses conhecido como Escola dos *Annales*, destacando-se os nomes de Febvre e Bloch (sobretudo o primeiro), da geração mais antiga, assim como Braudel, Mauro e Robert Ricard, na geração mais nova. O segundo grupo são os teóricos marxistas, destacando-se Althusser. Por fim temos o grupo que optamos chamar de “Escola Portuguesa”, composto pelos historiadores lusitanos que mais fortemente contribuiriam para a formação de Barradas. Este é, para este trabalho, o grupo mais importante, pois é aqui que irei mapear a presença do “discurso decadentista”, ao qual me referi na formulação da segunda hipótese<sup>11</sup>. Neste campo me concentrei mais detidamente nos trabalhos de Oliveira

---

<sup>10</sup> As perguntas apresentadas no Roteiro foram as seguintes:

- 1) Em que condições o senhor(a) conheceu Joaquim Barradas de Carvalho?
- 2) Como era a sua relação com ele?
- 3) O senhor(a) poderia descrever a rede de relacionamentos de Barradas no Brasil, seus amigos pessoais e colaboradores, assim como seus críticos?
- 4) Como o senhor(a) acha que Barradas via e se sentia em relação a sua condição de exilado político?
- 5) Para Barradas qual era o papel político do intelectual?
- 6) Como era a relação de Barradas com o recém-instalado Regime Militar Brasileiro?
- 7) Quais eram as principais críticas de Barradas ao Regime Salazarista?
- 8) O senhor(a) poderia falar um pouco sobre a atuação de Barradas como professor e pesquisador durante seu exílio no Brasil?
- 9) Para o senhor(a) quais influências historiográficas eram mais fortes na obra de Barradas?
- 10) Para o senhor(a) qual é a importância e contribuições de Barradas para a historiografia nacional?

<sup>11</sup> Ver figura na página 135.

Martins, Antero de Quental, Alexandre Herculano, Antônio Sérgio e Jaime Cortesão.

No entanto a própria natureza desse trabalho nos leva a procurar outros textos, especialmente os de cunho literário, que possivelmente exercem uma influência menos explícita na produção de Barradas. Isso nos traz dois grandes problemas: o primeiro é que, obviamente, o número de obras que teriam sido absorvidas inconscientemente pelas reflexões de Barradas seria, em virtude da sua amplitude, incatalogável. O segundo problema diz respeito ao fato de não encontrarmos referências diretas a essas obras. No espírito cauteloso que a história do pensamento de Skinner nos ensina deveríamos olhar com suspeita qualquer suposta influência que não apareça com bastante clareza.

Como forma de resolver esses dois problemas pretendo limitar, na medida do possível, a referência a duas fontes com esse caráter: *História do Futuro*, do padre Antonio Veira e *Mensagem*, de Fernando Pessoa. Essas são, sem dúvida, obras da literatura portuguesa amplamente conhecidas em âmbito nacional e, até mesmo mundial. Seria difícil imaginar que alguém com a trajetória intelectual de Barradas não tenha, em algum momento, entrado em contato com essas duas obras – ainda que indiretamente. É óbvio que algumas centenas de outros livros, de importância e projeção comparáveis poderiam ser incluídos na nossa análise. Infelizmente as limitações humanas de trabalho não nos permitem acrescentar mais títulos. Confesso que nessa pequena seleção fui arbitrário. Entretanto, como não encontrei meios para observar o impacto que cada uma, do grande número de diferentes obras literárias, a disposição de qualquer português bem educado, teria exercido sobre Barradas, não encontrei outra solução além de ser arbitrário. Mas, afinal, nós historiadores não temos aprendido que grande parte do nosso trabalho é composto por arbitrariedades?

## AS AVENTURAS DE UM NAVEGANTE EM EXÍLIO PÉRPETUO

### Uma breve Biografia de Joaquim Barradas de Carvalho

“Sinto-me exilado no meu próprio país.”

Egas Moniz. Conforme Joaquim Barradas de Carvalho em *O obscurantismo salazarista*.

A história de vida de Joaquim Barradas de Carvalho foi profundamente influenciada pelos rumos que a política portuguesa tomou durante seu tempo de vida, e isso não apenas no que se refere aos aspectos materiais. Como esse capítulo tem a função principal de apresentar ao leitor os aspectos mais importantes da trajetória deste personagem, destacando suas experiências durante o exílio brasileiro, achei que seria interessante começarmos essa parte do trabalho com uma rápida exposição da história política da ditadura salazarista e da oposição ao Estado Novo português no Brasil.

O regime salazarista tem sua origem vinculada às crises políticas vividas pela república liberal que havia substituído a monarquia desde de 1910. Em 28 de maio de 1926 um levante militar pôs fim à agitação política e social da chamada Primeira República, inaugurando um longo período de autoritarismo em solo português. Já nos primeiros momentos do novo regime um professor de Ciências Econômicas da Universidade de Coimbra, Antonio de Oliveira Salazar, passou a integrar o governo como ministro de finanças. Ele – que havia nascido na aldeia do Vimieiro, do conselho de Santa Comba Dão e, embora tivesse freqüentado o seminário, acabou por ser formado na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra – já havia, nessa época, se tornado um dos principais ideólogos e representantes do grupo de conservadores católicos insatisfeitos com o anticlericalismo da República de 1910. Esse grupo tinha como principais instrumentos políticos o Centro Acadêmico da Democracia Cristã (CADC) – do qual Salazar participava ativamente, tendo desempenhado um importante papel na organização das Juventudes Católicas – e algumas personalidades da mais alta hierarquia da igreja lusitana – na qual Salazar possuía importantes contatos.

Sua primeira participação no governo, no entanto, durou muito pouco. Foi apenas a partir de 1928, quando foi pela segunda vez convidado a assumir o ministério das finanças, que o poder de Salazar dentro do próprio regime militar começou a ganhar as proporções que o levariam a se tornar a figura que foi para a política lusitana por tantos anos. Para aceitar novamente o cargo, o professor de Coimbra havia feito tantas exigências, que, aceitas, permitiram que ele erigisse uma espécie de “ditadura financeira”, que seria a primeira base para a hegemonia política que conquistaria em pouco tempo. Para efetivamente consolidar o Estado Novo Português, que seria institucionalizado pela Constituição de 1933, Salazar contou forte apoio da igreja católica – principalmente a partir da figura do Cardeal Cerejeira, que havia sido efetivado como patriarca de Lisboa em 1930 e era seu amigo pessoal.

Salazar soube estabelecer uma ditadura personalista, que, entretanto, conseguia mascarar-se, com certo sucesso, sob uma fachada democrática<sup>12</sup>. O regime conseguiu sobreviver também à Segunda Guerra Mundial graças à política de neutralidade habilmente orquestrada por Salazar, que nos últimos momentos passou a colaborar com os Aliados, valendo-se das tradicionais relações entre Portugal e Inglaterra para garantir seu lugar no mundo bipolar.

É evidente que Salazar enfrentou sempre forte oposição de vários setores da sociedade portuguesa, que se organizaram perigosamente principalmente após 1945. Com a opinião pública portuguesa a exercer pressão sobre si, Salazar anunciou uma “abertura democrática”, com uma revisão dos instrumentos políticos da Constituição de 1933. As diferenças implantadas, no entanto, ainda não permitiam o pleno exercício da democracia e a figura de Salazar continuou exercendo o mesmo domínio de sempre sobre a política portuguesa.

---

<sup>12</sup> Embora oficialmente o regime instituído pela Constituição de 1933 fosse parlamentarista, com o presidente eleito por sufrágio universal direto por sete anos e o poder legislativo representado pela Assembleia Nacional, várias restrições inviabilizavam o pleno funcionamento da democracia. O presidente possuía apenas as funções de chefe de Estado, sendo as de chefe de governo atribuídas ao presidente do Conselho de Ministros (cargo que foi ocupado por Salazar até 1968), que podia também ocupar simultaneamente um ou vários ministérios (prerrogativa da qual Salazar várias vezes se utilizou). Por outro lado a Assembleia Nacional funcionava apenas três meses por ano, sendo nos demais períodos o poder legislativo exercido pelo presidente do Conselho de Ministro a partir de decretos-leis que não necessitavam de aprovação posterior. Além disso, o regime partidário era de partido único (a União Nacional), os candidatos a qualquer cargo deviam ser previamente aprovados pelo Conselho de Estado e não haviam formas de controle público sobre o processo eleitoral.

Do ponto de vista da política formal, Salazar enfrentou apenas dois grandes desafios durante seu longo governo, ambos representados por candidaturas à presidência de figuras que congregaram o diversificado universo da oposição: a de Norton de Matos (que não chegou a concorrer ao cargo, renunciando à candidatura com denúncias que levantavam suspeitas sobre o processo eleitoral) e a de Humberto Delgado, em 1958, sobre a qual tratarei com mais atenção mais tarde.

O caráter personalista do Regime fica evidente quando se toma em conta a duração da ditadura, que após mais de 40 anos de estabilidade enquanto o líder esteve vivo, sobreviveu apenas por menos do que quatro anos após a sua morte. Salazar faleceu em julho de 1970, embora já estivesse afastado do poder desde 1968 – sua capacidade mental havia ficado afetada após cair de uma cadeira em um acidente. Desde setembro desse ano até a derrocada final da ditadura a presidência do conselho de Ministros foi ocupada por Marcelo Caetano. Semelhante a Salazar, Caetano era oriundo do ensino universitário português (havia sido professor de Direito da Universidade de Lisboa). Era um dos principais intelectuais do Estado Novo e exercera importantes cargos no Regime. Embora afastado do governo desde 1958 (na época da campanha do general Humberto Delgado), ainda era um nome bastante respeitado entre os grupos políticos que haviam mantido Salazar no poder por mais de quatro décadas.

A chegada de Caetano ao poder e sua débil tentativa de renovação política – que o próprio chamava de “Renovação na Continuidade” – chegaram a alimentar ilusões de alguns setores oposicionistas que esperavam da “Primavera Marcelista” uma transição tranqüila para a democracia. Mas o projeto reformista proposto por Caetano acabou não conseguindo agradar nem aos opositores do Regime, que logo perceberam a timidez de suas propostas, nem aos *ultras*, grupo mais radical do salazarismo que não admitia mudanças. Ainda que tenha acabado por prevalecer o conservadorismo, Caetano acabou isolando-se politicamente e, sem o carisma do antigo líder, não pode resistir aos levantes militares que deram fim à ditadura em 1974.

É importante notarmos que o Salazarismo esteve sempre ligado à defesa das possessões coloniais portuguesas. A prova disso é que o movimento militar que gerou o seu fim está intimamente vinculado à Guerra Colonial. A política

colonialista era garantida pelo Ato Colonial de 1930, que seria revogado em 1951 para ser, com algumas mudanças, integrado ao texto constitucional. Esta mudança era necessária graças ao reordenamento que a questão colonial sofria no pós-guerra. Por um lado a ONU fazia pressão no sentido de garantir o princípio da soberania dos povos, por outro o processo de descolonização já estava em pleno vapor.

As mudanças propostas pelo salazarismo, neste sentido, eram também bastante superficiais. Embora, do ponto de vista terminológico, as colônias passassem a ser consideradas “províncias ultramarinas”, na prática a supremacia portuguesa na vida política e econômica dos povos africanos ainda era garantida. Para justificar a manutenção do império colonial português, diante da opinião pública internacional e da ONU, o salazarismo passou a se apropriar do discurso do luso-tropicalismo de Gilberto Freire: a idéia de que o Império colonial português era uma democrática comunidade multirracial unida por uma cultura de matriz lusitana solidificada, entre outras coisas, num idioma comum.

Na África, após o fim da II Grande Guerra, ganhavam forças os grupos nacionalistas, inspirados em movimentos de descolonização semelhantes que estouravam ao redor do mundo. A guerra colonial atingiu seu auge durante o governo de Caetano, quando o regime passou a sofrer duras críticas da sociedade portuguesa em virtude dos grandes gastos militares e da violência dos conflitos decorrentes da tentativa de manutenção do Império. Paralelamente crescia a oposição entre os militares mais jovens, insatisfeitos com a desmoralização do exército (que era responsabilizado pelo fracasso da guerra colonial) e com a desprofissionalização promovida pelo governo no seio da corporação (que passou a promover oficiais da reserva que houvessem servido nas guerras coloniais ao quadro da ativa sem a necessidade do curso de formação de oficiais da Academia Militar). A insatisfação culminou em um golpe de estado, que no dia 25 de Abril destituiu Marcelo Caetano e restabeleceu a democracia portuguesa. Era o fim da longa ditadura salazarista.<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Na confecção desse breve apanhado da história do Salazarismo foram consultados as seguintes obras: Luis Reis Torgal. “O Estado Novo. Salazarismo, Facismo e Europa.” In: José Tengarrinha (org.). *História de Portugal*. EDUSC. Bauru, 2001. e Maria Luiza Paschkes. *A ditadura salazarista*. Brasiliense. São Paulo, 1985.

Durante essas mais de quatro décadas o Regime encontrou uma oposição extremamente diversificada. Grupos com as mais variadas ideologias procuravam afastar Salazar do poder e alterar a estrutura que dominou a política portuguesa durante esse longo período. As estratégias de combate também variavam muito, indo desde a oposição eleitoral formal (como nos já citados casos de Norton de Matos e Humberto Delgado), até a luta armada. A repressão era sempre violenta. Nesse cenário, muitos opositores do Regime se viram forçados a buscar o exílio, e o Brasil foi um dos destinos mais procurados com esse fim.

Além dos exilados, o Brasil sempre foi muito procurado pelos imigrantes portugueses de uma maneira geral. Em finais do século XIX chegou a receber 93% do fluxo migratório lusitano. Após um período de declínio durante a Era Vargas – em virtude da sua política anti-imigratória –, na década de cinquenta ocorreria uma retomada do fluxo, incentivado pelo “Tatado de Amizade e Consulta”<sup>14</sup>, assinado em 1953 entre os governos dos dois países. Entre 1900 e 1967 o Brasil recebeu 54% do total de emigrantes portugueses, seguido da França, com 16,4%, e, em terceiro lugar, dos EUA com 10,9%.<sup>15</sup> A maior parte desses imigrantes deixavam seu país para fugir da miséria que assolava principalmente as áreas rurais de Portugal.

Portanto o Brasil concentrava o maior número de “portugueses fora de Portugal” do mundo. Aqui os exilados políticos encontravam, além da facilidade da língua em comum, a oportunidade de prosseguirem sua campanha de oposição ao salazarismo junto a uma comunidade que, além de grande, possuía fortes vínculos bilaterais – afetivos e, até mesmo, materiais – com a Terra Natal. Talvez esse tenha sido o motivo que trouxe para cá tantos opositores à ditadura portuguesa.

Mas muito antes da ascensão de Salazar, exilados portugueses, especialmente republicanos perseguidos pela Monarquia, já procuravam o Brasil como Refúgio.

---

Mais por sua condição de textos da época do que pelas análises que apresentam foram consultadas as seguintes obras: ARAGÃO, Augusto et al. *43 Anos de Fascismo em Portugal*. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1969. e COELHO, José Dias. *A Resistência em Portugal*. Inova. Porto, s/d.

<sup>14</sup> Onde “cada uma das partes contratantes concordava em conceder aos nacionais da outra, tratamento especial, que os equiparasse em tudo aos respectivos nacionais” Ubirajara Bernini Ramos. “*Portugal Democrático*”: um jornal da resistência ao salazarismo publicado no Brasil. Dissertação de Mestrado/PUC-SP. São Paulo. 2004.

<sup>15</sup> A fonte de todos os dados desse parágrafo é Ubirajara Ramos. *Idem*.

“Em São Paulo, os republicanos congregavam-se, desde a última década do século XIX, após o fracasso da Revolução de 1891, em torno de Ricardo Severo (casado com uma irmã do grande inventor Santos Dumont), figura ligada ao surgimento do Centro Republicano Português, em 1908.”<sup>16</sup>

O Centro Republicano Português de São Paulo sempre aglutinou um grande número de oposicionistas portugueses. Fundado dois anos antes da implantação da República, não deixou de funcionar depois de 1910 e, embora tenha interrompido suas atividades em 1944, foi reaberto em 1958. Essa oposição republicana, anti-monarquista a princípio, e que voltou-se contra o Regime Militar e o Salazarismo depois de 1926, manteve-se constante e não se dissolveu mesmo na década de 30, quando Vargas impôs-lhe muitas dificuldades. No imediato pós-guerra esses oposicionistas ganharam um certo espaço, impulsionados pela expectativa que a derrota do Eixo significasse o declínio de outros regimes de inspiração fascista – a exemplo do que aconteceu no próprio Brasil. No entanto a conjuntura internacional da Guerra Fria garantiu a sobrevivência política de Salazar. O regime português, autoritário e anticomunista, passou a ser visto como um mal necessário pelo Bloco Capitalista. No entanto, o grupo de republicanos portugueses de São Paulo sobreviveu a essa frustração, sem perder sua capacidade de organização mesmo durante os anos em que o Centro Republicano esteve fechado. Com a chegada dos anos 50 essa oposição intensificou-se bastante, acompanhando o aumento do fluxo migratório dessa década que trazia para o Brasil uma grande leva de anti-salazaristas.

No final da década de 50 e no início da seguinte chegaram ao Brasil dois nomes que influenciariam muito e passariam a polarizar a oposição salazarista no Brasil:

O primeiro foi o do general Humberto Delgado, que terminada a turbulenta campanha eleitoral de 58 teve que deixar Portugal ameaçado pela ditadura. Obteve asilo concedido pelo embaixador brasileiro em Lisboa, Álvaro Lins, e aqui chegou em abril de 1959, instalando-se no Rio de Janeiro. Seguindo o exemplo dos oposicionistas mais antigos no Brasil, Delgado procurou articular diferentes correntes políticas na luta contra o Salazarismo. Afastou-se, porém, da tradicional oposição republicana quando passou a defender uma “ação direta”: “...uma vez que ele pretendia formar uma oposição militarizada, pronta para o

---

<sup>16</sup> Idem

combate frontal contra o regime do Estado Novo português, enquanto a oposição portuguesa privilegiava o combate ideológico.”<sup>17</sup>

Em 1961 Delgado, em coerência com a postura que vinha defendendo, envolveu-se no ataque ao Quartel da Beja, entre a última noite de 1961 e o primeiro dia de 1962<sup>18</sup>. A operação fracassou e o general acabou nem podendo participar, pois só conseguiu chegar à Beja poucas horas após o ataque fracassar. Ao regressar para o Brasil enfrentou problemas com as autoridades brasileiras por ter quebrado o estatuto de asilado ao entrar clandestinamente em Portugal. Deixou o Brasil definitivamente em 1963 e, após um breve período na Europa, instalou-se na Argélia – sendo lá recebido com honras de chefe de Estado pelo presidente Bem Bella. Mesmo fora do Brasil continuou exercendo grande influência nos grupos anti-salazaristas aqui sediados. Após essa malsucedida ação, Delgado passou a assumir uma posição ainda mais anti-colonialista e propensa a ação unitária. Apesar das dissidências com a tradicional oposição democrática em virtude das suas “aventuras militaristas”, acabava mais próximo desses grupos que o capitão Henrique Galvão, figura que disputava com ele a liderança da oposição no Brasil.

O capitão Henrique Galvão era um ex-colaborador do regime salazarista que rompera com o Estado Novo e fora condenado a 16 anos de prisão. Estava internado em um hospital quando fugiu e solicitou asilo na embaixada argentina. Em janeiro de 1961 liderou a operação Dulcinéia – que consistia no seqüestro do navio Santa Maria –, ação coordenada por dois grupos antifacistas: a União dos Combatentes Espanhóis (formada por exilados que combatiam a ditadura franquista) e o Movimento Nacional Independente (grupo português ligado ao general Humberto Delgado). O plano consistia em usar o navio – que na ocasião do ataque havia sido fretado para realizar uma excursão turística pelas águas do Caribe – para a ocupação da ilha espanhola de Fernando Pó, de onde se partiria para Luanda, iniciando um levante internacional contra as ditaduras ibéricas. A ação foi frustrada depois que o governo português procurou a ajuda da OTAN e

---

<sup>17</sup> Idem.

<sup>18</sup> Barradas também participou dessa operação segundo Carlos Guilherme Mota. “Joaquim Barradas de Carvalho.” *In: Estudos avançados*. set./dz. 1994, vol.8, no.22, p.289-295. e Luis de Albuquerque. “Lembrança de Barradas de Carvalho” *In: CARVALHO, Joaquim Barradas de. Esmeraldo de Situ Orbis de Duarte Pacheco Pereira (Edição Crítica)*. Fundação Calouste Gulbenkian/Serviço de Educação. Lisboa, 1991.

aviões e embarcações norte-americanas passaram a acompanhar o navio seqüestrado. O navio dirigiu-se para o litoral brasileiro onde Henrique Galvão entrou em negociação com a marinha dos EUA para que os passageiros do navio (muitos deles americanos) fossem libertados— o que era uma possibilidade porque Kennedy, contrariando Salazar, considerava o seqüestro um protesto político e não um ato de pirataria. O desembarque de passageiros só ocorreu, no entanto, depois que se encerrou o mandato do presidente Juscelino Kubtschek, que devido a sua amizade com Salazar se manifestava desfavorável aos revolucionários. O navio aguardou a passagem do governo para Jânio Quadros em 1 de Fevereiro, e um dia depois o desembarque de tripulantes, passageiros e revolucionários em Recife foi permitido, sendo concedido asilo político aos últimos em troca da entrega do navio seqüestrado – que havia sido rebatizado como “Santa Liberdade”.

O líder da operação Dulcinéia passou depois disso a viver em São Paulo e a participar ativamente das manifestações anti-salazaristas. Ainda em 1961, participou do planejamento de outro seqüestro: dessa vez a um avião da TAP que derramou sobre a capital portuguesa milhares de exemplares de um manifesto de autoria da Frente Antitotalitária dos Portugueses Livres no Exílio (FAPLE), na qual o capitão atuava.

No Brasil, a oposição de Henrique Galvão tinha um caráter mais conservador, que o distanciou ao mesmo tempo de Delgado e do grupo ligado ao Centro Republicano Português – acusando-os freqüentemente de colaborarem com o comunismo (o que não era uma inverdade absoluta, visto a importância que o PCP tinha na organização anti-salazarista no Brasil). Outro ponto de atrito com esses grupos foi sua defesa da manutenção do império colonial português em uma época que a oposição portuguesa se tornava cada vez mais simpática aos movimentos nacionalistas africanos.

Evidentemente a oposição portuguesa não era totalmente norteada pela disputa entre Henrique Galvão e Humberto Delgado, havendo muitos grupos que mantinham total independência em relação a ambos, a exemplo do próprio Centro Republicano Português. A importância desses personagens se situa principalmente no fato de conseguirem dar uma maior visibilidade à luta contra o Estado Novo não só na imprensa brasileira, como na internacional. Além disso ambos

permaneceram referências importantes até que morressem: Humberto Delgado vítima de uma armadilha, assassinado pelos agentes da PIDE, quando, mais uma vez, tentava entrar clandestinamente em Portugal em 1965; e Galvão, em 1971, por motivos de doença, no Brasil.

Outro aspecto da oposição ao salazarismo no Brasil que é importante ressaltar são as relações dos militantes anti-salazaristas com a esquerda brasileira. Havia uma certa proximidade entre esses dois grupos, principalmente no início da década de 60.

“Os efeitos da situação política interna no Brasil, a renúncia de Jânio Quadros e o governo de João Goulart, no início dos anos 60, exerceram, também, influência sobre a ação do movimento antisalazarista que aqui atuava. Na prática, ocorreu uma aproximação entre os opositoristas reunidos no Centro Republicano Português e no *Portugal Democrático* com setores da esquerda brasileira, como o PCB, PSB e o PTB, fato comprovado em documentos do DEOPS.”<sup>19</sup>

Após o golpe de 64 esse tipo de relação se tornou mais difícil, e a maior parte dos opositores ao salazarismo optou por evitar críticas ao Regime Militar brasileiro com a justificativa de que o mais importante era a luta pela democracia em Portugal – que só poderia prosseguir no Brasil se mantivessem distancia da política nacional. De fato, essa estratégia permitiu a sobrevivência da oposição portuguesa sob os olhos relativamente indiferentes dos militares. De uma maneira geral a Ditadura brasileira, que apesar de manter boas relações com o Estado Novo português discordava de sua política colonialista, não ofereceu muitos problemas para os militantes portugueses e, embora houvessem algumas exceções a essa regra<sup>20</sup>, eles conseguiram manter sua luta até a derradeira derrocada do Salazarismo em 1974.

<sup>19</sup> Ubirajara Ramos. Idem.

<sup>20</sup> Alguns integrantes da oposição portuguesa chegaram a ter problemas, mas apenas na medida em que se envolviam (ou em que a Ditadura Brasileira considerava que eles estivessem envolvidos) na política brasileira. Foi esse o caso de Barradas, por exemplo, conforme veremos adiante. Além disso parece havia uma troca de informações sobre militantes de oposição exilados entre as polícias políticas brasileira e portuguesa.

Segundo José Jobson de Andrade Arruda. *Entrevista concedida a Guido Fabiano Pinheiro Queiroz*. São Paulo, 15 Dez, 2007. não houve essa troca de relatórios polícias no caso de Barradas: “Eu tive acesso a uma documentação que me foi passada pelo filho do Barradas, Aarões de Carvalho, que atualmente é um deputado em Portugal (já foi ministro). E a documentação que ele localizou [está] nos arquivos portugueses, na Torre do Tombo, mas era uma documentação da PIDE, uma documentação [que agora está] disponível. E essa documentação fala, por exemplo, de algumas preocupações que a PIDE tinha com o desenvolvimento das atividades do Barradas aqui no Brasil. Há uma comunicação entre a PIDE portuguesa e o DOPS, o nosso DOPS no Brasil. E como a documentação daqui foi aberta, eu também pedi a amigos aqui – a um amigo que foi

No entanto a admiração mútua entre a esquerda brasileira e os exilados anti-salazaristas não cessou após o golpe. Ainda que portugueses de esquerda evitassem militar contra o Regime, suas relações pessoais na maioria das vezes denunciavam suas simpatias e, muitos deles permitiam-se, ocasionalmente, fazer uma crítica velada aos rumos da política brasileira.

Mas não termina ainda minha análise sobre o anti-salazarismo brasileiro, afinal, neste trabalho, nos interessa sobretudo aqueles que além de exilados políticos eram também intelectuais atuantes (professores universitários, artistas, jornalistas...) – grupo ao qual Barradas se integrará a partir de 1964. O primeiro nome de destaque desse grupo é o do comandante João Sarmento Pimentel, que aqui chegou na década de 20. Segundo Antonio Candido ele

“... foi uma espécie de decano da oposição portuguesa em São Paulo. (...) O comandante Pimentel dava assistência generosa aos compatriotas que escolhiam São Paulo como local de exílio e se impunha pela força e originalidade de sua pessoa.”<sup>21</sup>

Em torno desse nome se organizou um grupo de intelectuais anti-salazaristas entre os quais podemos citar Urbano Canuto Soares, Fernando Lemos, Vitor de Almeida Ramos, Adolfo Casais Monteiro, Fidelino Figueiredo, Carlos Maria de Araújo, Miguel Urbano Rodrigues, Jorge de Sena e Jaime Cortesão (que embora tenha se estabelecido no Rio manteve relações com os outros)<sup>22</sup>. Todos eles, em especial o próprio capitão Sarmento, tinham algum tipo de vínculo com o Centro Republicano Português. Dentre esses nomes, o que parece ter sido mais

---

responsável pelo Setor de Pesquisa do Arquivo Publico do Estado de São Paulo, onde estava a documentação do DOPS, para fazer um rastreamento para ver o nome de Barradas. Para ver se batia. Ou seja, há uma manifestação da PIDE dizendo que Barradas e algumas outras pessoas entre elas, Vitor Ramos, etc, mereciam ser acompanhadas de perto. Então, na contramão, eu fiz uma pesquisa para ver se ele aparecia aqui. Ele não aparece. A não ser que [esteja] naquela documentação – é uma documentação muito ampla – em algum lugar que ainda não tenha sido detectada pelas pessoas que estão trabalhando na documentação do DOPS que está aqui. Ou seja, se fosse uma coisa explícita de que o Barradas realmente aqui tomou posicionamento contra o governo brasileiro isso certamente estaria registrado naquela documentação, que, aliás, tem coisas absolutamente secundárias. Por isso que eu acho que apesar da preocupação ter aparecido na PIDE lá e ter havido uma carta de lá para cá solicitando manifestações... Sobretudo, na verdade, uma investigação, uma pesquisa... Não tem registro [aqui]! (...). O que nós temos são, nos registros da PIDE lá [sobre] coisas que ele fez aqui. Mas era informante da PIDE Portuguesa aqui que informava para lá. Não era o nosso DOPS que alimentava a PIDE Portuguesa.”

<sup>21</sup> Antonio Candido. “Portugueses no Brasil” *In: O Albatroz e o Chinês*. Ouro sobre Azul. Rio de Janeiro, 2004

<sup>22</sup> Lista de nome elaborada a partir de Douglas Mansur da Silva. “Intelectuais Portugueses Exilados no Brasil (1926-1974): Aspectos Metodológicos de uma Pesquisa.” *In: Revista Estudios Avanzados Interactivos*. Santiago do Chile, v. 3, n. 5, p. 20 pp, 2004.e Antonio Candido. *Idem*.

próximo de Barradas foi Vitor Ramos<sup>23</sup>, que também era membro do Partido Comunista Português e havia sido um dos principais responsáveis pela reabertura do Centro Republicano em 1958. Por esse motivo acho interessante acompanharmos as lembranças de Antonio Candido sobre esse personagem:

“No final de 1950 chegou Victor de Almeida Ramos, que vivia exilado em Paris, onde conheceu uma brasileira com a qual veio a se casar no ano de 1955 em São Paulo, onde ficou morando. Ajustou-se bem à vida cultural paulista, trabalhando a princípio na editora Difusão Européia do Livro (...). Em 1958 Victor se tornou professor de Línguas e Literatura Francesa na Faculdade então fundada de Assis (...). Depois do golpe de 1964 escapou de ser preso por um feliz acaso e, a seguir, integrou-se, na Universidade de São Paulo (na qual obtivera o doutorado e obteve depois a livre-docência), ao corpo docente da mesma disciplina regida em Assis. Por uma coincidência dolorosa, morreu logo depois da Revolução dos Cravos, em 1974, de um mal súbito que se manifestou quando falava comigo ao telefone a respeito de uma reunião política. Nele, impressionava a combinação pouco freqüente de convicções firmes desdobradas na militância incessante e na capacidade de organização, com a tolerância, a serenidade e a mais larga compreensão.”<sup>24</sup>

No entanto, mesmo que seja possível supor que um dos motivos que trouxe esses intelectuais opositoristas ao Brasil fosse a possibilidade de atuação política junto à Colônia Portuguesa, é preciso reconhecer que eles ganharam mais importância nos meios culturais brasileiros do que entre seus patrícios<sup>25</sup>.

<sup>23</sup> Me parece significativa a dedicatória de *O obscurantismo salazarista*. Idem: “À memória de AUGUSTO ARAGÃO e VITOR RAMOS queridos amigos e companheiros das boas e más horas” Augusto Aragão era mais um exilado português, grande amigo de Barradas, que, assim como Vitor Ramos, morreu no Brasil e não viveu o suficiente para retornar a Portugal após o fim da ditadura. Sobre Aragão encontramos as seguintes informações: “Nascido em Portugal na Província de Beira Alta em 1925. Militante nos movimentos estudantil e operário, foi preso pela PIDE, passando dois anos na prisão. Exilado no Brasil desde 1959 tem participado ativamente do combate ao fascismo português, sendo membro do conselho de redação do jornal *Portugal Democrático* e da comissão executiva da Unidade Democrática Portuguesa.” ARAGÃO, Augusto et al. *Idem*.

<sup>24</sup> *Idem*.

Sobre Vitor Ramos ver também o artigo de Maria Cecília de Moraes Pinto. “A missão de Vitor Ramos”. In: LEITE, Rui Moreira & LEMOS, Fernando. *A Missão Portuguesa: rotas entrecruzadas*. EDUSC. Bauru, 2003.

<sup>25</sup> Parece que a Colônia Portuguesa no Brasil tendia mais à colaboração do que à oposição a Salazar, conforme podemos ver no seguinte trecho de Ubirajara Ramos. *Idem*. “Os portugueses que viviam no Brasil, ou por busca de auxílio, ou pelo objetivo de preservarem os traços de sua identidade, formava associações de diversos tipos. *Essa comunidade mantinha uma relação de reverência em relação ao Estado Português*, não necessariamente determinada pelas simpatias políticas, mas pelo desejo de manutenção de um laço de vinculação com a terra natal e dependente do interesse demonstrado pelas autoridades para com a colônia.” Grifo meu. Esse mesmo autor, sobre as diferenças entre esse grupo de intelectuais opositoristas e o imigrante português típico: “Pode-se dizer que, em vista da constatação da ação intelectual de todos esses portugueses e de sua profícua interlocução com a cultura brasileira, o que sobressai é que havia uma parcela diferenciada de portugueses que viviam no Brasil, completamente opostos ao estereótipo do imigrante lusitano: trabalhador simples, de pouca cultura, conservador e, em geral, satisfeito com o regime salazarista.”

“... esses intelectuais constituem uma espécie de *missão portuguesa* de cunho virtual. Ao fazer esta indicação, estou pensando na *missão francesa*, na *missão italiana* e na tácita *missão alemã* que fundaram a partir de 1934 a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. (...)

Ora, os portugueses, que vieram quase todos por motivos políticos a partir de 1940 e até 1974, formam a meu ver uma não planejada *missão portuguesa*, que trouxe contribuições culturais positivas e renovadoras, devidas a homens de pensamento e sensibilidade que representam as nossas raízes históricas. Vieram individualmente, sem que tivesse havido projeto para os reunir. Mas o fato é que vieram, se ajustaram ao meio e enriqueceram dentro da mesma língua e da mesma tradição. Muitos se enquadraram nas universidades, outros não, de modo a podermos falar numa livre e tácita *missão* com significado peculiar.

(...) Todos eles formam um conjunto singular de contribuição cultural que permite falar, como sugeri, numa ideal *missão portuguesa*...”<sup>26</sup>

Essa “Missão Portuguesa” teve, certamente, grande peso na formação da USP. Do grupo de opositores ao salazarismo citado anteriormente, três foram professores da USP: Urbano Canuto Soares, Fidelino Figueiredo e Victor Ramos, aos quais Antonio Candido acrescenta Rebelo Gonçalves, Joaquim de Carvalho, além, é claro, de Barradas de Carvalho.

Terminado, portanto, esse superficial apanhado da história do salazarismo e de seus opositores no Brasil, voltemos para o verdadeiro objeto deste capítulo e deste trabalho: a figura de Joaquim Barradas de Carvalho, que nasceu no dia 13 de junho de 1920 em Arroios, no Alentejo. Era o filho mais velho de Manuel Teles Barradas de Carvalho e de Lubélia Godinho Braga Barradas de Carvalho. Era de uma tradicional família alentejana e o pai, também escritor (autor de *Terra-campa*), era um ilustrado monarquista. Formou-se em História e Filosofia em 1946 pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa com uma tese sobre *As Idéias Políticas e Sociais de Alexandre Herculano*, a qual, seria revista e publicada pela primeira em 1949<sup>27</sup>. Seus estudos e pesquisas prosseguem depois em Paris, onde, em 1961, doutorou-se em Estudos Ibéricos pela Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de Paris, Sorbonne, defendendo tese sobre o *Esmeraldo de Situ Orbis* de Duarte Pacheco Pereira.

<sup>26</sup> Antonio Candido. *Idem*. Também, a esse respeito, é interessante a leitura do “Prefácio”, também de Antonio Candido, à obra: Rui Moreira Leite & Fernando Lemos. *A Missão Portuguesa: rotas entrecruzadas*. EDUSC. Bauru, 2003.

<sup>27</sup> *As idéias Políticas e Socais de Alexandre Herculano*. Seara Nova. Lisboa, 1971.

“Nesse período, convive intensamente com a escola historiográfica dos *Annales*, o principal grupo de historiadores europeus capitaneados por Lucien Febvre, Marc Bloch (morto na guerra pelos nazistas) e por Fernand Braudel, sucessor de Febvre e Bloch. Braudel dedicou a Barradas grande estima e a Portugal grande atenção por causa de Magalhães Godinho, Frédéric Mauro e Barradas. Joaquim Barradas foi um discípulo de Braudel (e de Febvre, fundador da História das Mentalidades na França, em memória de quem dedicou seu último livro) e soube combinar o que de melhor havia naquela escola de pensamento com o que de melhor se fazia em termos de pensamento marxista.”<sup>28</sup>

Barradas foi discípulo de Vitorino Magalhães Godinho, a quem considerava “o maior historiador português contemporâneo, depois da morte de Jaime Cortesão, Duarte Leite e Veiga Simões”<sup>29</sup>. Ele fora aluno de Godinho quando este dera aula na Faculdade de Letras de Lisboa, e após a sua saída da Universidade, chegou a organizar, junto com outros ex-alunos, um “curso privado” para continuar a ter aulas com o admirado professor. Esse episódio é narrado no seguinte depoimento que escreveu sobre o mestre:

“Ele [Godinho] tinha a audácia de preparar aulas, de aparecer perante os alunos com uma bibliografia actualizada, tinha a extrema audácia de fazer pesquisa científica, de publicar os resultados dessas pesquisas e, *crime máximo*, teve a idéia de criar centros de estudo ‘históricos e filosóficos’, onde em colaboração com os alunos procurava fazer pesquisa histórica ou filosófica. Aqui o escândalo foi tal que o conselho da Faculdade achou que esse professor deveria passar a ser vigiado nas suas aulas pelo catedrático de História, não fosse ele expor aos alunos matérias demoníacas... Não se submetendo a essa imposição policial, Vitorino de Magalhães Godinho abandonou o edifício carunchoso do Arco a Jesus [a Faculdade de Letras de Lisboa] deixando-o entregue ao seu sono secular. Foi então que um grupo dos seus alunos organizou um curso privado que funcionou durante dois anos na Sociedade de Geografia de Lisboa. Foram seus alunos, ainda no edifício do Arco a Jesus, e depois nestes cursos privados, meio clandestinos, alguns historiadores portugueses que orçam agora pelos 40-45 anos: Joel Serrão, José Gentil da Silva, Jorge de Macedo, Artur Gusmão, Maria Margarida Brandão, o próprio autor destas linhas e outros que mercê de outras aptidões, como Rui Grácio, ou mercê das contingências da vida e nalguns casos de fatos adversos, depois de publicarem trabalhos científicos de valor indiscutível, se desviaram para outras actividades, como Mário Soares, Fernando Piteira Santos e outros mais. Impossibilitado de viver em Portugal, Vitorino de Magalhães Godinho aceita, em 1947, uma bolsa de estudos das Relações Culturais do Ministério dos Negócios Estrangeiros da França e segue para Paris.”<sup>30</sup>

Na França Godinho se tornou pesquisador do CNRS e acabou sendo um dos principais pontos de contato entre Barradas e a Escola dos *Annales*. O grupo

<sup>28</sup> Carlos Guilherme Mota. *Idem*.

<sup>29</sup> *O obscurantismo salazarista*. *Idem*. Esse mesmo trecho aparece repetido, de forma idêntica, diversas vezes em diferentes artigos do livro.

<sup>30</sup> *Idem*. (grifo do próprio autor)  
artigo originalmente publicado em *Portugal Democrático*, nº 94, maio de 1965.

de alunos de Godinho citados acima nos dá idéia de quem compunha o círculo de relações acadêmicas de Barradas antes de deixar Portugal. Entre eles destacamos Mario Soares, pela importância que adquiriu posteriormente na política portuguesa<sup>31</sup> e Joel Serrão, pela proximidade (talvez tenha sido, entre os citados, a

---

<sup>31</sup> Mario Soares adquiriu especial importância no cenário político português ao se notabilizar como advogado encarregado do processo internacional movido pela família de Delgado contra o Estado Novo. Posteriormente à Revolução dos Cravos se tornou uma figura proeminente na política lusitana. Sobre sua trajetória nos informa artigo da *Wikipédia*:

“Licenciou-se em Ciências Histórico-Filosóficas na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 1951, e em Direito, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1957. O pai, João Lopes Soares foi sacerdote, pedagogo e ministro na I República, tendo também combatido o regime salazarista. Fundador do Partido Socialista de Portugal, em 19 de Abril de 1973, Mário Soares foi um dos mais famosos resistentes ao Estado Novo, pelo que foi preso doze vezes, deportado em São Tomé até se exilar em França, onde desenvolveu trabalho em várias universidades.

A 28 de Abril de 1974, depois da Revolução de 25 de Abril, desembarcou em Lisboa, vindo do exílio em Paris no chamado ‘Comboio da Liberdade’. Foi recebido, entre uma multidão de portugueses. Dois dias depois, esteve presente na chegada a Lisboa de Álvaro Cunhal. Ainda que tivessem idéias políticas diferentes, subiram de braços dados, pela primeira e última vez, as ruas da Baixa Pombalina e a avenida da Liberdade.

Durante o período revolucionário que ficou conhecido como Processo Revolucionário em Curso (PREC) foi o principal líder civil do campo democrático, tendo conduzido o Partido Socialista à vitória nas eleições para a Assembléia Constituinte de 1975.

Foi ministro dos Negócios Estrangeiros de Maio de 1974 a Março de 1975.

Mário Soares foi um dos impulsionadores da independência das colónias portuguesas.

Em Março de 1977 iniciou o processo de adesão de Portugal à CEE e subscreveu, como primeiro-ministro, o Tratado de Adesão, em 12 de Julho de 1985.

Foi primeiro-ministro de Portugal nos seguintes períodos:

- I Governo Constitucional entre 1976 e 1977;
- II Governo Constitucional em 1978;
- IX Governo Constitucional entre 1983 e 1985.

Presidente da República entre 1986 e 1996 (1º mandato de 10 de Março de 1986 a 1991, 2º mandato de 13 de Janeiro de 1991 a 9 de Março de 1996).

- Deputado ao Parlamento Europeu entre 1999 e 2004. Foi candidato a presidente do parlamento, mas perdeu a eleição para Nicole Fontaine, a quem não teve problema em chamar "dona de casa" (no sentido pejorativo do termo).
- Fundador da Fundação Mário Soares - 1991.

Em 13 Dezembro de 1995 assume a Presidência da Comissão Mundial Independente Sobre os Oceanos; em Março de 1997 a Presidência da Fundação Portugal África e a Presidência do Movimento Europeu; em Setembro a Presidência do Comité Promotor do Contrato Mundial da Água. Como ex-presidente da república, é também Conselheiro de Estado.

Foi, em 2005, aos 80 anos, o segundo candidato - após Jerónimo de Sousa pelo PCP - a assumir a candidatura à Presidência da República (o que seria um inédito terceiro mandato) após algumas crispações no PS, principalmente com o seu amigo de longa data Manuel Alegre. Na eleição, a 22 de Fevereiro de 2006, obteve apenas o terceiro lugar, com 14% dos votos.

Em 2007 foi nomeado presidente da Comissão de Liberdade Religiosa.”

Verbete “Mario Soares” da *Wikipédia*, a *enciclopédia livre*. Disponível em:

<[http://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%A1rio\\_Soares](http://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%A1rio_Soares)tp://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%A1rio\_Soares>. Último acesso em: 29 jun. 2008.

Sua convivência com Barradas não se limitou ao período em que eram alunos de Godinho, e parece ter estendido-se pelo menos durante o período em que ambos estiveram exilados na França. Esse fato é confirmado por Marlene Suano. *Entrevista concedida a Guido Fabiano Pinheiro Queiroz*. São Paulo, 14 Dez, 2007., que afirma ter conhecido Mario Soares na casa de Barradas, durante o seu segundo exílio em Paris, após ter deixado o Brasil. Também Arnaldo Contier. *Entrevista concedida a Guido Fabiano Pinheiro Queiroz*. São Paulo, 15 Dez, 2007. faz referência a essa amizade.

mais intensa amizade). Além desses somam-se Luís de Albuquerque e José Manuel Tengarrinha<sup>32</sup>.

O principal campo de reflexão histórica de Barradas sempre foi a História das Idéias, ou, mais precisamente a História das Mentalidades. No entanto também se destacou por sua atuação política como militante do Partido Comunista Português e ferrenho opositor do regime salazarista. Oposição que o levou ao exílio após se envolver ao ataque ao quartel da Beja, primeiro na França, depois no Brasil. Sobre esse episódio Luís Albuquerque comenta:

“Não é segredo para ninguém que estive de tal modo envolvido na revolta de Beja que, uma vez ela fracassada, se vi obrigado a refugiar-se em França. No dia anterior a estes acontecimentos passei a manhã com ele na casa da Rua das Chagas, mas uma vez em abrasadoras discussões sobre o século XVI em Portugal. O Joaquim decerto sabia que eu não estava metido na história e, com toda a naturalidade, nem sequer falou de política. Tratou do *Esmeraldo*, dos regimentos, das viagens, e de tudo quanto podia ser matéria para os nossos interesses comuns, com a disponibilidade e o interesse habituais; não havia nele a mais pequena sombra de inquietação, e isto a menos de vinte e quatro horas de se arriscar com toda a generosidade de que era capaz.”<sup>33</sup>

Mas não foi só isso que o levou a sair do país. A rigidez do Regime salazarista, com a rigorosa censura, a perseguição a oposição, a intervenção nas faculdades e todo o aparelho coercitivo que dificultava a vida intelectual lusitana já o sufocava, fazendo-se sentir-se, como na citação que faz de Egas Moniz que reproduzimos na epígrafe, um exilado no seu próprio país.

Um desses episódios de perseguição intelectual, de que ele próprio fora vítima, é descrito a seguir:

“Em 1961, por decreto saído no *Diário do Governo*, foi recriada (fora extinta anos atrás, maneira sumária e expeditiva de demitir professores universitários) a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sendo seus novos quadros, na qualidade de encarregados de curso, recrutados através de concurso documental. Uma comissão de professores nomeada pelo chamado Ministério de Educação Nacional foi encarregada de julgar os candidatos a partir de ‘curriculum vitae’ por estes fornecido. E assim foi na verdade. Apenas se deu um incidente estranho (melhor: em qualquer outro país que não no Portugal de Salazar), três ‘dossiers’

<sup>32</sup> Sobre a relação de forte amizade com o último nos informou o professor Jobson Arruda, em conversa informal. Não tenho certeza, porém, se essa relação se construiu antes do exílio ou após a Revolução dos Cravos, com o retorno de Barradas a Portugal. Em relação ao primeiro ver Luis de Albuquerque. “Lembrança de Barradas de Carvalho” *Idem*.

<sup>33</sup> Luís de Albuquerque. *Idem*.

Carlos Guilherme Mota. *Idem*. também atribui o exílio de Barradas ao seu envolvimento no ataque ao quartel da Beja. Porém, não encontrei informações específicas sobre o papel que Barradas teria desempenhado nessa revolta.

desapareceram antes de chegar à comissão de professores – o meu, o do dr. Joel Serrão, (...) e o de um terceiro, um jovem filósofo católico, Bernard da Costa. Extravio dos nossos ‘dossiers’? Parece que não. Melhor: seguramente que não. Perante a ficha da P.I.D.E., o titular da pasta chamada da Educação Nacional resolveu pura e simplesmente ‘sonegar’ os nossos ‘dossiers’. Não afectos ao regime político vigente, era de boa política fazer-nos desaparecer, não fosse a comissão de professores por ele próprio nomeada ser honesta, objectiva – nunca se sabe – e reter nossas candidaturas.”<sup>34</sup>

Em 1964 Barradas chegou em São Paulo, na condição de professor contratado pela USP. Barradas já havia visitado o Brasil com objetivos acadêmicos antes: em Agosto de 1959 ele havia participado “Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros”, realizado na Bahia, onde fizera os primeiros contatos com o meio acadêmico brasileiro. O primeiro convite para dar aula no Brasil, segundo José Jobson Arruda, partiu de “Eduardo d’Oliveira França, que o conhecera quando de sua estada em Coimbra”<sup>35</sup>, que é confirmado pelo relato do professor Francisco Novais:

“...eu me lembro que, eu vi, nessa época, o artigo dele que foi publicado em uma Revista de História sobre os algarismo arábicos, “Sur l’introduction et la diffusion des chiffres arabes au Portugal”. O professor França comentou o trabalho do Barradas... Logo depois começou-se a falar na criação do curso, da cadeira de ‘História Ibérica’, e o professor França dizia que ele cogitava que se convidasse para vir para o Brasil, para São Paulo, para a Faculdade, o Barradas. Nós ficamos na expectativa.”<sup>36</sup>

O professor França certamente contou com o apoio do então diretor do Departamento de História, Professor Eurípedes Simões de Paula, e com o intermédio de Vitor Ramos, grande amigo de Barradas, exilado há mais tempo no Brasil. Em carta de 5 de Novembro de 1963, Vitor comunica ao camarada:

“Aí vai a boa notícia: o seu contrato foi aprovado pelo Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade de S. Paulo e Você receberá em breve (não sei exactamente quando, porque tudo aqui se passa de forma lenta) o convite oficial. O Prof. Eurípedes Simões de Paula, regozijando-se pela ‘boa aquisição que a Faculdade vai fazer, contratando-o’ autorizou-me a comunicar-lhe que as condições são as seguintes: vencimento de Professor Catedrático, já com o aumento de 60 por cento, que vigorará a partir de janeiro; tempo integral; contrato por dois anos (renovável), a partir de março de 1964 (início do próximo

<sup>34</sup> Joaquim Barradas de Carvalho. *Idem.* (grifo do próprio autor) artigo originalmente publicado em *Portugal Democrático*, nº 56, setembro de 1964.

<sup>35</sup> José Jobson de Andrade Arruda. “Joaquim Barradas de Carvalho: o itinerário de um missionário dos novos tempos (Lisboa, Paris, São Paulo).” *In: LEITE, Rui Moreira & LEMOS, Fernando. A Missão Portuguesa: rotas entrecruzadas.* EDUSC. Bauru, 2003.

<sup>36</sup> *Entrevista concedida a Guido Fabiano Pinheiro Queiroz.* São Paulo, 14 Dez, 2007. O artigo a que Fernando faz referência foi publicado na *Bulletin des Études Portugaises* em 1958.

ano letivo). (...) É curioso que, precisamente nessa ocasião, eu devo também assinar contrato com a Universidade de S. Paulo.”<sup>37</sup>

Apesar das objeções de Braudel, que queria mantê-lo na França, Barradas fica radiante com a notícia, conforme podemos observar na sua resposta de 18 de Dezembro do mesmo ano:

“Fiquei muito satisfeito com o que me diz acerca do meu contrato para São Paulo (...). Antes das férias do verão passado vi o Prof. Braudel que se interessou pela minha vida presente e futura. Disse-lhe que pensava ir para o Brasil, para São Paulo, para lugar que me fora oferecido há dois anos pelo Prof. Oliveira França e que eu agora solicitara. O Braudel disse-me que não acreditava que o França me arranjasse qualquer coisa que valesse a pena, pois o França era um ‘sauteu’. (...) A conversa com o Braudel terminou, dizendo-me este: ‘vou metê-lo na *Recherche Scientifique* a partir de Outubro ou Novembro próximo, e se depois Você lá para Fevereiro receber o contrato fabuloso do Brasil, o que eu não acredito, você irá para São Paulo.’ (...) Ao fim e ao cabo o Braudel quis-me fazer sonhar com uma cadeira de História de Portugal, ou coisa parecida, aqui em Paris na futura *Faculté des Sciences Humaines*. (...) Mas com tudo isto sempre estivemos decididos a ir para São Paulo. Pelo menos, como diz o Braudel, por 2, 3 ou 4 anos. A existência dos meus Paes, com cerca de 70 anos, e dos meus dois filhos mais velhos que ficarão em Lisboa, me entristece um pouco. Mas sei que vou para o País onde devia ter nascido se não tem sido aquele erro de agulha que me fez nascer na Rua Aquiles Monteverde, à Estefânia... A sua vinda para a Faculdade de São Paulo conta muito mais do que você possa imaginar no meu entusiasmo paulista.”<sup>38</sup>

A transcrição deste trecho da carta de Barradas cumpre um duplo objetivo: o primeiro é demonstrar o prestígio que Barradas possuía junto a Braudel e ao ensino universitário francês, e o segundo é expor o grande desejo de Barradas em vir ao Brasil, “o país onde devia ter nascido”, ao abandonar a Europa que lhe oferecia perspectivas profissionais que, tanto do ponto de vista financeiro quando do ponto de vista acadêmico, pareciam muito mais promissoras, para dar aula na América do Sul. É evidente que, apesar das excelentes condições que o contrato brasileiro lhe oferecia, ele não era “fabuloso”, conforme previa Braudel. E mais do que isso, ao tomar sua decisão, Barradas nem ao menos tinha muito certeza de

<sup>37</sup> Vitor Ramos. *Carta para Joaquim Barradas de Carvalho*. Assis, 5 Nov. 1963. Documento do Arquivo Pessoal de Vitor Ramos, sob a custódia do Centro de Apoio à Pesquisa em História (CAPH) da FFLCH-USP.

<sup>38</sup> Joaquim Barradas de Carvalho. *Carta para Vitor Ramos*. Paris, 18 Dez. 1963. Documento do Arquivo Pessoal de Vitor Ramos, sob a custódia do Centro de Apoio à Pesquisa em História (CAPH) da FFLCH-USP.

Os dois “filhos mais velhos” são do seu primeiro casamento e, de fato, permaneceram em Portugal. Os outros dois filhos, do seu segundo casamento com Margarida Barradas de Carvalho, o acompanharam durante sua estada no Brasil.

exatamente quanto o seu salário de professor seria, e quanto isso significava, pois na mesma carta ele pergunta a Vitor:

“Quantos cruzeiros são por mês o ordenado de Professor Catedrático, em tempo integral, e como os 60% que vigorarão a partir de janeiro? Que poder de compra existe com essa montanha de cruzeiros? Para eu ter uma idéia, diga-me talvez quanto custa aí um apartamento no gênero do nosso aqui em Paris, e quanto custa um kilo de carne para bifes.”<sup>39</sup>

Se o leitor não quiser acreditar, como eu, que, de forma tão ingênua, Barradas realmente esperava a “montanha de cruzeiros” a que faz referência, ficará evidente que para ele a questão financeira estava em segundo plano. Deve-se ter em mente que essas perguntas não antecediam à sua decisão de vir para o Brasil e que, portanto, elas cumpriam apenas uma função informativa. Ainda que o aspecto financeiro fosse importante, não parecia determinante. O trecho citado é também bastante representativo da personalidade de Barradas, que, apesar de ter uma situação financeira bastante confortável, foi descrito como “um homem de hábitos simples”.<sup>40</sup> Aliás, para manter no Brasil seu estilo de vida, contou muitas vezes com a ajuda financeira de seu pai, um latifundiário e grande produtor de cortiça em Portugal<sup>41</sup>. Acredito, portanto, que na sua definição em vir para o Brasil, tenha contado muito mais a empolgação com aquilo que ele pretendia aprender e realizar aqui, especialmente com a possibilidade de, pela primeira vez em sua vida, dar aulas para o ensino universitário.<sup>42</sup>

<sup>39</sup> Idem.

<sup>40</sup> conforme Maria Lúcia Perrone Passos. *Entrevista concedida a Guido Fabiano Pinheiro Queiroz*. São Paulo, 13 Dez, 2007: “Ele era muito simples, pessoalmente, ele era uma pessoa de hábitos simples. Vivia para os amigos, para os estudos, para a família...”

Também Arnaldo Daraya Contier. *Entrevista concedida a Guido Fabiano Pinheiro Queiroz*. São Paulo, 15 Dez, 2007: “Como ele tinha simpatia pelo marxismo (...), ele vivenciava isso também na prática: ele não tinha nenhuma ambição material. O Barradas tinha um terno só. Durante quatro anos conheci o Barradas com um único terno. Então era uma pessoa muito humilde. Ele praticava o socialismo na prática. E a família também. Eles viviam... não com dificuldades... [Mas certamente com um estilo de vida diferente do que poderiam ter.] Mas para eles também não era nada de fundamental [esse aspecto] material. O que era fundamental era o estudo, os livros, os contactos intelectuais, e assim por diante...”

<sup>41</sup> Sobre a situação financeira de Barradas ver Fernando Antonio Novais. *Idem.*: “O Barradas recebia do pai uma mesada mensal. Então ele tinha boas condições financeiras. Ele ganhava como professor titular... O pai dele era um grande latifundiário do Alentejo (eu tive lá uma vez) e tinha um negócio da produção da cortiça...” e também Maria Lúcia Perrone Passos. *Idem.*: “Também não tinha problemas financeiros, porque, além do salário dele, de professor, ele vinha de uma família com recursos econômicos. Teve um pai admirável que viveu muito tempo, a quem ele era muito ligado, e esse pai lhe dava todo tipo de apoio a vida inteira: intelectual, incentivo e eventualmente financeiro se ele precisasse.”

<sup>42</sup> Conforme contribuição de Dulce Helena Ramos à entrevista de Ana Maria de Almeida Camargo. São Paulo, 16 Jan, 2008.

Na condição de exilado, com passaporte francês e membro da Escola de Altos Estudos, a Universidade de São Paulo o recebe em 1964. Assim Barradas chegou aqui às vésperas do golpe. Hospedado provisoriamente na *Tudor House*, foi recebido por um editorial anticomunista do jornal *O Estado de São Paulo*, que “alertava” a sociedade para a concentração de comunistas portugueses na Universidade de São Paulo (referindo-se, sem dúvidas, ao próprio Barradas, assim como ao Vitor Ramos)<sup>43</sup>. Barradas ficou muito assustado com esse fato, mas não tardou a ser tranquilizado pelo diretor do departamento de História da USP, o Prof. Eurípedes Simões de Paula, que lhe garantiu que a Universidade tinha autonomia em suas decisões, assim como de que o editorial não refletia as opiniões gerais da sociedade brasileira. Estava certo, sem maiores problemas logo Barradas começou a trabalhar, permanecendo com o seu cargo até 1969.

É novamente Carlos Guilherme Mota que nos informa sobre a rede de relações acadêmicas que Barradas vai tecer no Brasil:

“Após formar uma série de estudantes, dialogar com seus pares - Buarque, Cruz Costa, Caio Prado, seus grandes amigos Celso Cunha e Eurípedes Simões de Paula, Eduardo Portella, Florestan Fernandes, e com os mais novos, como o historiador Fernando Novais, um amigo profundo, Iglésias, Paulo Resende, Bóris Fausto e eu próprio, mais os então alunos Jobson Arruda, Arnaldo Contier, Raquel Glezer, Ana Maria Camargo e tantos outros, com seus amigos brasileiros de exílio, como o deputado cassado Fernando Perrone, ou o sociólogo heterodoxo Maurício Tragtemberg, os filósofos Bento Prado e Gianotti, os sociólogos Ianni e Fernando Henrique”<sup>44</sup>

Barradas encontrou a universidade paulista em um momento de grande efervescência cultural, que de certa forma era reflexo de uma efervescência cultural que ocorria em âmbito mundial, ou, pelo menos, europeu, na década de 60. Embora o golpe militar já houvesse ocorrido, o aparelho repressivo do Regime ainda não tinha se consolidado totalmente – era ainda uma “ditadura envergonhada”, para usar a expressão de Elio Gaspari – e o ambiente universitário ainda gozava de relativa liberdade. Talvez, inclusive, a situação política brasileira contribuisse para essa ebulição cultural, na medida em que gerava um crescente debate político e mobilização do movimento estudantil<sup>45</sup>.

<sup>43</sup> Segundo Boris Fausto *Entrevista concedida a Guido Fabiano Pinheiro Queiroz (por telefone)*. Rio de Janeiro / São Paulo, 9 Jan, 2008. esse editorial teria sido escrito por Santana Mota.

<sup>44</sup> Carlos Guilherme Mota. *Idem*.

<sup>45</sup> A respeito da política brasileira na época, inclusive sobre o movimento estudantil, o cenário universitário brasileiro, e até mesmo a “ebulição cultural” internacional ver Elio Gaspari. A

Ao mesmo tempo o Departamento de História da USP se encontrava em um importante momento de auto-construção e consolidação enquanto instituição de pesquisa e ensino superior. O leitor deve ter em mente que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras era relativamente recente: havia sido criada em 1934. Para essa formação inicial tinha sido de vital importância a chamada “missão francesa”<sup>46</sup> – um grupo de professores e intelectuais convidado com esse objetivo que contava com nomes como Roger Bastide, Lévi-Strauss e Fernand Braudel. “Mas esses franceses, repetindo a lição de 1816, foram chamados para um ato fundador. No caso, formar intelectuais brasileiros. Posteriormente deveriam retirar-se. Seus discípulos brasileiros os substituiriam.”<sup>47</sup> No momento em que Barradas chegou ao Brasil o ensino de pós-graduação e a pesquisa avançavam muito em São Paulo:

“Sobre o comando dessa primeira geração de professores formados sob a égide da missão francesa, numerosos trabalhos de pesquisa foram realizados. Em História Antiga e Medieval, sob a liderança do Professor Eurípedes Simões de Paula. Em História Moderna, Ibérica e do Brasil Colonial pelo professor Eduardo D’Oliveira França. Em História do Brasil, pelo professor Sérgio Buarque de Holanda”<sup>48</sup>

---

*ditadura envergonhada*. CIA das Letras. São Paulo, 2002. e *A ditadura escancarada*. CIA das Letras. São Paulo, 2002.

O momento de relativa abertura que viviam as universidades brasileiras e as discussões que ocorriam nesse cenário estão descritas nos depoimentos de Adalberto Marson. *Entrevista concedida a Guido Fabiano Pinheiro Queiroz*. Campinas, 13 Dez, 2007.; Kunio Suzuki. *Entrevista concedida a Guido Fabiano Pinheiro Queiroz*. São Paulo, 17 Jan, 2008.; Marlene Suano. *Entrevista concedida a Guido Fabiano Pinheiro Queiroz*. São Paulo, 14 Dez, 2007.; Regina Romano. *Entrevista concedida a Guido Fabiano Pinheiro Queiroz*. Jundiaí, 18 Dez, 2008.; e Raquel Glezer. *Entrevista concedida a Guido Fabiano Pinheiro Queiroz*. São Paulo, 16 Jan, 2008., que nos fornece o seguinte relato: “Havia um desconforto, pela questão do golpe, pelo sistema ditatorial que estava sendo implantado, mas eu acho que – eu só posso pensar na perspectiva de 68, 70! – era desagradável, mas não havia ameaça direta à Universidade, ao pensamento... Era desconfortável, os grupos políticos estavam mudando rapidamente de posições e de tendências. As tendências estavam se fragmentando e se articulando, mas era só desconfortável. Não era ameaçador como ficou posteriormente. Quer dizer, eu fiz um Curso de História e não havia pessoal de metralhadora no corredor. E quando eu comecei a dar aula aqui, havia pessoal de metralhadora no corredor, e as aulas eram gravadas e você tinha o sistema pesado de controle do que era lido, do que era discutido. Quando eu fiz a graduação era algo perfeitamente normal você poder ler aquilo tudo que você tivesse acesso. Não havia um sistema de censura. É fácil pensar em retrospecto, mas não havia um sistema de censura. Você podia ler...”

<sup>46</sup> Antonio Cândido. “Portugueses no Brasil”. *Idem.*, como pôde ser visto anteriormente, faz referência também à “missão italiana”, à “missão alemã”, e, sobretudo à “missão portuguesa” (na qual Barradas estaria inserido), que, nas décadas que se seguiram à partida dos franceses, teriam contribuído também na construção da estrutura universitária paulista.

<sup>47</sup> Maria Cecília de Moraes Pinto. *Idem.*

<sup>48</sup> José Jobson de Andrade Arruda & José Manuel Tengarrinha. *Historiografia Luso-Brasileira Contemporânea*. EDUSC. Bauru, 1999. O mesmo texto nos informa estatística elaborada por José Roberto do Amaral sobre a distribuição por área das teses de doutoramento defendidas no departamento de História da USP no período 1934/1973: Colônia – 43,5%, Império – 32, 6%, República – 15,2%, Colônia/Império – 6,5 %, Império/República – 2,2%.

Do ponto de vista dos referenciais teóricos, havia na historiografia brasileira da época, uma espécie de embate entre três (ou dois) grupos diferentes. Este cenário acadêmico que Barradas encontrou no Brasil é descrito por Falcon:

“Nos anos 60 a historiografia brasileira é um campo de forças distintas e desiguais do ponto de vista de sua presença e ações respectivas. Ao lado de uma historiografia de tipo tradicional, dominante, existem ilhas qualitativas em certos centros ou núcleos universitários voltados para as novas concepções historiográficas inspiradas genericamente nos ‘Annales’. De acordo quanto à produção e ensino de uma história moderna e científica, essas tendências divergem sempre que se trata de explicitar a natureza desse ‘moderno e científico’. Para uns, tratava-se de uma questão de métodos e fontes; para outros, era uma questão de teoria, isto é, da teoria marxista. À primeira tendência coube a tarefa de defender e difundir a ‘história quantitativa’, ao passo que a segunda tendia a relativizar o quantitativo em nome do qualitativo, apoiando-se em textos de historiadores marxistas franceses e britânicos.”<sup>49</sup>

Acompanhando essa leitura, poderíamos dividir em três campos concorrentes a historiografia brasileira da época: a história “tradicional”, a dos “Annales” e a marxista. Barradas se inseria, simultaneamente, nas duas últimas correntes, conciliando o materialismo histórico com a historiografia francesa, e foi um importante divulgador de ambas perspectivas teóricas entre os seus alunos e colegas. Suas principais referências teóricas eram, antes de tudo, a primeira geração Escola dos Annales – Marc Bloch e, sobretudo, Lucien Febvre. Braudel, evidentemente, era outro referencial importante, assim como Frederic Mauro e Robert Ricard (que havia sido seu professor na Sorbonne). No campo marxista, além dos clássicos, Marx/Engels, suas principais bases eram Althusser e Lucien Goldmann<sup>50</sup>.

---

Esses dados demonstram uma predominância da História Colonial, a qual o trabalho de Barradas estava, do ponto de vista temporal, ligado. Mas, evidentemente, não se deve acreditar que essa preferência deve-se diretamente a presença de Barradas que, no Brasil, não chegou a orientar uma pesquisa de doutorado.

<sup>49</sup> Francisco Falcon. “Revisitando alguns dos temas pesquisados por Barradas – reflexões sobre a história, teoria e metodologia.” No Prelo.

<sup>50</sup> Ver figura apresentada no **pagina 146**. Esse “Mapa de Referências Teóricas” não tem o objetivo (inatingível) de apresentar todas as influências teóricas na obra de Barradas, mas apenas elencar aquelas que me pareceram mais importantes.

O esquema em questão foi elaborado a partir da análise das entrevistas realizadas e das leituras de Falcon. *Idem.* e da “Introdução” de *Rumo de Portugal* *Idem.*, do próprio Barradas.

José Jobson de Andrade Arruda. *Entrevista...* *Idem.* atribui a importância de Goldmann para Barradas à influência de Fernando Novais: “[Quando eu o visitei após sua saída do Brasil] uma das coisas que ele disse era que uma das pessoas que ele mais apreciava no plano do relacionamento pessoal, sobretudo intelectual – porque era uma pessoa muito instigante, sobretudo uma pessoa que não aceitava facilmente os argumentos do Barradas (por que o Barradas às vezes tinha alguns argumentos que eram travados, ou seja, eles tinham uma certa mecânica interna) –, que lhe provocava muito para que explicitasse um pouco e dialetizasse um pouco essas explicações, era o

A forma como vinculava o marxismo e a escola dos Annales era criticada por muitos de seus colegas, mas esse assunto será mais detidamente tratado em um capítulo posterior.

Continuemos acompanhando o texto de Mota, agora no trecho em que descreve a atuação profissional e política do historiador lusitano:

“Aqui ensinara ele as vantagens da Escola de Paris, mas temperadas pelas preocupações intelectuais de um luso-brasileiro de olho na contemporaneidade. Foi um anfitrião inexcelável, *um português ao alcance de todos* (como costumava dizer), generoso, interessante e interessado: falava horas sobre Braudel, sobre o 5 de outubro, sobre o salazarismo, sobre outros portugueses ilustres no exílio, sobre o jornal *Portugal Democrático* que aqui era produzido (no qual colaborávamos todos e no qual encontrávamos a verdadeira crônica das *maravilhas* da presença portuguesa nas colônias). Em tempos difíceis lá e cá, sua casa no Butantã, junto à Cidade Universitária, era um refúgio de inteligência e boa acolhida portuguesa. Uma luz nas trevas. A cultura portuguesa que circulava por sua casa – intelectuais, artistas, professores – não era sombria tampouco, a começar pelo saudoso Vitor Ramos, ex-professor Titular de Literatura Francesa da USP, também exilado. Os exilados em São Paulo constituíam punhado de gente do mais alto nível humano e intelectual, que contrastava com o Portugal oficial e soturno dos jornais nacionais. Aos poucos, íamos conhecendo intelectuais e professores que por aqui passavam (Joel Serrão, Oscar Lopes, Urbano Tavares e muitíssimos outros que se sentavam à bem-posta mesa de sua mulher – Margarida –, também historiadora). Uma casa portuguesa democrática. Juntos, nela recebemos tantos outros amigos, como Frédéric Mauro, os saudosos Doyen Jacobin Jacques Godechot e o *montagnard* Alberto Soboul, historiadores notáveis e depois amigos queridos. Era a nossa *República do Butantã*.”<sup>51</sup>

Dentre os nomes citados por Carlos Guilherme Mota, os amigos mais próximos de Barradas eram ele mesmo e o professor Fernando Novais. Entre seus superiores, mantinha relações muito cordiais, embora não muito profundas, com o professor França, apesar dele ter sido o principal responsável por sua vinda ao Brasil. Nesse sentido era mais próximo do diretor do Departamento, o Professor Eurípedes Simões de Paula.

Dentro do Departamento havia dois professores que mantinham um bom relacionamento com Barradas mas cujas divergências historiográficas aparentemente esfriavam um pouco as relações. O primeiro deles era o professor Sérgio Buarque de Holanda:

---

Fernando Novais. E acho que um dos diálogos que foi mais rico para Barradas aqui foi o Fernando. Eu lembro bem de muitas ‘quizilas’ (era a palavra que Fernando usava) que ele propunha ao Barradas, que fizeram com que o Barradas se modificasse. Uma delas foi provocar Barradas com Goldmann. ‘Você precisa ler com atenção Goldmann!’ Depois você vai ver nas coisas posteriores do Barradas que o Goldmann começa a estar muito presente. Isso era uma prova que a instigação do Fernando tinha funcionado como uma espécie de cutelo ativador do Barradas.”

<sup>51</sup> *Idem.*

“A posição do Professor Barradas de Carvalho sobre as questões da modernidade em Portugal eram questionadas no Curso de História, pelo Professor Sérgio Buarque de Holanda, que tinha uma idéia oposta. O Professor Sérgio Buarque de Holanda pensava a Colonização Portuguesa como uma colonização atrasada em relação à modernidade européia, e o Professor Barradas de Carvalho, numa outra perspectiva, pensava como uma sociedade em fase de modernização, não completamente moderna, mas em fase de modernização.”<sup>52</sup>

No entanto, apesar dessa grande divergência, a relação entre os dois sempre esteve em bons termos, e a obra de Sérgio Buarque de Holanda influenciou Barradas profundamente, conforme poderemos ver adiante.

Emília Viotti da Costa foi outra pessoa cujas divergências teóricas levaram a um certo afastamento de Barradas. Nesse caso o afastamento se devia, antes de tudo, a concepção de história de Emília que contrastava radicalmente com o “método erudito” de Barradas:

“Um outro problema (...) é uma questão de concepção de história, que era a Emília Viotti da Costa (...). A Emília... Ela não discordava do Barradas, ela gostava do Barradas, mas ela achava que no Brasil a erudição não seria fundamental para o aluno. Porque ela achava que um país pobre, um país com uma série de problemas, a História tinha que ser ensinada muito mais no sentido das grandes sínteses (você pegar um século todo, dois séculos, desde o começo da História), enquanto o trabalho dele era um trabalho muito mais verticalizado em poucos séculos. (...) Mas também (...) não houve nenhuma polêmica... Acho que o Barradas nem ficou sabendo. Isso foi um comentário que talvez ela tenha feito *an passant* (...). Ele próprio, acho que ele até desconheceu isso. Acho que nem percebeu...”<sup>53</sup>

Parece que o trabalho de Barradas, fortemente baseado na leitura de fontes dos séculos XV e XVI, era visto, muitas vezes, como uma erudição sem atualidade, ou ainda, sem pertinência para o tempo presente. Nada mais distante da realidade. Além dessa divergência houve, segundo Adalberto Marson, uma discussão entre os dois a respeito da Reforma Universitária, em 1968:

“Mas no grande debate que houve sobre a reforma universitária, várias vezes ele teve longas discussões em sala de aula com Emilia Viotti da Costa. Mas eu não consigo lembrar mais o teor dessas discussões, porque eram tantos assuntos envolvidos. De um modo geral, a coisa estava situada nesse ponto: Emilia teve uma trajetória e em 68 ela mergulhou de ponta cabeça nesse movimento de reforma e foi até depois o complicador da vida política dela. (...) Então em 68 o Barradas acho que tinha uma atitude mais cautelosa, mais conservadora, porque o movimento estava muito radical. Mas eu não sei precisar os termos, se eram concepções universitárias, concepções de ensino... Provavelmente era isso. Não eram questões políticas partidárias. Eram questões da Universidade Enfim tudo

<sup>52</sup> Raquel Glezer. *Idem*.

<sup>53</sup> Arnaldo Daraya Contier. *Idem*.

eram questões políticas. Ele certamente seria mais conservador, mais assim, contrário a mudanças muito radicais que alterassem aqueles padrões da Universidade Francesa, que era o modelo da USP, você sabe disso. Mas não que ele fosse avesso, tanto que isso é um fenômeno interessante: Dois professores daquele peso, na frente dos alunos, em sala de aula, discutindo... Isso é uma coisa que eu nunca mais vi depois.”<sup>54</sup>

No entanto, como pode ser visto nos próprios depoimentos citados, nunca houve um rompimento entre Barradas e Emília, de forma que nem ela, nem Sérgio Buarque poderiam ser classificados como seus adversários. Nas palavras de Fernando Novais era um homem “praticamente sem inimigos”<sup>55</sup>. Praticamente! Dentro do Departamento esse papel seria exercido por Manuel Nunes Dias:

“Eu acho que o maior crítico do Barradas foi o Nunes, Manuel Nunes Dias – que era muito gozado, porque o menino mais novo do Barradas, o Miguel, que na época tinha sete ou oito anos, ouvia muito falar desse Nunes, Nunes Dias, Nunes Dias... Nós falávamos só ‘Nunes’, mas o Barradas falava ‘Nunes Dias’. E o menino começou a chamar o Barradas de ‘Nunes Noites’, em vez de Nunes Dias, ele chamava de ‘Nunes Noites’. E aquilo foi muito gozado, porque, dava idéia perfeita do peso que essa pessoa exercia. Ele [o Barradas] chega no Brasil, que era um meio liberal, e ele encontra, esse senhor, que era de extrema direita, violento, fisicamente sabe. Ele era uma pessoa violenta, desagradável e tal... E que se dava, inclusive, ao luxo de falar com sotaque português. Acho que ele era neto ou filho de portugueses. Manuel Nunes Dias. Ele era professor catedrático de História da América, e só era mantido nos limites porque na época o Professor Eurípides era muito forte. E o Professor Eurípides protegia o Barradas, mas mesmo assim o Nunes era um peso pro Barradas.”<sup>56</sup>

Mas mesmo em relação a esse personagem o rompimento não era total. Surpreendentemente Barradas chegou a escrever o “Prefácio” de *O Descobrimento do Brasil – subsídio para o estudo da integração do Atlântico Sul*, livro publicado por Nunes Dias em 1967.

A maior parte dos entrevistados ressaltou o caráter “aglutinador” da personalidade de Barradas e sua casa é sempre descrita como um ponto de encontro, um importante espaço de sociabilidade desse grupo (formado por

<sup>54</sup> Idem.

<sup>55</sup> Idem.

<sup>56</sup> Marlene Suano. *Idem*.

Essa oposição também é confirmada por Regina Romano. *Idem.*: “Agora dentro do próprio Departamento ele também tinha os desafetos, o pessoal que não gostava dele. Pela posição política dele. O Nunes era um deles.”

Também é dele que o professor Arnaldo Contier. *Entrevista concedida a Guido Fabiano Pinheiro Queiroz*. São Paulo, 15 Dez, 2007. parece estar falando no seguinte trecho: “Havia um outro professor, que apoiava o Regime Militar Brasileiro, assim *ipsis literis*, que ‘dedou’ um monte de gente no Departamento de História, e que muita gente foi parar no DOPS por causa dele... Então ele vivia lá de olho que era pra poder pegar as pessoas... (...) Super-autoritário, que era português, era salazarista... Devia ter ódio do Barradas, lógico.”

professores da USP e, até, por alguns alunos) – um espaço onde os convidados tinham a oportunidade de conviver não apenas com Barradas, mas com todos os outros intelectuais que freqüentavam a casa, um espaço de trocas de idéias e experiências, conforme ressalta Ulpiano Bezerra de Meneses:

“Então essa alusão que eu fiz à casa do Barradas, como se fosse o *Consulado Português*, e eu também diria, *Consulado Acadêmico*, *Consulado da USP*, *Consulado da História*, ao largo da Cidade Universitária. E eram reuniões, se bem me lembro, quase que semanais; começava não se sabia a hora; terminava não se sabia quando. Então, era uma casa de portas abertas. Chegava e saía gente, era um ambiente extremamente estimulante.”<sup>57</sup>

Como podemos ver, Barradas construiu uma sólida rede de amigos e colaboradores brasileiros no pouco tempo que permaneceu entre nós. Muitos entrevistados ressaltaram o fato de que parecia extremamente adaptado ao Brasil<sup>58</sup>. De certo esse ambiente que construiu aqui contribuiu de forma fundamental para a ligação especial que passou a ter com o nosso país. De fato, conforme ressaltou Maria Lúcia Perrone, Barradas destoava do estereotipo de exilado na medida em que, no Brasil, não conheceu a solidão<sup>59</sup>. Mas, segundo Jobson, além dessa profícua convivência social e intelectual, outros fatores, de ordem afetiva, foram importantes para forjar esse vínculo especial com o Brasil<sup>60</sup>. Uma outra leitura, que me parece particularmente interessante para explicar essa enorme adaptação de Barradas ao meio paulista é a de Marlene Suano:

“Ele tinha um relacionamento, na realidade mais chegado com os brasileiros do que com os portugueses. Eu sempre tive essa impressão... A idéia dele de Império Português, era tão marcada, que ele aqui não se sentia fora. (...) Ele não se sentia fora porque fazia parte desse sonho dele, dessa idéia, desse Império Português.”<sup>61</sup>

<sup>57</sup> Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses. *Entrevista concedida a Guido Fabiano Pinheiro Queiroz*. São Paulo, 14 Dez, 2007.

<sup>58</sup> Ver entrevistas de Adalberto Marson. *Idem.*; Boris Fausto. *Idem.*; Kunio Suzuki. *Idem.*; Regina Romano. *Idem.*; José Jobson de Andrade Arruda. *Idem.*; Maria Lúcia Perrone Passos. *Idem.*; e Marlene Suano. *Idem.*

<sup>59</sup> *Idem.*: “Eu acho também, é importante que se diga, que a queixa de todo exilado é a solidão, o isolamento. Mas ele logo cercou – o Joaquim e a Margarida Barradas de Carvalho – a casa deles, que era perto da Cidade Universitária, [de amigos]. Era um ponto de encontro de intelectuais, de historiadores (...) Eles tinham sempre a casa cheia de amigos, (...) então, acredito que ele não tenha sofrido como outro exilado, tanto de solidão.”

<sup>60</sup> “Só que algo que não poder ser desconsiderado na vida do Barradas são as suas relações afetivas. Barradas no Brasil fez relações afetivas muito significativas para ele, que o amarram ao Brasil. Ele não queria voltar mais. Ele não queria retornar mais para a Europa. E mesmo depois que eu o encontrei em Lisboa, depois de já ter saído do Brasil, ido para Paris, ido para Lisboa, era com lágrimas nos olhos que ele falava do Brasil e do que tinha deixado aqui.” *Idem.*

<sup>61</sup> *Idem.*

É sempre lembrado como “um ser sorridente e afável”<sup>62</sup>. Encontrou poucos detratores nos meios em que circulou e sua personalidade fascinante permitiu reunir como amigos pessoais figuras que tinham posicionamentos políticos muito diversos dos seus, como o diretor do departamento de História da USP na época, o professor Eurípedes Simões de Paula<sup>63</sup>.

Exercia especial fascínio sobre seus alunos de *História da Civilização Ibérica*, cadeira que ocupou desde o início do seu exílio no Brasil<sup>64</sup>, ou do curso de *História da Cultura Portugal*, optativa que ministrou nos últimos dois anos<sup>65</sup>. Obviamente, como professor, imprimia às suas aulas suas opções historiográficas, assim como os traços de sua personalidade. Jobson Arruda, que foi seu aluno nesse período, nos fornece informações sobre a atuação de Barradas como professor e de como funcionava a cadeira que assumiu:

“No fundo era um curso de feição historiográfica, pouco usual naquela época, pois era uma espécie de território privado dos cursos de metodologia e teoria da história. (...) Assumia um papel de preceptor, um ritual de iniciação, pelo qual aprendizes eram encaminhados ao ofício de historiador, e, portanto, erros cometidos eram entendidos como etapas cumpridas no processo de aprendizagem. (...) Realizava um enlace entre a história econômica – em sua forma mais recente e extremada, a história quantitativa – e a história da cultura, igualmente em sua franja mais sofisticada, o da história das mentalidades. (...) Visão ampla e sensibilidade eram marcas de sua personalidade. Para ele o historiador era um ponto de encontro, um meio termo entre a erudição e o ensaísmo, a sua mediação criadora. Revelou-se para todos nós, seus alunos, por seu comportamento pessoal, o professor que mais de longe veio e o que mais próximo se tornou. Acostumados ao distanciamento imposto pelos professores brasileiros, herança do *status* atribuído à figura dos professores da Universidade

<sup>62</sup> conforme José Jobson de Andrade Arruda. “Joaquim Barradas de Carvalho: o itinerário de um missionário dos novos tempos (Lisboa, Paris, São Paulo).” *Idem*.

<sup>63</sup> Como prova de sua afeição Barradas dedicou *As fontes de Duarte Pacheco Pereira no “Esmeraldo de Situ Orbis”*. Coleção da Revista de História. São Paulo, 1968. Nº XXX. ao Professor Eurípedes Simões de Paula, “o responsável pela edição deste pequeno livro, e o responsável mais próximo pela minha vinda para o Brasil, para São Paulo. E também, sobretudo, pela confiança que em mim sempre tem depositado e que me tem permitido fazer, no Brasil, um pouco daquilo que queria ter feito no meu País, mas que as forças obscurantistas, reinantes até agora, têm impedido.”

O livro em questão tratava-se da compilação uma série de artigos publicados na *Revista de História* ligados a sua tese sobre o *Esmeraldo*, que ainda estava em fase de elaboração na época.

<sup>64</sup> Ele dividia a disciplina com a professora Sonia Siqueira. Ele ficava responsável por Portugal, ela por Espanha. Segundo muitos de seus alunos o contraste era grande!

Segundo Arnaldo Daraya Contier. *Idem.*: “Na cadeira de *História Ibérica* tinha uma professora chamada Sônia Siqueira, e ela trabalhava com a Espanha na ‘Idade de Ouro’, que não tinha nada a ver com o trabalho dele. Ela dava aula expositiva e ele trabalhava com a parte mais prática e os seminários com os alunos. Então essa professora, não que fosse oposição, mas ela tinha uma visão de história um pouco diferenciada, na medida em que ela defendia a Inquisição...”

Ou Adalberto Marson. *Idem.*: “Eu acho que na nossa época o que nos salvou dentro dessa *História Ibérica* foi o Barradas, por que infelizmente a seara era mito pobre, muito precária.”

<sup>65</sup> Sobre os cursos que ofereceu é o próprio Barradas que informa em *Rumos de Portugal*. *Idem*.

de São Paulo, em geral egressos dos estratos superiores da sociedade, causou-nos grande impacto a sua atitude de aproximação, de abertura de diálogo e, sobretudo, a oferta de oportunidades.”<sup>66</sup>

Nas entrevistas que realizei com seus ex-alunos a sua generosidade e o caráter democrático das suas aulas é sempre ressaltado. O que o tornava tão admirado, apesar da barreira imposta pelo forte sotaque, era a forma como tratava os alunos, abrindo mão da tradicional posição hierárquica, tratando-os como iguais, convidando-os a discutir, ouvindo suas opiniões e acatando-as quando eram pertinentes. Barradas não tinha dificuldades em mudar de posições quando se convencia de que estava errado (embora convencê-lo fosse, geralmente, um pouco difícil).

Na qualidade deste papel de preceptor, Barradas organizou com alguns alunos selecionados da sua primeira turma um grupo de estudos sobre a literatura portuguesa de viagens da época dos Descobrimentos – seu grande tema de pesquisa –, com especial atenção para os documentos relativos ao Descobrimento do Brasil. Jobson, que também participou deste grupo nos relata o seguinte:

“O seminário desdobrou-se em sessões semanais que tiveram continuidade nos anos seguintes. Conduzia-o com enorme segurança, total disponibilidade para com seus aprendizes e absoluta discrição ao apontar possíveis equívocos, preferindo sempre a ironia fina que, não raro, voltava contra si próprio. (...) As reuniões de trabalho realizavam-se no Centro de Estudos Portugueses, no centro da cidade (...). Mas nunca terminava sem uma passagem, quase obrigatória, pelos bares da Galeria Metr pole, ou pelo Fasano, na Avenida Paulista. Esse talvez tenha sido um dos primeiros projetos na área de História a contar com apoio da Fapesp, sem dúvida uma experiência coletiva pioneira no campo da inicia o científica.”<sup>67</sup>

Em uma época em que inexistiam as famosas “bolsas de inicia o científica” do CNPQ, ou qualquer outro incentivo governamental de apoio à pesquisa no âmbito da gradua o, o projeto do professor Barradas ofereceu aos seus participantes um primeiro contato com o ofício do historiador<sup>68</sup>. Além disso, conforme já foi dito, sua atua o como professor ajudou, sem dúvida, a divulgar, em um meio-acadêmico ainda precoce e incipiente – como, então, era o

---

<sup>66</sup> *Idem.*

<sup>67</sup> *Idem.*

<sup>68</sup> As atividades desenvolvidas nesse projeto são descritas nas seguintes entrevistas: Ana Maria Camargo. *Idem.*; Arnaldo Daraya Contier. *Idem.*; Regina Romano *Idem.*; e Raquel Glezer. *Idem.*

brasileiro<sup>69</sup> –, o que na época eram os mais recentes desenvolvimentos historiográficos internacionais, especialmente aqueles vinculados à Escola dos Annales, com a qual estava fortemente ligado. Certamente Barradas, ao formar uma parcela significativa dos professores universitários que o sucederem na USP, assim como em outras instituições, contribuiu para o desenvolvimento da excelente reputação que os Annales gozaram na academia brasileira por muito tempo.

Ao lado da historiografia francesa, fazia parte de suas discussões, em sala de aula ou em conversas informais, reflexões de inspiração marxista. Portanto ele contribuiu também na divulgação de leituras marxistas mais recentes, como a de Althusser. Nesse sentido a figura de Barradas seria um perfeito integrante da “missão portuguesa” descrita por Antonio Candido, “que trouxe contribuições culturais positivas e renovadoras...”<sup>70</sup> O professor Ulpiano atribuí a atuação de Barradas um papel de destaque na consolidação dessas novas concepções historiográficas – sobretudo a dos Annales – na Universidade de São Paulo. Um papel ainda maior do que o da “Missão Francesa” da década de 30:

“O Braudel esteve na USP por vários anos. O Eurípedes foi um assistente dele. Ele não tinha deixado marcas mais significativas que a gente pudesse perceber. Foi por intermédio do Barradas, que eu havia [conhecido] Braudel. Não só Lucien Febvre e Marc Bloch... Mas o próprio Braudel, que tinha estado na casa tanto tempo! Foi esta Historiografia Francesa que o Barradas [introduziu] – eu não diria que ele foi um herói-fundador, mas que ele deu significado, vida e presença. Havia, é claro, outros colegas, Fernando Novais, gente que estava em contato com essa historiografia. Mas eu diria que a coisa realmente assumiu o papel de uma referência importante, fundamental, em grande parte em virtude dessa presença do Barradas aqui. No meu caso pessoal, sem sombra de dúvida. Eu comecei a me interessar por essa historiografia a partir das nossas conversas da faculdade, mas sobretudo na casa dele, do Barradas. (...) E do ponto de vista diretamente da docência, eu não fui aluno dele, mas assisti a algumas conferências, e eu acho que o Barradas foi um dos responsáveis para que essa historiografia tivesse uma presença efetiva dentro da USP. Para que ela não significasse apenas alguma coisa de abstrato (sobre a qual você lê, ou tem noções), mas alguma coisa que tem sentido na sua própria atividade acadêmica.”<sup>71</sup>

<sup>69</sup> devemos lembrar que as primeira universidade brasileiras foram fundadas apenas no século XX (tradicionalmente considera-se a Universidade do Rio de Janeiro [hoje UFRJ], inaugurada em 1920 como a primeira universidade brasileira, outros apontam a Universidade do Paraná, ou mesmo a do Amazonas, que teriam sido fundadas, respectivamente, em 1912 e 1909).

<sup>70</sup> Antonio Candido. *Idem*.

<sup>71</sup> *Idem*.

Ver também nesse sentido o depoimento de Fernando Novais. *Idem*: “...ele também foi muito importante porque a orientação intelectual dele é a mesma da faculdade: a Escola dos Annales. Mas não era dominante na época. Quando ele veio pra cá era dominante a história econômica. Eu

Entretanto, a despeito de todo o seu prestígio, durante os anos em que aqui esteve, Barradas orientou, oficialmente, somente uma dissertação de mestrado: a de Maria Lúcia Perrone Passos, sobre as crônicas de Fernão Lopes, mais tarde publicada sob o título *O herói na crônica de D. João I, de Fernão Lopes*<sup>72</sup>. Sua aluna descreve o orientador como uma “alma generosa que espalha livros, idéias e afecto entre amigos e alunos...”<sup>73</sup>

Seus contatos não se restringiam ao meio universitário paulista. No Rio de Janeiro, por exemplo, tinha grandes amigos ligados ao filólogo Celso Cunha<sup>74</sup>. Aliás, segundo Contier, sua metodologia de pesquisa o levou a tecer uma sólida rede de intelectuais por todo o Brasil e até no exterior:

“[No projeto sobre os documentos do Descobrimento] qualquer problema que havia, a gente entrava em contato com especialistas do Brasil e do mundo. Então ele tinha uma rede muito grande de intelectuais importantes. Por exemplo, quando havia algum problema de filologia ele entrava em contato com o Celso Cunha (que está falecido), e assim por diante. Se ele precisava de alguma coisa sobre o século XVI sobre a questão náutica, ou a questão da Física – como que a Física era entendida no século XVI? – ele procurava professores de Física, que conhecessem a História da Física, para ele poder entender aquele trecho que ele estava discutindo. Então aí ele foi montando uma teia muito grande de intelectuais na medida em que era um trabalho realmente interdisciplinar. Por que o Barradas não arriscava: toda vez que ele não conhecia, ele parava! Ia buscar acessórios. Inclusive muitas cartas foram pra Portugal, foram pra França, foram pra vários lugares do mundo. E depois disso se aguardava respostas para avançar no trabalho. Isso requeria erudição dele. E, a partir desse momento, ele travava conhecimento com intelectuais de áreas diversas, não só historiadores, mas no campo de filologia, no campo de Física, no campo da Matemática, em todos os outros campos.”<sup>75</sup>

Além da vida acadêmica, Barradas atuava, junto a outros exilados portugueses na luta anti-salazarista, destacando-se nesse sentido suas publicações no jornal *Portugal Democrático*. A pouca recepção que suas sua militância tinha entre os imigrantes, conforme Fernando Novais, foi uma das maiores fontes de frustração de Barradas no Brasil, o que era perfeitamente compreensível,

---

mesmo, nos anos 50, quando eu fui aluno aqui, lembro do grande impacto que teve pra mim, no segundo ano, em 1954, quando eu fui assistir o curso de historia moderna: era do professor França e era sobre o Renascimento Italiano. Todos os outros cursos eram ou sobre História Geral (política) ou História Econômica. Todos, todos... E não tinha história da cultura. Ora, o Barradas veio com História da Cultura! Ele veio com a mesma orientação, em História da Cultura. Nesse sentido ele tem uma importância fundamental. Sobre a historiografia brasileira.”

<sup>72</sup> Prelo. Lisboa, 1974.

<sup>73</sup> Maria Lúcia Perrone Passos. “O conto do livro fujão” In: *Brasil e Portugal, uns contos e tal*. Prefácio. Lisboa, 2003.

<sup>74</sup> Conforme Fernando Antonio Novais. *Idem*.

<sup>75</sup> *Idem*.

especialmente quando se tem em mente o contraste que ele deve ter encontrado entre as Colônias Portuguesas do Brasil e da França:

“O que o incomodava mais era a colônia portuguesa. Imagine a colônia portuguesa no Brasil! Isso o Barradas nunca se conformou por mais historiador, cientista, objetivo que ele fosse. Comentou dezenas de vezes, desde o começo. (...) [Eu dizia a ele]: ‘Você tem que ver o que domina a colônia portuguesa no Brasil são os comendadores, são todos salazaristas. A *Casa de Portugal* aqui era salazarista. O resto, você tem pobre e tal, classe média (...), são totalmente apolíticos, quando não são salazaristas também. Imigrante de esquerda aqui? Não tem! É o grupo que você tem com seus exilados (...). É um grupo parcial, o do Partido Comunista. Atuando furiosamente em torno do jornal. E vocês não conseguem vender esse jornal aos portugueses aqui, quem lê esse jornal aqui são os brasileiros.’ Agora, quem é a colônia portuguesa em Paris? É tudo de esquerda. Têm ódio [de Salazar]. São perseguidos em Portugal, mandam dinheiro para sustentar o Regime que ainda os persegue quando eles passam a fronteira. Então é tudo gente contra. Eles atuam: As organizações de esquerda em Paris têm um campo de ação que aqui não tem. O campo de ação do Barradas aqui eram os brasileiros. Isso era uma coisa que entristecia o Barradas.”<sup>76</sup>

Mas, apesar do grande círculo de amizades construído no Brasil, e da bem sucedida carreira de professor universitário aqui construída, o desconforto de Barradas cresceu muito com o encrudescimento da ditadura após o ano de 1968. Até esta data, apesar do golpe e da instalação regime militar de direita – que eram contrários, a um só tempo, aos seus princípios democráticos e às suas convicções comunistas –, Barradas, a exemplo de seus camaradas do Centro Republicano Português, mantinha-se relativamente afastado das questões políticas brasileiras, encarando com otimismo o futuro do país que o recebera. Na sala de aula era discretíssimo e evitava ao máximo se referir às questões políticas. Sua rede de relacionamentos, porém, denunciava suas simpatias. Nas conversas informais as críticas apareciam mais facilmente. Mas, até 1968, Barradas na verdade não parecia tão incomodado com o Regime Militar quanto os brasileiros que o cercavam. Ele já tinha conhecido, em sua terra natal, uma ditadura plenamente estabelecida e sabia que as coisas poderiam piorar. Aos mais jovens dizia, com uma ironia que geralmente os irritava muito: “Vocês ainda não viram nada!”<sup>77</sup>

<sup>76</sup> Idem.

<sup>77</sup> Conforme Marlene Suano. *Idem.*: “Agora uma coisa que eu sempre achei muito estranho quando se falava da ditadura no Brasil – Claro ele nunca foi favorável! –, mas eu sempre tinha impressão que ele caçoava da gente e dizia: ‘Vocês ainda não viram nada’. Porque, quem tinha visto, o Salazarismo (...), aquilo ali, entre 66, 67 e 68 (que era mesmo muito disfarçado), ele achava que era colírio.”

Além disso, diante da crescente radicalização do movimento estudantil, aconselhava calma aos seus alunos mais chegados<sup>78</sup>.

Essa discrição – que tinha o duplo objetivo de manter seu espaço de oposição ao Salazarismo no Brasil<sup>79</sup> e como uma forma preservar o professor Eurípedes Simões de Paula (que o trouxera para cá e lhe oferecia sempre grande apoio)<sup>80</sup> – não significava, porém, que ele não participasse de nenhum tipo de atividade de oposição a Ditadura Militar.

“[O pessoal] queria que ele participasse aqui da nossa oposição ao Regime, e ele nunca se negou, fazia tudo, mas dizia: ‘Olha, eu como estrangeiro não posso estar me expondo, por que aí eu vou prejudicar a minha ação...’ (...) Ele assinava coisas, que ele achava até que não devia assinar porque ele era um estrangeiro...”<sup>81</sup>

Após o AI-5, com a censura funcionando plenamente e a intervenção política direta na Universidade, o clima político brasileiro se tornou insuportável para Barradas. Luís de Albuquerque que o visitou em 1969 nós oferece o seguinte relato sobre a situação do amigo na época:

“Quando em Setembro ou Outubro de 1969 fui a São Paulo fazer uma conferência, almocei em sua casa. Atravessava-se então uma época de repressão contra grupos que contestavam (intelectuais, estudantes e operários) a legitimidade do golpe que havia derrubado João Goulart. (...) Ao almoço, e com a maior naturalidade deste mundo, Barradas contou-me que já tinha sido por duas vezes chamado a prestar declarações na Delegacia, que sua casa estava noite e dia vigiada (como, aliás, pude verificar), mas que nunca se decidiria sair do Brasil por causa de intimidações. E só daí por um mês, ele se resolveria abandonar São Paulo e procurar, mais uma vez, refúgio na França.”<sup>82</sup>

<sup>78</sup> Conforme Kunio Suzuki. *Idem.*: “As pessoas daquela época tinham uma certa pressa de mudar as coisas ou de fazer as coisas. [Quando eu digo as pessoas, eu quero dizer] a sociedade brasileira no geral, naquela época, principalmente os estudantes (...). Para mim, quem mais abriu a cabeça para esse tipo de perspectiva foi o Barradas, justamente com essa visão mais sólida que ele trazia da Europa, mesmo de Portugal, porque, como ele dizia, e acho que tem um fundamento: ‘Em Portugal como tem oitocentos anos, as coisas demoram mais para andar.’ Mas também tinha vantagens dessa tradição maior que era muito mais consolidada. A gente queria era fazer a revolução e tal, avançar a mil por hora. A coisa que ele falava: ‘Olha é perigoso, você tem que pensar direito aí...’. Uma vez ele perguntou uma coisa: ‘Vai morrer quanta gente?’. Então, quer dizer, ele tinha uma consciência muito clara do que a gente estava querendo fazer e a pressa que era inconseqüente.”

<sup>79</sup> Conforme Boris Fausto. *Idem.* e Fernando Antonio Novais *Idem.*

<sup>80</sup> Conforme Marlene Suano. *Idem.*: “Eu sempre notei nele, muito presente, o respeito que ele tinha pelo Eurípedes. Para não criar problemas para o Eurípedes.”

<sup>81</sup> Fernando Antonio Novais. *Idem.*

<sup>82</sup> Luís de Albuquerque. *Idem.* A última data colide com outras fontes que ns informam que Barradas deixa o Brasil apenas no início de 1970.

Ao mesmo tempo Braudel se esforçava por levar seu amigo de volta à França. Acabou partindo para Paris em 1970, acompanhado de sua esposa Margarida Barradas de Carvalho – que havia também se estabelecido como professora universitária no Brasil, dando aulas de Historiografia e Teoria da História na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo<sup>83</sup> e era contrária à transferência – e dos dois filhos mais novos, que praticamente haviam sido criados aqui e eram forçados a adaptarem-se a vida de perpétuo exilado do pai.

Mas, por mais que o clima estivesse tenso – ele chegou a ser envolvido em um IPM –, não me parece que haveria uma ameaça efetiva contra ele. Acredito, portanto, que a afirmação de Barradas ao seu amigo Luís de Albuquerque, de que “nunca se decidiria sair do Brasil por causa de intimidações” fosse, pelo menos em parte, verdadeira. Creio que as ameaças dos militares foram menos importantes para sua decisão de partir do que a definitiva quebra da liberdade intelectual que a Ditadura impunha ao Brasil a partir de 68. Barradas não conseguia mais conviver com o Regime que tornara o seu ambiente tão parecido com aquele do qual fugira em Portugal. Essa hipótese é confirmada pelo relato de Novais a respeito do IPM que ocorreu na USP:

“Houve, no começo de 69, com a cassação de professores universitários, um processo aqui, no Departamento de História, um IPM, em que estivemos envolvidos o professor Barradas, a professora Emília, o Carlos Guilherme, eu, o professor Boris Fausto... Tivemos que prestar depoimentos, eu tive que ir uma vez ao DOPS (...). Então, nessa época, o Barradas ficou muito aborrecido com essa coisa e achou que, evidentemente, ele não podia mais continuar aqui. Ele tinha saído da França para vir para o Brasil. Ele tinha muitos anos de ditadura de direita. Quer dizer, não tinha sentido ele ficar aqui. E, sobretudo, ele achava que não conseguia fazer as coisas, não conseguia escrever. Eu me lembro que a Margarida não queria ir, as crianças não queriam ir. E a Margarida me disse que ela se convenceu de ir para França por que ela se convenceu de que, se ele ficasse aqui, ele não conseguiria escrever as coisas que queria escrever. Ela achava melhor ficar aqui, e as crianças ficarem aqui. [Achava] que esse negócio de IPM não iria dar em nada. Ou, se desse... se desse eles voltavam.”<sup>84</sup>

Acompanhando esse depoimento considero que o aspecto fundamental na decisão de Barradas de voltar para a França foi a quebra do ambiente de convívio intelectual, marcado por uma liberdade relativamente grande, que ele havia conseguido construir aqui durante os primeiros anos da Ditadura. Sem esse

<sup>83</sup> conforme José Jobson de Andrade Arruda. “Joaquim Barradas de Carvalho: o itinerário de um missionário dos novos tempos (Lisboa, Paris, São Paulo).” Idem.

<sup>84</sup> Idem.

Emília Viotti da Costa foi aposentada compulsoriamente na ocasião do AI-5, em 1968.

ambiente ele não conseguia manter sua atuação profissional. Peço desculpas ao leitor, mas não resisto à tentação de citar mais um trecho de Novais a esse respeito:

“O Barradas estava muito ligado a sua atividade de professor, a atividade política, a atividade no sentido banal, a sociabilidade dele com os amigos, isso, para ele e para a Margarida, era uma coisa muito ligada, intrincada, estava tudo muito ligado. Envenenou um setor, os outros todos param de funcionar. Eu acho que o Barradas, ele se sentiu, depois do AI-5, depois que houve as cassações, ele sentiu que não tinha condição (esse setor profissional, se ele fosse desligado ele poderia ficar, se ele fosse um advogado, ou um profissional-liberal, ele podia continuar indo às reuniões dos portugueses do Portugal Democrático... mas não era o caso), ele realmente achou que não tinha condições aqui. Ele estava escrevendo a tese dele (...), isso é uma coisa muito trabalhosa, e depois do fim de 68 pra frente ele dizia que não conseguia fazer. Isso mostra que ele estava realmente amargurado. Isso por causa do fechamento do Regime. O ambiente ele não tinha mais. (...) Ele dizia: ‘é o mesmo ambiente que eu vivia em Portugal. Eu tenho que voltar’”<sup>85</sup>

A carta que seu amigo Vitor Ramos – que se achava então nos EUA – lhe envia em 6 de maio de 1970 o encontra já instalado em Paris:

“Soube pelo Audabert que você se acha em Paris, no Hotel Saint Pierre, como nos *bons vieux temps*. Não sei se antecipei, ou exagerei, a sua reação parisiense ao dizer como nos *bons vieux temps*... Mas creio que não! Certamente Paris mudou muito nos cinco anos que você esteve em São Paulo. Por outro lado, você próprio também mudou. *Mas apesar de tudo, julgo que depois da experiência brasileira nos últimos tempos o seu encontro com Paris deve ter parecido um libertação*. Como vai agora o seu processo de re-adaptação? E o trabalho? Em relação a este ponto, tenho pensado muitas vezes no seu caso, que foi o meu aliás durante o tempo em que aí estive. *O meu trabalho rendia menos do que se podia esperar, entre outras razões, porque nós estávamos afogados em mil compromissos e actividades das quais o menos que se pode dizer é que eram extra-intelectuais.*”<sup>86</sup>

Realmente, conforme previa seu amigo, o volume de trabalho de Barradas cresceu sensivelmente durante este período que esteve na França. Antes de tudo é quando conclui sua Tese sobre o *Esmeraldo de Situ Orbis*, um verdadeiro

<sup>85</sup> Idem.

<sup>86</sup> Vitor Ramos. *Carta para Joaquim Barradas de Carvalho*. Davis, 6 Maio. 1970. Documento do Arquivo Pessoal de Vitor Ramos, sob a custódia do Centro de Apoio à Pesquisa em História (CAPH) da FFLCH-USP. Grifo meu, salvo as palavras em francês. O primeiro trecho grifado com certeza faz referência ao aumento do autoritarismo e violência após 1968. Mais à frente, na mesma carta, Vitor expõe de forma mais clara suas incertezas em relação ao Brasil: “...como você sabe Davis, para mim, não pode ser senão lugar de passagem. Mas o facto é que as notícias de São Paulo não são animadoras. Embora não tenha havido cassações na USP, outras medidas são indícios de que a situação continua tensa: a Emília foi presa, por alguns dias, o Caio Prado apanhou 4 anos e meio de prisão, foi presa a filha do Jorge Fidelino, a censura está mais rigorosa e, o que é pior, o país está habituado à rotina de repressão. Ficarei pois aqui, pelo menos no próximo ano. Depois, veremos.” O segundo trecho grifado dá testemunho do empenho, tanto de Vitor Ramos, quando de Barradas, com a luta pela democratização de Portugal.

calhamaço que foi publicado posteriormente em dois volumes com um total de 846 páginas, na versão francesa<sup>87</sup>. Mas, se após a partida do Brasil, aumentou a quantidade de publicações e trabalhos escritos por Barradas, a fase brasileira de sua vida não deve ser posta em segundo plano, conforme demonstra Jobson Arruda:

“A fase brasileira da sua existência revela-se extremamente produtiva. Dos onze verbetes que escreveu para o *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por seu amigo Joel Serrão (1965-1971), apenas um foi publicado antes de sua vinda para o Brasil. Beneficiou-se de sua estada entre nós, da mesma forma como antes já se beneficiara Fernand Braudel. Aqui Barradas encontrou uma revista de periodicidade rigorosa, comandada pelo professor Eurípides Simões de Paula, ao mesmo tempo disponível e carente de matéria de alta qualidade. Foram 32 artigos em sete anos, oito deles referentes às fontes de Duarte Pacheco Pereira. Treze outros artigos fazem parte do projeto ‘O descobrimento do Brasil através dos textos – Edições críticas e comentadas’. Para gáudio de sua equipe, foram também publicados os artigos assinados por seus estudantes que viram, pela primeira vez, seus nomes estampados no rol dos articulistas de uma das revistas mais respeitadas no país. A grande maioria dos textos publicados comporia, cinco anos após a sua partida do Brasil, em 1970, a base do seu doutoramento de Estado defendido na Sorbonne, em 1975, que tinha por título um verdadeiro enunciado. Não lhe faltou tempo, nem ânimo, para escrever resenhas, prefaciá-los livros, apresentar comunicações em congressos e, até mesmo, produzir artigos para a *Revista História Viva*, órgão do grêmio estudantil do Departamento de História.”<sup>88</sup>

Além disso, não resta dúvidas de que o período de exílio no Brasil foi central para o desenvolvimento de uma série de reflexões que só mais tarde tomariam a forma de publicações, conforme procurei demonstrar anteriormente na apresentação deste trabalho. Vitor Ramos novamente não deve ter se enganado ao dizer que nos cinco anos em que estivera no Brasil o amigo havia mudado muito.

Mas, mesmo quando voltou à França não deixou de militar contra a Ditadura portuguesa. Aliás, durante esse período aproximou-se, inclusive, da

<sup>87</sup> Joaquim Barradas de Carvalho. *A La Recherche de la Specificite de la Renaissance Portugaise: l'Esmeraldo de Situ Orbis* de Duarte Pacheco Pereira et la litterature portugaise de voyages a l'epoque des grandes decouvertes – Contribution à l'étude des origines de la pensée moderne. Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais. Paris, 1983. 2 vol.

Conforme José Jobson de Andrade Arruda. *Idem*. o trabalho de Barradas foi “uma das raras teses agraciadas pelo júri com a distinção ‘très honorable’ e ‘les felicitations du jury’, tendo por relator Michel Mallat.

<sup>88</sup> *Idem*.

Na verdade encontrei no *Dicionário de História de Portugal* dirigido por Joel Serrão doze, e não onze, artigos de Barradas: “Absolutismo”, “Algarismo”, “Cerveira, Afonso”, “Esmeraldo de Situ Orbis”, “Fenandes, Valentim”, “Gomes, Diogo”, “João, Mestre”, “Lopes, Tomé”, “Mayr, Hans”, “Pereira, Duarte Pacheco”, “Velho, Álvaro” e “Viagens, literatura de”. Joel Serrão (dir).

*Dicionário de História de Portugal* Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1968. 6 volumes.

Qual, ou quais, desses teriam sido escritos antes de sua chegada ao Brasil é uma informação que não disponho.

oposição ao Regime Militar organizada pelos exilados brasileiros<sup>89</sup>. Ainda se encontrava na França quando recebeu, radiante, a notícia da eclosão da Revolução dos Cravos e do fim do salazarismo. Retornou, enfim, o mais breve que pode, deixando em Paris a esposa e os filhos, que só mais tarde se transferiram definitivamente para Portugal. Barradas encontraria, porém, uma situação que ainda o fazia se sentir um exilado em seu próprio país, como na época da ditadura. A terra natal não o acolheu como ele esperava e merecia. Encontrou muitas dificuldades em se inserir no recém-democratizado meio universitário lusitano:

“O retorno a Portugal, depois da estada vitoriosa em Paris, foi um mar de decepções que lhe encheram o coração de mágoa. Disposto a lutar pelo reconhecimento de seus títulos e sua equiparação formal à condição de professor catedrático da Universidade de Lisboa, não aceitou o convite feito pelo matemático Rui Luís Gomes, exilado como ele, mas que se tornara reitor da Universidade do Porto, para assumir a condição de catedrático, sem a exigência absurda de fazer novamente o doutoramento, convite extensivo à sua esposa, que passaria a ser sua assistente. Recusou-se, igualmente, a permanecer como pesquisador de CNRS, apesar da insistência de seus colegas franceses que, numa última tentativa para retê-lo, ainda mantiveram o pagamento de seus salários durante todo o ano de 1975, sem que Barradas lá fosse, mantendo seu lugar em aberto durante o ano de 1976, prova inquestionável de seu desempenho naquela instituição de pesquisa. (...) A recusa de Barradas em retornar ao CNRS em Paris, ou mesmo transladar-se ao Porto, explica-se por seu forte sentido de cidadania, a convicção de que era seu dever lutar pelo reconhecimento de seus direitos, assim como jamais esmorecera na batalha pelos direitos civis de sua gente. Mais do que arrependimento pelas opções perdidas, carregava um sentimento de perda, de vazio. A punição imerecida do grande professor e pesquisador, grajeado de São Paulo a Paris, e que se via obrigado a cumprir extenso programa de aulas, intercaladas por janelas, apanágio de principiantes.”<sup>90</sup>

E, ao que tudo indica, não só o meio acadêmico o decepcionava no novo Portugal. Os rumos da política e da sociedade portuguesa pós-revolucionária o desconcertavam. Nesse sentido, Jobson nos informa ainda que:

“Seus desencontros e vicissitudes levaram-no a pensar em um livro sobre o clima pós-revolucionário, uma espécie de contraponto ao obscurantismo salazarista, e que deveria chamar-se *O obscurantismo anti-salazarista*, uma demonstração inequívoca de seu desencanto com os desdobramentos da Revolução, mas que nunca chegou a publicar.”<sup>91</sup>

<sup>89</sup> Conforme Fernando Antonio Novais. *Idem.*: “Ele, depois que ele foi para Paris – entre 69/70 e 73/74 (...) – atuou muito com o pessoal da oposição [ao Regime Militar Brasileiro] em Paris, o pessoal exilado. O pessoal que editava uma revista chamada *Debates*, em Paris. Foi a época em que estava muito ligado ao Bento [Prado]”

<sup>90</sup> *Idem*

<sup>91</sup> *Idem.*

Esse sentimento de desgosto o acompanhou até o seu falecimento, seis anos depois do 25 de Abril, no dia 18 de junho de 1980, aos 60 anos. Era como se morresse de desgosto.

## A JANGADA APORTA

### O exílio no Brasil e o projeto de um Portugal flutuante

“Viajar, (...) é saber quanto desejas o que está adiante e quanto amas o que desejas esquecer pelo novo. Aqui, comigo, mas escondido na lembrança perdida, está este lugar que não mais quero e sempre amo. Sabê-lo, mas ilusoriamente esquecendo-o, é como flutuar num sonho onde tudo se sabe e tudo se esquece. Lá, nas margens distantes e desconhecidas, está o lugar do sonho, para onde quero ir. Para lá vou, inquieto e feliz, com o só repouso das lembranças que procuro esquecer na caminhada para a nova margem desejada.”

Silvio Castro. Memorial do Paraíso.

Ao chegar em São Paulo, Barradas encontrou aqui outros companheiros portugueses exilados que se empenhavam em combater o Regime ditatorial instalado em Portugal. O principal instrumento deste grupo de oposição no País era o jornal Portugal Democrático, vinculado ao Centro Republicano Português de São Paulo<sup>92</sup>. Este periódico havia sido fundado em 7 de julho de 1956, era inicialmente mensal e vendido nas bancas de jornal. Apresentava no editorial de seu primeiro número os princípios que nunca deixaram de orientá-lo até sua última edição em abril de 1977<sup>93</sup>:

“Perante o aparecimento, nas bancas, de mais um jornal para os portugueses do Brasil, o leitor certamente se perguntará se esta publicação tem uma política e qual a missão que pretende cumprir.

A resposta a estas perguntas cabe em meia dúzia de palavras e constitui todo o nosso programa: a política que pretendemos realizar e a missão que temos a cumprir são pura e simplesmente servir ao Portugal Democrático com verdade e independência.

Sabemos que se seguirmos à risca tal programa, não nos faltarão leitores, entre os portugueses de boa vontade, espalhados por esse Brasil, e os brasileiros que se interessem por Portugal, que desejam um órgão que os informe com objetividade, com verdade, com honestidade, sobre toda a situação de nosso país. A cultura portuguesa, que nas últimas décadas tantos atentados tem sofrido, merecer-nos-á especial atenção.

<sup>92</sup> Segundo Miguel Urbano Rodrigues. “Portugal Democrático – um jornal revolucionário” In: LEITE, Rui Moreira & LEMOS, Fernando. *A Missão Portuguesa: rotas entrecruzadas*. EDUSC. Bauru, 2003. o Centro Republicano Português era “uma coletividade democrática que possuía na Rua Conselheiro Furtado, uma sede ampla que era o lugar de reunião e convívio de antifascistas de quadrantes políticos diferenciados, comunistas, socialistas, liberais e cristãos progressistas. Foi no Centro Republicano que durante anos o PD funcionou, em duas salas que lhe foram cedidas.”

<sup>93</sup> Data apresentada por Miguel Urbano Rodrigues. *Idem*. Ubirajara Ramos. *Idem*. diverge dessa data, apresentando a edição de número 205, de Abril de 1975, como a última do PD.

(...) Voltado para o futuro, consciente das realidades do presente e orgulhoso das grandezas do passado, aqui têm pois os portugueses do Brasil o seu jornal: o Portugal Democrático.”<sup>94</sup>

Apesar da diversidade de orientações políticas que sempre o caracterizou, o grupo que certamente foi mais influente no jornal foi o dos membros do Partido Comunista Português. Aliás, foi seguindo as diretrizes do PCP – que recomendava a colaboração com segmentos políticos diferentes na luta contra o fascismo<sup>95</sup> – que o Portugal Democrático foi fundado.

“Foi com essa diretriz antifascista que dois portugueses, ambos comunistas, Manuel Ferreira Moura, um operário que no Brasil trabalhava como técnico numa firma francesa de alumínio, e Victor Ramos, professor de Literatura na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, procuraram outros portugueses contrários ao regime salazarista para lançar um jornal mensal, cujo título refletia uma preocupação de unidade em função do objetivo comum: *Portugal Democrático*.”<sup>96</sup>

Seguindo a risca essa orientação de Unidade com setores oposicionistas diferentes o grupo inicialmente formado por Victor Ramos e Manuel Moura era bastante heterogêneo.

“Entre os primeiros colaboradores do Portugal Democrático havia membros do tradicional Partido Republicano, como João Sarmento Pimentel e seu irmão Francisco Pimentel; escritores de tendência socialista, como Adolfo Casais Monteiro e até monarquistas, como Thomaz Ribeiro Colaço.”<sup>97</sup>

Entre julho de 1957 e junho de 1958 o jornal parou de circular. Para o relançamento do Jornal Victor Ramos e Manuel Moura procuraram o jornalista Miguel Urbano Rodrigues, que havia se exilado no Brasil após ser demitido do *Diário Ilustrado* em Lisboa e aqui passou a trabalhar n’*O Estado de São Paulo* por indicação de Jaime Cortesão. O jornal voltou a circular em um momento importante para a oposição em Portugal: a campanha do general Humberto Delgado. Esse episódio, somado à posterior chegada no Brasil do general –

<sup>94</sup> Citado por Ubirajara Ramos. *Idem*.

<sup>95</sup> Conforme Ubirajara Ramos. *Idem*: “Unidade antifascista foi a designação usada para nomear a política de frente comum das diversas organizações, correntes e personalidades de oposição ao Estado Novo. Foi uma orientação central da tática do Partido Comunista Português (PCP) para a derrubada do regime salazarista, sobretudo a partir do VII Congresso da Internacional Comunista, em 1935, na qual foi definida a linha tendente à constituição das frentes populares unitárias contra o fascismo. Adaptada às condições do pós-guerra, essa orientação, aplicada com variável sucesso, em diferentes conjunturas, permaneceria como constante da atividade política do PCP até a derrubada do regime.”

<sup>96</sup> *Idem*.

<sup>97</sup> *Idem*.

acompanhado de outras importantes personalidades políticas e intelectuais – no rescaldo da campanha eleitoral de 58, criou um maior interesse da imprensa brasileira pela situação política portuguesa. Valendo-se dessa conjuntura o *Portugal Democrático* conseguiu consolidar seu espaço entre leitores que tinham um perfil antissalazarista.

As divergências entre delgadistas e anti-delgadistas levariam ao afastamento de algumas pessoas ligadas ao jornal<sup>98</sup>, como Miguel Urbano Rodrigues, que entre 59 e 60 fundaria outro jornal antissalazarista, o *Potugal Livre*. Posteriormente, em 1961, Miguel Urbano Rodrigues voltaria ao PD, afastando-se assim do general Delgado Além disso a crescente influência do Partido Comunista dentro do jornal a partir de 1961 acabou afastando alguns outros colaboradores – Adolfo Casais Monteiro, Fernando Correia da Silva, Fernando Lemos, Jorge de Sena e Paulo de Castro, por exemplo, teriam deixado o Conselho de Redação em virtude das divergências com os comunistas.<sup>99</sup> No entanto, essa preeminência dos membros do PCP no jornal não o tornou nunca um jornal exclusivamente comunista, e a diversidade ideológica entre os colaboradores se manteve nos anos seguintes.

Outros interromperam sua colaboração com o periódico após o golpe de 1964.

“A implantação de uma ditadura e a feroz repressão contra os simpatizantes da esquerda no Brasil fizeram alguns portugueses, que militavam na oposição democrática, acreditarem que o espaço para continuarem combatendo a ditadura salazarista estava perdido. Alguns julgavam que, nas novas circunstâncias, a continuidade do *Portugal Democrático* seria encarada pelos militares brasileiros como uma provocação.”<sup>100</sup>

A publicação, entretanto, sobreviveu não só ao golpe, como aos anos que o seguiram, devido a uma estratégia que foi também adotada por outros grupos democratas de exilados: manter a oposição ao salazarismo evitando envolver-se nas questões políticas brasileiras. Na ocasião do golpe

<sup>98</sup> O Portugal Democrático, junto com o Centro Republicano Português, formava um grupo que, sem ter rompido diretamente com o General, criticavam suas propostas de enfrentamento armado ao Estado Novo e as “aventuras militaristas” em que se envolvia (como o ataque ao Quartel da Beja em 61).

<sup>99</sup> Conforme Ubirajara Ramos. *Idem*. baseado nas entrevistas concedidas por Carlos Cruz e João Alves das Neves.

<sup>100</sup> *Idem*.

“Os membros do Portugal Democrático, após uma avaliação exaustiva da conjuntura brasileira, decidiram prosseguir com a publicação do jornal, mantendo, sem desvios nem concessões, a sua linha, embora mantivesse uma grande preocupação em ‘evitar qualquer matéria, opinião ou expressão que pudesse ser rotulada como intromissão nos assuntos brasileiros’”<sup>101</sup>

Esse posicionamento permitiu que se tornasse o jornal opositor português que mais tempo teve de vida<sup>102</sup>. Possivelmente foi também o que teve mais liberdade de ação, pois encontrava sua sede bem distante das garras da censura salazarista. Não resta dúvidas que contribuiu de forma significativa para o fim da ditadura lusitana. Além da colônia portuguesa paulista, assim como de outras cidades brasileiras<sup>103</sup>, o jornal acabou ganhando um público que talvez não fosse esperado originalmente. Mais do que os “brasileiros que se interessam por Portugal” o jornal acabou conquistando como leitores um número significativo de pessoas da esquerda brasileira, principalmente após a instalação do Regime Militar, a partir de 1964. Por seu perfil estar voltado mais diretamente a assuntos internacionais do que internos, o Portugal Democrático escapava com mais facilidade do que outras publicações nacionais ao aparelho repressivo.

“Ocorreu assim uma situação paradoxal. Durante anos o *Portugal Democrático* foi no Brasil o único jornal – fora do âmbito da imprensa clandestina – em que se fazia apologia do socialismo e de movimentos de libertação nacional que recorriam à guerrilha. Marx e Lênin eram citados elogiosamente nas suas colunas. Nas universidades dizia-se, com bom humor, que era português o único jornal de esquerda do Brasil.”<sup>104</sup>

Os “movimentos de libertação nacional que recorriam à guerrilha” aos quais Miguel Urbano Rodrigues faz referência são os que lutavam pela independência das colônias africanas, visto que o jornal tornou esse um dos seus temas principais. Amílcar Cabral chegou a colaborar com o jornal, sob o pseudônimo de “Abel Djassi”<sup>105</sup>. Esse posicionamento que permitiu, não só que o PD ganhasse leitores nos meios progressistas brasileiros, como também atingisse grupos de exilados portugueses em outros países:

“Um número considerável de exemplares era expedido pelo correio para os núcleos mais activos da oposição democrática formados em vários países:

<sup>101</sup> *Idem*. Ramos cita trecho da entrevista que lhe foi concedida por Joaquim Quitério.

<sup>102</sup> Conforme Ramos. *Idem*.

<sup>103</sup> Chegou a ter uma espécie de sucursal no Rio de Janeiro, organizada por Eugênio Mercedes. Além disso exemplares do jornal eram expedidos pelos correios para outros Estados brasileiros, e também para os núcleos mais ativos da oposição ao salazarismo formados no exterior.

<sup>104</sup> Miguel Urbano Rodrigues. *Idem*.

<sup>105</sup> Conforme Ramos. *Idem*. e Rodrigues. *Idem*.

Canadá (Toronto e Montreal), Venezuela, Uruguai, Argentina, Estados Unidos, Inglaterra, França e Checoslováquia.

Iludir a vigilância da PIDE, recorrendo aos processos mais variados foi preocupação permanente do colectivo do PD. De cada país onde chegava, o jornal seguia para Portugal. Do Brasil eram enviados também muitos exemplares que furavam o cerco montado pela polícia política e pela censura postal do fascismo.”<sup>106</sup>

O projeto do combate ao colonialismo dentro do PD ganhou tal vulto, que a partir do grupo que o compunha formou-se a Unidade Democrática Portuguesa, que, entre outras ações, passou a editar um boletim quinzenal trilingüe (português, inglês e francês) que criticava duramente a atuação das forças salazaristas na guerra colonial. A redação e tradução deste boletim eram feitas pelo coletivo do PD<sup>107</sup>. Além disso, o PD participou da elaboração de um

“documento que as organizações democráticas portuguesas do Continente Americano enviavam todos os anos ao presidente da Assembléia Geral das Nações Unidas. (...) Um texto cuidadosamente preparado que tinha estrutura de um relatório sobre a repressão fascista, as violações dos direitos humanos em Portugal e os crimes praticados na guerra colonial em Angola, Moçambique e Guiné Bissau era dirigido à Assembléia Geral.”<sup>108</sup>

Além das matérias sobre a violenta guerra colonial salazarista, outro assunto que gerou grande projeção para o jornal foi a trajetória de Humberto Delgado. Como já foi visto a cobertura da campanha eleitoral do general e seu posterior exílio no Brasil foram fundamentais para o relançamento do PD em 58 e sua consolidação como principal meio informativo dos oposicionistas portugueses. Além disso o Portugal Democrático foi um dos primeiros jornais a denunciar, em 1965, o assassinato de Delgado, vítima de uma armadilha preparada por agentes da PIDE em Badajoz em que foi morta também sua secretária, a brasileira Arajarir Campos. O próprio Barradas chegou a escrever, em 1967, dois artigos para o Portugal Democrático que davam notícias do andamento do processo relativo ao assassinato do general, movido pela sua viúva representada pelo advogado Mario Soares<sup>109</sup>.

<sup>106</sup> Miguel Urbano Rodrigues. *Idem*.

<sup>107</sup> conforme Miguel Urbano Rodrigues. *Idem*.

<sup>108</sup> *Idem*. Segundo Rodrigues a idéia do documento inclusive nasceu em São Paulo.

<sup>109</sup> Esses artigos fazem parte da coletânea *O obscurantismo Salazarista*. *Idem*. onde recebem os títulos de “O processo de Delgado em Espanha” e “O processo de Delgado em Roma”. Foram publicados originalmente, respectivamente em: *Portugal Democrático*, nº 115, Fevereiro-Março de 1967. e *Portugal Democrático*, nº 119, Julho de 1967.

Assim com o passar dos anos o PD adquiriu uma excelente reputação, passando de publicação mensal, que era inicialmente, até chegar a semanário nos seus últimos meses de existência. Perdeu fôlego apenas após a Revolução dos Cravos, mas Miguel Urbano Rodrigues atribui o seu encerramento em 1977 a atuação dos ex-agentes da PIDE, que fugindo para o Brasil e se integrando no aparelho repressivo da Ditadura Militar passaram a ameaçar as gráficas e distribuidores do periódico, inviabilizando o prosseguimento de sua publicação<sup>110</sup>.

Mas quando se deu esse triste encerramento, Barradas já se encontrava em Portugal. Voltemos então para 1964, quando, chegando no Brasil, ele logo se envolveu na confecção do Portugal Democrático. Esteve tão ligado ao PD que chegou a integrar seu conselho de redação<sup>111</sup>. O jornal ofereceu a Barradas, além da oportunidade de seguir a orientação de “Unidade Antifascista” do Partido Comunista Português, uma forma de dar vazão a sua personalidade naturalmente agregadora, ao trabalhar junto com o grupo tão diversificado de colaboradores do Portugal Democrático.

Conforme já foi dito, Barradas escreveu nesse jornal uma série de artigos que mais tarde foram publicados no livro *O obscurantismo salazarista*<sup>112</sup>. Deixarei o próprio autor apresentar idéia que orienta esse trabalho, da qual o título já nos dá uma idéia:

“...nem o actual governo português tem nada a ver com a ciência nem a ciência tem nada a ver com o actual governo português. A verdade, a verdade científica, é algo subversivo para o actual governo português. A procura de algo novo, a pesquisa ao serviço do Homem percorrem um caminho que não pode interessar ao actual governo português, cuja base é a falsificação, a mentira, a apologia da esclerose nos domínios intelectuais, o *obscurantismo*, em suma”<sup>113</sup>

<sup>110</sup> *Idem.*

<sup>111</sup> conforme Miguel Urbano Rodrigues. *Idem.*

<sup>112</sup> *Idem.* O livro é formado quase exclusivamente por seus artigos no PD, exceto pelo último capítulo, “Palestra nas comemorações do 5 de Outubro em S. Paulo 1965” que, como o próprio título nos informa, é a transcrição de uma palestra proferida no Centro Republicano Português e publicada originalmente em *Semana Portuguesa*. São Paulo, 9 de Outubro de 1965.

<sup>113</sup> Joaquim Barradas de Carvalho. *Idem.* (grifo do próprio autor)

artigo originalmente publicado em *Portugal Democrático*, nº 85, agosto de 1964

Um artigo de Barradas publicado na *Paz e Terra 10*: “Em torno do Obscurantismo na Universidade” In: ARAGÃO, Augusto et al. *43 Anos de Fascismo em Portugal*. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1969. apresenta as mesmas idéias. O próprio desenvolvimento do texto é muito semelhante aos seus artigos publicados no Portugal Democrático.

Assim, a imagem que Barradas traça do governo salazarista é a de um regime que atua na perseguição aos intelectuais portugueses pelo simples fato de serem intelectuais. Para ele, a manutenção da estrutura de poder que sustentaria Salazar passava, necessariamente, pelo cultivo da ignorância e pela perseguição à ciência. Para fundamentar essa idéia, cita uma infinidade de professores e cientistas portugueses que, segundo ele, teriam sofrido perseguições pelo simples fato de se dedicarem a atividades intelectuais. Essas listas compõem uma parte significativa do livro, e aparecem nos capítulos: “Os quadros Universitários”, “Outros quadros Universitários demitidos pelo governo”, “A investigação científica”, “Investigadores que não puderam trabalhar na Universidade portuguesa”, “Mais notas sobre a investigação científica sob o salazarismo”, “Repressão aos intelectuais”, “Repressão sobre os escritores”<sup>114</sup>, além dos artigos que tratam individualmente de figuras específicas (como “O caso do prof. Vitorino Magalhães Godinho”<sup>115</sup>).

Mas vamos nos aprofundar mais na leitura das crônicas políticas de Barradas de Carvalho, detendo-nos mais atentamente na sua caracterização da perseguição intelectual salazarista:

“Entre os professores universitários demitidos pelo regime salazarista encontramos-os de todos os credos políticos e religiosos, não faltando mesmo no amplo naipe os monárquicos e os católicos. Mas se o regime salazarista não distinguiu entre os credos políticos e religiosos, alguma coisa ele distinguiu, e bem: a competência científica e docente dos atingidos. Não sofre dúvidas para ninguém, nem para a própria minoria salazarista, que os demitidos parecem ter sido cuidadosamente escolhidos entre os melhores quadros científicos e docentes das já pobres Universidades portuguesas...”<sup>116</sup>

Assim, para Barradas, a perseguição salazarista está longe de ser uma simples perseguição política. Trata-se, mais exatamente de uma perseguição à ciência, visto que

“A ditadura salazarista, muito logicamente, é inimiga da investigação científica. O imobilismo salazarista não se pode coadunar com a pesquisa, com a busca do

<sup>114</sup> Capítulos originalmente publicados como artigos do *Portugal Democrático*, respectivamente: Nº 85, Agosto de 1964.; Nº 86, Setembro de 1964.; Nº 87, Setembro de 1964.; Nº 91, Fevereiro de 1965.; Nº 95, Junho de 1965.; Nº 98, Setembro de 1965.; Nº 106, Maio de 1966.

<sup>115</sup> Publicado originalmente em *Portugal Democrático*, nº 94, maio de 1965.

<sup>116</sup> Joaquim Barradas de Carvalho. *Idem*. artigo originalmente publicado em *Portugal Democrático*, nº 85, agosto de 1964

novo, com o progresso. A verdade científica não é compatível com a quietude do cemitério que é o Portugal de Salazar”<sup>117</sup>

Mas Barradas vai ainda mais longe: para ele não apenas o regime português persegue a intelectualidade portuguesa, como também não há colaboração possível entre intelectuais e o regime. Barradas concebe a Ciência e a Ditadura Salazarista como dois elementos tão radicalmente opostos que não consegue ver a menor possibilidade de associação entre eles. É com um certo pesar, portanto, que ele critica a participação de Armando Cortesão (irmão de Jaime Cortesão, mestre admiradíssimo por ele) no Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros realizado nos Estados Unidos em 1967, como chefe da delegação oficial enviada pelo regime:

“Este colóquio (...) provou uma vez mais que não é possível conciliar a vida intelectual, a ciência, a arte, a cultura, com o salazarismo. São possíveis contra o salazarismo, mas nunca com o salazarismo. O dr Armando Cortesão, agora chefe da chamada ‘delegação oficial’, foi um grande historiador, realizou uma grande obra científica, mas realizou-a à margem do salazarismo, contra o salazarismo, perseguido, exilado, durante uma vintena de anos. Lamentamos profundamente que ele seja hoje uma caução do salazarismo obscurantista.”<sup>118</sup>

A associação ao salazarismo seria assim uma mácula a manchar Armando Cortesão: apesar de reconhecer sua importante trajetória científica, a partir do momento em que colabora com a ditadura ele perde o seu estatuto de intelectual. Para usar expressão do próprio autor, o intelectual, enquanto intelectual, deve estar “a margem do salazarismo”.

Mas é sempre com muito otimismo que Barradas vê o futuro de Portugal. Visto que concebe a intelectualidade como a antítese do salazarismo, é na atuação dessa mesma intelectualidade que ele projeta suas esperanças:

“Mas ao fim e ao cabo, sejamos otimistas. Nunca a força bruta, o obscurantismo, conseguiu prevalecer, sair vencedor. A melhor prova de que assim também não será em Portugal está na *coragem dos nossos intelectuais*, na coragem de nossa juventude, com uma menção especial, neste momento, para os valentes estudantes de Lisboa, Porto e Coimbra”<sup>119</sup>

Essa mesma idéia reaparece em artigo publicado no ano seguinte:

---

<sup>117</sup> *Idem.*

artigo originalmente publicado em *Portugal Democrático*, nº 91, fevereiro de 1965

<sup>118</sup> *Idem.*

artigo originalmente publicado em *Portugal Democrático*, nº 115, fevereiro-março de 1967

<sup>119</sup> *Idem.* (grifo meu)

artigo originalmente publicado em *Portugal Democrático*, nº 98, setembro de 1965

“Mas, apesar dos dias negros que temos passado e estamos passando, somos levados a uma atitude otimista em relação ao futuro, o futuro que julgamos bem próximo. E entre muitas outras razões temos o facto de que os escritores portugueses do nosso tempo conseguiram – apesar do salazarismo, apesar da repressão brutal obscurantista – ganhar a simpatia, a solidariedade, a admiração do mundo, pelo valor, pelo nível da sua produção e também por algo mais que no fundo está ligado, a este nível, a este valor da produção literária, que é a sua grande e insofismável *coragem cívica*.”<sup>120</sup>

Como podemos ver a verdadeira atividade intelectual, para Barradas, é, antes de tudo, uma ação corajosa. Coragem temida por Salazar e seus colaboradores:

“As últimas notícias que nos chegam de Portugal, após a extinção da Sociedade Portuguesa de Escritores, mostram bem o pânico existente nas hostes salazaristas. Algumas centenas, não muitas de escritores, ‘armados-até-os-dentes-com-canetas-de-tinta-permanente’, fazem tremer o ‘sólido’ edifício salazarista!”<sup>121</sup>

Esses são os heróis de Barradas: os intelectuais. Heróis que nos trazem a memória os heróis da “idade de ouro” de Portugal: aqueles heróis que, não à toa foram chamados de “descobridores”. Afinal, tinham sido esses homens a desafiar a ignorância lançando-se corajosamente no mar desconhecido para descortinar para a humanidade todo um mundo novo. A essa analogia não faltam nem mesmos os riscos que toda a aventura implica. Afinal só há coragem se há perigo! Se os navegantes enfrentavam os oceanos bravios, os intelectuais portugueses teriam de enfrentar a violência do Estado Novo. Afinal “a investigação científica é a distração mais perigosa a que um cidadão português se pode dedicar.”<sup>122</sup>

Assim eram, para Barradas, escritores e navegantes, heróis de épocas diferentes, em comum o desafio à ignorância e ao medo com os olhos postos no futuro.

Meu objetivo, no entanto, não é apenas discutir a imagem que Barradas traça da ditadura salazarista, mas também analisar as relações dessas concepções políticas com a sua produção historiográfica a respeito dos Descobrimientos. Para

<sup>120</sup> *Idem.* (grifo meu)

artigo originalmente publicado em *Portugal Democrático*, nº 106, maio de 1966

<sup>121</sup> *Idem.*

artigo originalmente publicado em *Portugal Democrático*, nº 98, setembro de 1965

<sup>122</sup> Esta frase teria sido dita ao biólogo português Flávio Resende por um amigo, quando o primeiro voltou da Alemanha com idéias de abrir em sua terra natal um Centro de Pesquisas. O episódio é narrado no *Obscurantismo Salazarista*. *Idem.* em artigo originalmente publicado em *Portugal Democrático*, nº 91, Fevereiro de 1965.

tal análise faz-se necessária a referência à outra obra do autor que destacamos: *Rumo de Portugal*<sup>123</sup>.

O título desse pequeno livro já é, por si só, bastante significativo: nessa obra um claro projeto político para a sociedade portuguesa aparece ao lado de uma breve análise acadêmica da história lusitana. Antes de tudo, Barradas defende a singularidade de Portugal diante dos outros países europeus, principalmente diante de sua vizinha mais próxima, a Espanha. Para o autor, a cultura portuguesa é muito mais *atlântica* do que *européia*. Isso, é claro, seria resultado do processo de expansão marítima: “Lançando-se na aventura dos descobrimentos marítimos e da expansão, Portugal volta, já nessa época, se não muito antes, as costas à Península Ibérica”<sup>124</sup>. Por isso, diante da possibilidade de integração com a Europa, o nosso historiador prefere que seu país volte os seus olhos para o Brasil e para a África portuguesa. Barradas alimenta o sonho da formação de uma “Comunidade Luso-Afro-Brasileira”. A esse respeito é interessante estarmos atentos às palavras de Carlos Guilherme Mota a respeito de seu amigo:

“Para muitos de nós, brasileiros, ele foi realmente extraordinário, o último romântico português, que procurou um espaço no planeta para sua pátria e para uma utópica comunidade luso-afro-brasileira. Um lugar democrático e moderno, avançado, criativo e fraterno.”<sup>125</sup>

De uma certa maneira, o que Barradas propõem é a continuidade dos laços que ligaram por tanto tempo sociedades tão diferentes. Se o colonialismo não é mais adequado ao século XX – e não resta a menor dúvida de que Barradas era radicalmente contra o colonialismo –, então que ele seja substituído por uma relação democrática entre os países que formaram o Império Português. O que não era admissível era que os laços se rompessem de forma definitiva.

Embora não se restringisse a isso, a base desta comunidade seria, sobretudo, a língua

<sup>123</sup> *Idem.*

<sup>124</sup> *Idem.*

<sup>125</sup> Carlos Guilherme Mota. *Idem.* que nos informa também que Barradas “pensava mesmo que se um dia se articulasse um Bloco Luso-afro-brasileiro, a capital deveria ser São Paulo...”, o que me parece sintomático do impacto que a experiência do exílio sobre os projetos do historiador lusitano.

Kunio Suzuki. *Idem.* relata que quando encontrou Barradas em Portugal, após a Revolução dos Cravos, ele teria lhe dito: “Ao contrário de Mário Soares, eu acho que Portugal deve se unir ao Brasil e às três Colônias Portuguesas na África e criar um mundo Luso-Afro-Brasileiro.”

“A língua portuguesa demarcava um território específico, oferecendo-se como via de transporte para conteúdos científicos ou poéticos. Entender a língua como território em si, independente da forma política que sobre esse território se aloja, é projetar a língua à sua dimensão universal, descolando-a de sua identificação imediata ao espaço de uma determinada nação. Nesse contexto, o correspondente político mais elástico e apropriado é o Império, um plural étnico e cultural que se sedimenta via código lingüístico hegemônico, via língua, via palavra. Das cinzas do Império real nasceria um império onírico, fundamentado nos laços seculares de comunidades transcontinentais, multiétnicas e pluriculturais, o sonho antecipado da lusofonia, de ancoragem lusitana.”<sup>126</sup>

Se o aspecto central desta comunidade era a língua portuguesa compartilhada, então, de fato, esta comunidade já existia, necessitando apenas ser oficializada, institucionalizada. Isso nos ajuda a entender como, para Barradas, esse projeto estava muito longe de ser utópico. A existência da comunidade não só era algo possível, como já tinha sua base, que era representada não apenas pelo idioma comum, mas também pelas trocas culturais que tinham marcado o passado assim como o presente dos países lusofônicos. Nesse sentido, sua própria viagem ao Brasil pode ser entendida como uma permanência desse tráfico mental entre Portugal e sua antiga colônia. E é importante lembrarmos que, para Barradas, essa era uma via de mão-dupla, e não apenas um ato civilizatório do europeu que vinha ao Novo Mundo oferecer conhecimento aos nativos, visto que ele sempre ressalta o quanto aprendeu em sua viagem ao Brasil.

Semelhante à “jangada de pedra” de Saramago, o Portugal que faria parte da comunidade luso-afro-brasileira de Barradas seria um Portugal desprendido da Europa, flutuando no Atlântico entre a América e a África.

Assim Barradas inseria-se na discussão, tão importante para o seu tempo, do colonialismo. Longe de simplesmente condená-lo, rejeitando-o, ele transformava seu autoritarismo tradicional na liberdade da relação que propunha para Portugal, África e Brasil. Transformando Império em Comunidade, ele garantia ao primeiro um lugar no século XX e no futuro, ainda que transfigurado.

Para defender esse projeto político audacioso Barradas recorre à História, apresentando sua interessante análise da era de ouro de Portugal, a fase dos Descobrimentos marítimos, detendo-se com especial atenção aos aspectos ideológicos, numa perspectiva profundamente influenciada pela história das

---

<sup>126</sup> José Jobson de Andrade Arruda. “Joaquim Barradas de Carvalho: o itinerário de um missionário dos novos tempos (Lisboa, Paris, São Paulo).” Idem.

mentalidades dos *Annalles*. Tal é a importância que Barradas dá a esse período que ele chega a fazer a seguinte afirmação:

“...toda a história de Portugal gira em torno dos descobrimentos marítimos e da expansão dos séculos XV e XVI. Tudo o que aconteceu antes não foi mais do que uma preparação para esses grandes empreendimentos. Tudo o que aconteceu depois foram – e são ainda – conseqüências desses grandes empreendimentos.”<sup>127</sup>

O período dos Descobrimentos era um momento tão importante para a História Portuguesa que Barradas dedicou-se a ele durante a maior parte de sua vida. O seu estudo apaixonado d’*O Esmeraldo de Situ Orbis* de Duarte Pacheco Pereira ganha um sentido especial quando se tem em mente que, para Barradas, essa obra era “uma obra-síntese. Síntese de todo um conjunto de obras anteriores, estreitamente ligadas aos descobrimentos marítimos dos portugueses do século XV, e inícios do século XVI.”<sup>128</sup> Ser obra-síntese de uma época tão determinante na História Portuguesa significava, também, ser obra-síntese de toda a cultura lusitana.

O que a leitura do *Esmeraldo* revelava para Barradas era que, mais do que determinar para sempre o “Rumo de Portugal”, os Descobrimentos teriam feito surgir no Portugal dos séculos XV e XVI, a partir da difusão de uma “literatura de viagens”, uma cultura “experencialista”, característica do “Renascimento português”. Os aspectos mais centrais desse “Renascimento” seriam a valorização da experiência empírica e a matematização do real, lançando as bases para o pensamento moderno, por isso mesmo, chamado pelo historiador de “pensamento pré-científico”. Com essa afirmativa, Barradas de Carvalho pretendia ressaltar a importância portuguesa na formação da ciência moderna.

O que teria decretado o fim desse Renascimento português seria o surgimento do Tribunal do Santo Ofício. A perseguição intelectual e a censura da Inquisição certamente teriam sido responsáveis pela decadência que atingiu Portugal nos anos seguintes. O potencial daquele país pioneiro na descoberta do

<sup>127</sup> *Rumo de Portugal (A Europa ou o Atlântico)*. Idem.

Outro exemplo da enorme importância que Barradas conferia ao período dos descobrimentos encontra-se no parágrafo de abertura do verbete “Viagens, literatura de” que Barradas escreveu para o *Dicionário de História de Portugal*. Idem.: “É um facto incontestável que a história de Portugal, e até da civilização ibérica – se é que existe uma civilização ibérica –, avultam na história universal mercê dos descobrimentos marítimos e da expansão dos séculos XV e XVI. Só os descobrimentos e a expansão puderam ter dado origem a algo de *inteiramente novo* na história da humanidade que tenha provindo de Portugal.”

<sup>128</sup> Joaquim Barradas de Carvalho. *As fontes de Duarte Pacheco Pereira no “Esmeraldo de Situ Orbis”*. Coleção da Revista de História. São Paulo, 1968. Nº XXX

mundo, que ajudara a lançar as bases do pensamento moderno, seria sufocado pelo *obscurantismo* do Santo Ofício. A união com Castela em 1580 só acentuaria o processo de decadência portuguesa.

Conforme vimos, os modernos heróis de Portugal, os intelectuais (àqueles em quem Barradas deposita sua fé de que seriam os únicos capazes de livrar o país do obscurantismo), são, intrigantemente, muito próximos da imagem tradicional dos clássicos heróis lusitanos, os descobridores: em ambos os casos se destaca a coragem de se lançar contra a ignorância para descobrir o novo.

No quadro que Barradas nos traça poderíamos ainda fazer mais uma aproximação entre os intelectuais portugueses do século XX e os navegadores do século XVI: a experiência da viagem como principal forma de materialização da sua coragem. Viagem que, em ambos os casos, tem como destino preferencial, o “Novo Mundo” ou, mais especificamente, o “mundo descoberto por Portugal”, Brasil e África. Viagem que, para os navegantes do século XVI, convenciamos chamar de “conquista” e que, para os intelectuais a que Barradas se refere, chamamos de “exílio”.

Conforme dito anteriormente, acredito que a experiência do exílio é muito importante para entender não só o posicionamento político de Barradas, como também a sua ótica historiográfica. Para dar prosseguimento a essa reflexão acompanharemos a pesquisa de Douglas Mansur da Silva sobre intelectuais portugueses exilados no Brasil. Na apresentação do seu trabalho Silva diz que escolheu

“lidar com um núcleo específico de intelectuais, que estabeleceram redes de relações mais estreitas entre si. Em alguns casos, tais laços teriam se iniciado no Brasil, em outros casos ainda em Portugal. Como tais redes de relações ultrapassavam o domínio estritamente acadêmico ou cultural, para uma atuação na luta de oposição ao salazarismo e no debate sobre as relações histórico-político culturais entre Brasil e Portugal (ou luso-brasileiras), observei que, para além das idéias estritamente relacionadas a domínios de conhecimento específico, idéias de ordem política e social teriam exercido um significativo impacto na sociedade brasileira. Esta constatação fez com que eu circunscrevesse o estudo num núcleo mais restrito de intelectuais, mas que por si só eram representativos uma densa complexidade. Eram das mais variadas áreas de saber, das ciências sociais e humanidades à literatura, das artes ou o jornalismo à matemática, e de gerações diferentes, mas tinham em comum o fato de que se opuseram ao regime salazarista desde Portugal, através de idéias, temas e estéticas que se diferenciavam das manifestações ‘oficiais’ do regime e sua ideologia nacional-colonial. Tais agentes não eram apenas *scholars*, num sentido

estrito, mas personalidades que tomavam partido político, mesmo que isto se manifestasse apenas no domínio estético, tais intelectuais teriam em comum algum grau de consciência de que eram uma “elite política e cultural” que estava a exercer no Brasil uma “missão” específica.”<sup>129</sup>

Dentro desse grupo de exilados escolhido por Silva como objeto de estudo estaria Barradas de Carvalho. No trecho acima Silva destaca dois aspectos da atuação desses intelectuais no Brasil que me parecem plenamente aplicáveis ao caso de Barradas e que vão ser bastante úteis no desenvolvimento dessa nossa reflexão:

Em primeiro lugar o “transbordamento” das suas áreas de saber específico operado na produção intelectual desses exilados na medida em que se afirmam como opositores do regime salazarista. Nesse “transbordamento” as águas da vida política e do saber científico se misturam de tal forma que não poderão mais ser separadas. É certamente o caso de Barradas que, como vimos, via a própria atividade intelectual necessariamente como uma ação política<sup>130</sup>. Em Barradas a política deságua no saber científico (a História) e o saber científico deságua na política. Peço ao leitor, no entanto, que deixe momentaneamente de lado essa idéia, que será desenvolvida melhor adiante.

Por ora vamos nos deter no segundo aspecto da vida intelectual dos exilados portugueses apontados por Douglas: a idéia que surge nesse grupo de que eles estavam “a exercer no Brasil uma ‘missão’ específica”. Vamos acompanhar mais uma vez a apresentação do trabalho de Silva, onde ele discute

“sobre a atuação desses agentes no Brasil como uma ‘missão cultural’ em um duplo sentido: de um lado, insere-se, dialoga e confronta-se com elementos constitutivos do sistema cultural-nacional brasileiro; de outro, procura realizar a atividade cultural que não foi possível em Portugal, como oposição e diferencial ao sistema oficial salazarista.

Um exame preliminar sobre os exilados antisalazaristas no Brasil possibilitou-me entrever sobre a importância da atuação intelectual, artística e política dos exilados do salazarismo no Brasil, no sentido de uma ‘luta simbólica’ pela definição das regras éticas e estéticas do ‘sistema cultural-nacional português’ e

<sup>129</sup> Douglas Mansur da Silva. *Idem*.

<sup>130</sup> afinal o verdadeiro intelectual deveria sempre escapar ao salazarismo, se não pela oposição direta, ao menos se mantendo a margem do regime – idéia que implica necessariamente num posicionamento político do intelectual, que não poderá ser simplesmente neutro em relação ao Regime. Barradas não acredita na neutralidade intelectual em relação ao salazarismo (caso contrário reconheceria a atividade intelectual independente da sua adesão ou não ao regime) até porque entende o salazarismo como algo essencialmente oposto à produção de conhecimento: o “obscurantismo”.

para a constituição de uma ‘tradição’, oposta àquela oficializada pelo regime salazarista.”<sup>131</sup>

Vamos nos deter sobre essa idéia que surge entre os exilados lusitanos de que a sua “Missão Cultural” – que se confunde com uma “missão política” cujos objetivos eram igualmente investigar e divulgar a cultura portuguesa (ou luso-brasileira) e, a um só tempo, “ganhar a simpatia, a solidariedade, a admiração do mundo, pelo valor, pelo nível da sua produção e também por algo mais e que no fundo está ligado, a este nível, a este valor da produção literária, que é a sua grande e insofismável *coragem cívica*”<sup>132</sup> – teve que se dar fora de Portugal por conta da perseguição salazarista.

Como vimos Barradas entende que o Regime Salazarista é, em essência, o oposto da atividade intelectual. Se esse Regime domina Portugal rigidamente a única opção para o intelectual que queira exercer sua atividade livremente é sair do país. É disso fundamentalmente que tratam as primeiras Crônicas políticas do livro editado por Barradas: intermináveis listas de intelectuais emigrados do país, quando não em virtude das perseguições da ditadura, apenas com objetivo de continuarem exercendo suas atividades profissionais.

Assim, se a caracterização de exílio como “refúgio político” é válida, acredito que, no caso de Barradas, poderíamos caracterizar o exílio igualmente como “refúgio intelectual”. A palavra refúgio, porém, não deve dar ao leitor uma idéia equivocada, afinal o exilado político nem sempre é aquele que se retira da vida política de seu país fugindo para outra pátria. Pelo contrário, muitas vezes o exílio é uma forma de se manter atuando politicamente, mesmo que fora de sua terra natal. Assim o “refúgio intelectual” do qual falamos é, para Barradas, o local que lhe permite manter sua atuação intelectual longe da pátria mergulhada no obscurantismo. É uma maneira de se manter politicamente na Pátria, mesmo que fisicamente fora da Pátria.

Nesse sentido acredito ser útil ter em mente o que Douglas Silva nos diz a respeito da auto-atribuição dos intelectuais portugueses como exilados:

“Quanto à auto-atribuição como ‘exilados’, há que se confrontar o comportamento, as categorias, as estratégias políticas desse tipo peculiar de

---

<sup>131</sup> *Idem.*

<sup>132</sup> Joaquim Barradas de Carvalho. *O obscurantismo salazarista*. *Idem.*

imigrante frente a outros. O exílio é uma forma de migração que se diferencia das chamadas migrações econômicas por seu caráter forçado. O exilado é um migrante involuntário que havia desejado ficar em seu país, mas foi expulso dele ou teve de deixá-lo para escapar de perseguições ou de ameaças graves. O emprego da categoria ‘exílio’, ao invés de ‘imigrante’ também é significativo: quando auto-atribuído carrega uma conotação particular que implica na existência de certos vínculos, mais ou menos fortes, com o país de origem. Talvez por esse motivos os exilados prefiram migrar preferencialmente para países próximos geograficamente ou, quando não, hipoteticamente, próximos em termos da língua ou de uma história em comum. No caso dos exilados políticos é indispensável ter em conta esta dimensão subjetiva, para além da situação objetiva e de experiências coletivas.”<sup>133</sup>

Aliás, se entendêssemos a pátria do intelectual como o *Conhecimento*, esse deveria, na verdade, se sentir exilado em um país mergulhado na ignorância, como era o caso do Portugal salazarista. Vamos acompanhar essa idéia em Barradas:

“Enfim, na austera, ‘apagada e vil tristeza’ que é o ambiente da vida científica e universitária no Portugal de hoje houve um homem eminente que muito bem soube definir o estado de espírito do homem da ciência que sobrevive nesse ambiente. Esse homem foi Egas Moniz, professor catedrático de Neurologia na Faculdade de Medicina de Lisboa e Prémio Nobel de Medicina, quando um dia escreveu: ‘sinto-me exilado no meu próprio país’ ”<sup>134</sup>

Coerente com o sentimento descrito por Egas Moniz, Barradas não pensou duas vezes antes de sair do Brasil quando a Ditadura Militar começou a impor reais dificuldades à atividade intelectual. Infelizmente, ao retornar a Portugal após a Revolução dos Cravos ainda encontrou lá obstáculos para o exercício daquela que ele entendia como sua mais importante função: a produção de conhecimento. Se o obscurantismo permanecia, agora na forma de “Obscurantismo anti-salazarista”, também permanecia seu sentimento de exílio na própria terra.

Novamente o período em que estivera no Brasil parece ter determinado, desta vez de forma inesperada, o futuro de nosso personagem. Nesse sentido, Jobson Arruda atribui a rejeição vivida por Barradas em sua terra natal, em grande parte, a auto-imagem que se formou em seu íntimo entre os anos de 1964 e 70:

“Joaquim Barradas de Carvalho reencontrou-se no Brasil a tal ponto que passou a assinar-se ‘um luso-brasileiro’. Mas, ao fazê-lo, teria lugar em Portugal? Sua

<sup>133</sup> Douglas Mansur da Silva. *Idem*.

Novamente Barradas parece se encaixar perfeitamente no perfil descrito por Douglas Mansur: inicialmente buscou exílio em um país cuja proximidade lhe permitia manter contato com seus pais e seus filhos, a França, e posteriormente em um com uma herança cultural comum, o Brasil.

<sup>134</sup> *Idem*.

artigo originalmente publicado em *Portugal Democrático*, nº 85, agosto de 1964

plena identificação com as coisas do Brasil não o tornaria, paradoxalmente, um exilado em seu próprio país, cumprindo a tragédia do desterro perpétuo?”<sup>135</sup>

Mas, na verdade, não me parece que a identificação de Barradas com Brasil seja a explicação para essa sensação de exílio que o acompanhou por toda a sua vida. Primeiro por que a identificação como luso-brasileira não excluía, apenas completava, a sua identidade portuguesa. Além disso, antes mesmo de sair de Portugal sentia-se um exilado dentro do clima de “obscurantismo” do Estado Novo português – seu posicionamento político e intelectual não permitia que ele se sentisse à vontade em sua própria Terra Natal. Depois experimentou a sensação de exílio *de fato*, vivendo na França e no Brasil. Aqui, talvez, esse sentimento tenha sido um pouco aliviado pelas fortes relações profissionais e afetivas que cultivou. Talvez tenha construído em São Paulo, brevemente, sua verdadeira pátria, a “*República do Butantã*”, para usar as palavras de Calos Guilherme. Lá entravam apenas os seus verdadeiros patrícios: aqueles que eram, como ele, verdadeiros intelectuais – necessariamente engajados politicamente. Somente lá podia sentir-se à vontade.

Mas o endurecimento do Regime Militar destruiu essa pátria e, mais uma vez, só lhe restou o exílio. Exílio que nem mesmo a Revolução dos Cravos e seu retorno a Portugal puderam terminar. Talvez, no seu retorno, Barradas tenha descoberto que o sentimento de exílio não era fruto da distância física do país, nem mesmo do desconforto causado por uma ditadura. Talvez ele tenha descoberto, em seu íntimo, que o sentimento de exílio é inerente à condição de intelectual. Ou pelos menos, uma condição inerente ao tipo de intelectual que Barradas desejava ser – o intelectual engajado, gramsciano<sup>136</sup>.

De fato, embora não haja referências explícitas a Gramsci na sua obra, me parece evidente que a noção de “intelectual orgânico” tenha exercido fundamental influência na sua auto-definição como intelectual. Se tivermos em mente que essa idéia de que o intelectual não deveria ser alguém encapelado – isolado em uma

<sup>135</sup> José Jobson de Andrade Arruda. *Idem*

<sup>136</sup> Todos os entrevistados confirmaram a importância da idéia da militância intelectual para Barradas.

Nesse sentido parece especialmente significativo o relato de Marlene Suano. *Idem.*: “...nas conversas o Barradas sempre apelava para essa idéia: que nós tínhamos que lembrar como o Marc Bloch tinha morrido!” ou o de Jobson Arruda. *Entrevista...* *Idem.*: “Ele queria criar na Academia uma trincheira contra o Regime.”

Apenas Arnaldo Contier. *Idem.* faz uma referência direta a Gramsci.

“torre de marfim” sem intervir de forma decisiva no mundo material – era muito difundida na década de 60, e que Gramsci foi uma das fontes mais importantes na formação dessa concepção, não parecerá estranho que Barradas tenha entrado em contato com a obra do comunista italiano, mesmo que indiretamente. Arnaldo Contier, no depoimento que me concedeu, levanta essa possibilidade:

“O Gramsci eu não sei se ele lia, se ele lia não citava... Mas lia-se muito Gramsci nessa época, anos sessenta. Decerto ele acreditava nos conceitos fundamentais do Gramsci: ‘intelectual orgânico’, ‘intelectual tradicional’, essas coisas todas... Acho que ele acreditava realmente no intelectual como um agente transformador da sociedade na medida em que ele era fiel ao socialismo e marxismo.”<sup>137</sup>

O “intelectual orgânico” de Gramsci é aquele que, ao contrário do “intelectual tradicional”, considera-se um legítimo representante de uma classe social produtora e trabalha no sentido de organizar a consciência dessa classe e de construir as bases para a construção de sua hegemonia. A visão do intelectual como um segmento totalmente desvinculado das classes sociais e da produção teórica como algo alheio, superior à infra-estrutura, ao mundo material – transcendente ao *bloco histórico*, portanto –, era combatida por Gramsci. Assim, toda camada social possuiria seus intelectuais. Se existia um grupo de intelectuais orgânicos da burguesia – composto por profissionais ligados à manutenção do *status quo* –, também existiriam os intelectuais do proletariado, cujo papel seria superar o espírito abstrato, empenhando-se na formação de uma nova moral e uma nova cultura, que podem ser entendidas também como uma contra-hegemonia burguesa, já que o objetivo final das lutas organizativas seria, no seu momento histórico, o socialismo. No entanto, para cumprir esse papel, o intelectual deveria estar *organicamente* comprometido com a classe trabalhadora, o que só seria possível se houvesse uma efetiva *unidade* entre a *idéia* e a *prática*. Ou seja, a vida material do intelectual deveria ser honestamente guiada pelas idéias que defendia e estas deveriam representar de forma sincera o seu posicionamento político.<sup>138</sup>

As vinculações da definição de intelectual de Barradas com essas idéias me parecem muito fortes, mas essa influência não explica o sentimento de exílio que o acompanhou por toda vida. Afinal, a concepção de intelectual gramsciana não parece comportar a noção de exílio. Pelo contrário, o intelectual

<sup>137</sup> Arnaldo Daraya Contier. *Idem*.

<sup>138</sup> Ver Antonio Gramsci. *Materialismo histórico e a filosofia de Benedetto Croce*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 1981.

*organicamente* comprometido com uma classe social é aquele efetivamente ligado a essa classe, aquele que, portanto, de alguma forma, encontrou o seu lugar.

Talvez os insucessos de Barradas (e do resto da oposição portuguesa no Brasil) em sensibilizar a maior parte da Colônia Portuguesa contra o Salazarismo fizessem aumentar esse seu sentimento de exílio, afinal, isso impedia que ele efetivasse a sua ligação *orgânica* com a classe que pretendia representar. Parece-me, no entanto, que esse sentimento era algo mais profundo, um elemento constitutivo da personalidade de Barradas, e não um simples fato conjuntural, vinculado à sua permanência no Brasil ou às frustrações políticas. Na entrevista que me concedeu, o professor Ulpiano sustentou uma opinião semelhante a minha:

“Como exilado político o Barradas sempre foi uma personalidade utópica – utópica no sentido literal da palavra, acho que ele nunca se sentia bem em nenhum lugar. Porque ele tinha um projeto. Não um projeto de vida... Esse projeto [era] um projeto irrealizável! Projeto de uma sociedade justa e equilibrada....

O Barradas era uma pessoa bem quista, de família tradicional, proprietário de quintas com vinhas, etc e tal. E você sabe que ele doou isso tudo para o Partido Comunista. É pra ver o tipo de pessoa [que ele era]: que acreditava a tal ponto nas suas idéias que empenha toda a sua vida nisso.

[Mas] é claro que ele também devia perceber a impossibilidade desses ideais se realizarem, minimamente (...). Então a situação de Portugal era uma situação se tornou mais crítica essa impossibilidade de realizar o ideal. E no Brasil, quando ele chega, ele vai viver uma situação, se não dizer semelhante, mas com pontos em comum com aquela que estava fugindo, não é? Então era uma pessoa que se sentia exilado aqui. Mas tenho certeza que se sentia exilado em qualquer lugar. Como deve ter se sentido exilado em Paris, como depois da volta dele à Europa, ele se sentiu exilado. Exilado, inclusive, em Portugal, onde ele foi, eu diria, muito maltratado após a volta, e por razões, nem eram razões políticas, mas de interesse pessoal, de colegas que não queriam, vamos dizer, um confronto com alguém que tinha um certo peso.

O Barradas era um visionário. Então, mesmo essa história de Império Português e tal, diz muito do temperamento dele: era um visionário. Como todo visionário, é claro, que tem um mínimo senso de realidade – ou você se torna um Dom Quixote ou então você sente, como é que eu vou dizer... uma sensação de impotência de não poder transformar o mundo como você pensa que o mundo podia ser transformado. Sempre acreditando que isso é possível. Isso é o que é bonito e trágico [na figura do visionário].

(...) O papel político devia ser o fermento da massa. Ele não via a possibilidade do intelectual se isolar na torre de marfim. É o intelectual que deve pensar as coisas e abrir os caminhos. É claro que acreditar nisso era um dos componentes dessa sua figura de temperamento visionário e da sua inadequação a qualquer contexto. Está nesse [seu estado] de exílio permanente. Mesmo que ele se

sentisse confortado pelas suas amizades, pela atuação profissional, mesmo assim, ele era sempre uma figura exilada. Em qualquer espaço, em qualquer lugar.”<sup>139</sup>

No desenvolvimento dessa interpretação acredito ser muito importante o conceito de “intelectual como exilado” de Edward Said, tal como descrito por Keith Jenkins:

“...it is the role of the intellectual as a *necessary* outsider (necessary because one cannot be an intellectual if one is not an outsider) that is germane here, an outsider on whom Said confers the name of the *exile*.

For Said, intellectuals are a particular kind of person. They are those who are not (merely) experts, nor technocrats, nor specialists, nor necessarily academics, and certainly not accomplices of the *status quo* (as he thinks so many ‘experts’ directly or indirectly are).”<sup>140</sup>

Esse conceito de intelectual parece muito próximo daquela imagem concebida por Barradas e pode nos ser útil para explicar o perpétuo sentimento de exílio que o acompanhou. Prosseguindo a leitura de Jenkins:

“Said’s intellectual, then, is a person with the capacity for presenting an uncompromising emancipatory message. A person whose work(s) have a radical, sustained cutting edge. A person happy to raise embarrassing questions, not willing to take no for an answer, to *relentlessly* confront dogma and orthodoxy, and to keep in focus ‘those issues and people that are continually forgotten or swept under the rug.’ This is a person who *enjoys* never being fully adjusted, of existing happily beyond the chatty, inconsequential ‘reality’ inhabited by the natives; of remaining immune to accommodation: an unco-optable *disobedient* person. This is a person who not only accepts the fate meted out by various ‘professionals’ and ‘establishments’ to this thorn-in-the flesh – the status of relative *exile* – but who also welcomes it. Who likes being marginal. Who accepts that her or his awkwardness, eccentric angles of vision, and unwillingness to follow established paths gives a freedom and integrity that makes her or him beholden to no-one, and ready to accept the consequences of that position: that one can never be settled, never fully accepted, never be entirely at ease; that it is part of being ethical, part of morality, not to be (as Adorno put it) ‘at home in one’s home.’ To be sure, says Said, a condition of marginality might seem to license a sort of irresponsibility or flippancy. But it need not... these are evils to look out for. No does he have in mind ‘the free-floating intellectual’ whose ‘technical competence is on loan or sale to anyone.’”<sup>141</sup>

O intelectual de Said tem algo de heróico. Pensamos em herói como alguém que abnegadamente abre mão de seus próprios interesses para envolver-se em grandes dificuldades por aquilo em que acredita. Aquele que opta por fazer o

<sup>139</sup> Ulpiano Bezerra de Meneses. *Idem*.

<sup>140</sup> Keith Jenkins. “Ethical Responsibility and the Historian: on the possible end of a History ‘of a certain kind’” *In: History and Theory, Theme Issue*. Middletown, n° 43, pp 43-60. 2004.

<sup>141</sup> *Idem*. O primeiro grifo é meu

que é certo, e não o que é melhor para si. O próprio Said define melhor esse posicionamento ao expor as atitudes que são repreensíveis para o intelectual:

“Nothing in my view is more reprehensible than those habits of mind in the intellectual that induce avoidance, that characterist turning away from a difficult and principled position wich you know to be the right one, but which you decide not to take. You do not want to appear too political; you are afraid of seeming controversial; you need the approval of a boss... you want to keep a reputation for being balanced, objective, moderate; your hope is to be asked back, to consult, to be on a board or prestigious committee, and to remain within the responsible mainstream... for an intellectual thes habits of mind are corrupting *par excellence*.”<sup>142</sup>

Por se posicionar de forma semelhante Barradas não aceitava a colaboração de intelectuais com o Salazarismo. Para ele isso era uma ação “corruptora por excelência”, que significava “abrir mão de uma posição que sabia ser a certa” em troca de prestígio, segurança, conforto, comodidade... Por isso a crítica tão severa a Armando Cortesão, e por isso toda a admiração por aqueles que haviam sido perseguidos, demitidos, exilados... O trecho a seguir demonstra a proximidade do conceito de intelectual de Barradas em relação ao de Said:

“[são aqueles] que têm, corajosamente, intransigentemente, sem oportunismos, sem carreirismos, sem arrivismos, dado o melhor de si mesmos, e algumas vezes mesmo a própria vida, na luta contra o fascismo salazarista, contra a fome, contra a opressão, contra o obscurantismo.”<sup>143</sup>

Em outro trecho citado por Jenkins, Said explica melhor sua concepção de “intelectual como exilado”:

“... to be as marginal and undomesticated as someone who is in real exile is for an intellectual to be unusually responsive to the traveller rather than to potentate,

<sup>142</sup> Edward Said. *Representations of the Intellectual*. Citado por Keith Jenkins. *Idem*.

<sup>143</sup> *O obscurantismo salazarista*. *Idem*.

Artigo originalmente publicado no *Portugal Democrático*, nº 123, Novembro de 1967.

No trecho acima citado Barradas não se refere diretamente a “intelectuais”. No trecho a seguir, entretanto, essa definição é ainda mais explícita:

“Intelectuais honestos, cômicos das suas responsabilidades, várias vezes convidados a colóquios e congressos, vêm agora dizer o que pensam da situação da cultura e da investigação científica no Portugal Salazarista. E dizem-no provocando o espanto e até a indignação dos epígonos de Salazar – mestres da arte de comprar consciências. Chegam ao ridículo de se manifestarem nestes termos: ‘O professor X, a quem nós convidamos várias vezes a colóquios e a congressos, com viagens pagas, hotéis de primeira, banquetes opíparos com profusão de lagostas, etc., etc., faz-nos agora a descortesia, a vileza, de denunciar o nosso medo da livre inteligência’ (!!!). Não lhes passava pela cabeça que entre esses intelectuais, para a glória da inteligência, houvesse alguns que não se deixassem comprar nem subornar. Mesmo se alguns beneficiaram das tais viagens, hotéis e banquetes oferecidos mais não fizeram do que lhes era devido na sua qualidade de intelectuais de renome universal. A verdade é que, com estes, o salazarismo e respectivos serviços de propaganda nada têm a ganhar. *Idem*. Artigo originalmente publicado em *Portugal Democrático*, nº87, Setembro de 1964.

to the provisional and risky rather than to the habitual, to innovation and experiment rather than the authoritatively given *status quo*. The *exilic* intellectual does not respond to the logic of the conventional but the audacity of daring, and to representing change, to moving on, not standing still.”<sup>144</sup>

Esse “*to moving on, not stand still*” de Said é efetivamente materializado pela trajetória de Barradas. Acompanhando essa leitura, não nos parece mais surpreendente que Barradas possa tornar tão próximas as três categorias: “intelectual”, “viajante” (ou “navegante descobridor”) e “herói”. Como em Said, para Barradas o intelectual é um herói que – tal como ele, filho de família tradicional, fez – abre mão dos confortos e facilidades pela fidelidade que tem aos seus princípios e posicionamentos. Ao fazer essa opção, o intelectual, que só através dessa escolha torna-se um verdadeiro intelectual, se transforma em uma espécie de “viajante”, um eterno exilado, colocando-se para sempre em uma posição marcada pelo “provisório”, pelo “arriscado” e pelo “inovador”. É como o navegante que abandona a imobilidade e segurança da terra firme para se lançar às incertezas do mar – desconhecido e inconstante – com o único objetivo de *conhecer*, e que conscientemente aceita as duras conseqüências desse corajoso ato.

Mas cabe aqui uma última questão antes de concluirmos esse capítulo: entre tantos lugares no mundo porque Barradas escolheu como “refúgio intelectual” justamente o Brasil? Diversos motivos de ordem política ou prática poderiam ser enumerados para responder essa questão. Em primeiro lugar, foi uma universidade brasileira que lhe ofertou uma oportunidade profissional. Mas, na França, Barradas já possuía oportunidades profissionais se não melhores, pelo menos semelhantes. A questão da língua não poderia ser determinante, já que Barradas dominava o francês. A possibilidade de atuação política junto à colônia portuguesa no Brasil pode ter sido importante (como foi para tantos outros exilados políticos). Mas, de certa forma, a principal forma de atuação política de Barradas era seu exercício profissional – e isso ele já fazia em Paris, junto a outros intelectuais portugueses lá sediados que contribuía pra divulgar mundialmente o desrespeito salazarista aos direitos humanos.

---

<sup>144</sup> Edward Said. *Idem*.

Por que escolher sair da França, então? Por que escolher abandonar uma situação de vida bastante estável para se envolver em uma aventura tropical? Talvez exatamente por isso: por que era uma aventura. E como toda a aventura comportava a possibilidade de conhecer algo novo<sup>145</sup>. Assim, prefiro pensar nessa escolha de Barradas fundamentalmente como uma escolha intelectual. Afinal é ele quem afirma que “a melhor maneira de conhecer Portugal é ir para o Brasil. E julgamos, estamos seguros, de que a inversa também é verdadeira”<sup>146</sup>

É aqui que os espelhos de Barradas aparecem pela primeira vez: ele põe um de cada lado do Atlântico – o do Brasil reflete Portugal e o de Portugal reflete o Brasil. Logo, para pensar Portugal, Barradas teve de vir ao Brasil. Em primeiro lugar por que foi aqui que ele encontrou o “refúgio intelectual” necessário para continuar com sua análise sobre a vida política portuguesa e produzir suas Crônicas políticas sobre o obscurantismo salazarista. Mas, em segundo lugar, e mais importante, porque a cultura brasileira de alguma forma reflete a portuguesa.

“Atevemo-nos mesmo a dizer que o Brasil representa mais genuinamente Portugal do que talvez certas formas culturais do Portugal de hoje, demasiado presas a influências européias e principalmente francesas.”<sup>147</sup>

Como era essa imagem de Portugal visível no espelho mágico que era o Brasil? Talvez aparecesse o que Portugal era de verdade... Talvez fosse um pouco do Portugal passado... Talvez fosse um pouco do Portugal futuro... Talvez fosse o que Portugal deveria ser... E talvez fosse, também, um pouco do que Portugal não deveria ser...

---

<sup>145</sup> A idéia de aventura implica, necessariamente, o confronto ou com um ambiente desconhecido ou com uma situação nova, que fuja do cotidiano, do habitual. Não existe aventura numa situação rotineira porque ela ocorre, via de regra, em um ambiente conhecido e, portanto, controlável. A rotina não apresenta perigo, mas ela também não acrescenta nada. Por outro lado, deparar-se com algo novo significa riscos, mas também a possibilidade de ampliação dos horizontes.

<sup>146</sup> Joaquim Barradas de Carvalho. *Rumo de Portugal*. Idem.

<sup>147</sup> Idem.

## 4

### O OLHO DO FURACÃO

#### A saudade dos Descobrimentos (ou a Descoberta da Saudade)

“Não sou nada.  
Nunca serei nada.  
Não posso querer ser nada.  
À parte isso, tenho em mim todos os sonhos do mundo.”

Álvaro de Campos. *Tabacaria*.

Já tivemos a oportunidade de acompanhar a maneira singular como Barradas define o papel dos Descobrimentos na História de Portugal:

“...toda a história de Portugal gira em torno dos descobrimentos marítimos e da expansão dos séculos XV e XVI. Tudo o que aconteceu antes não foi mais do que uma preparação para esses grandes empreendimentos. Tudo o que aconteceu depois foram – e são ainda – conseqüências desses grandes empreendimentos.”<sup>148</sup>

O motivo de apresentar o trecho acima ao leitor uma segunda vez é que acredito que ele sintetiza toda uma série de concepções que exercem um papel central no pensamento de Barradas. A análise cuidadosa desse único parágrafo nos permitirá entender muito melhor o objeto de estudo deste trabalho: a produção historiográfica e política de Barradas e a forma como se relacionam.

A primeira vista o trecho anteriormente apresentado pareceria apenas mais um caso de determinismo histórico. E não seria de se estranhar, afinal a determinação teleológica do passado pelo futuro sempre esteve muito presente na reflexão historiográfica moderna. A leitura de autores como Arendt e Koselleck<sup>149</sup> nos permitem situar o surgimento da noção de um sentido histórico no século XVIII – embora alguns autores como Löwith<sup>150</sup> acreditem que as origens desse processo sejam ainda mais remotas. De qualquer forma a perspectiva temporal elaborada pela História Filosófica, no século das luzes, tem desde então estado de alguma forma presente no nosso trabalho.

---

<sup>148</sup> *Rumo de Portugal*. Idem. Um outro trecho dessa mesma obra nos transmite imagem idêntica: “O Renascimento português é a placa giratória de toda a história de Portugal, como já dissemos.”

<sup>149</sup> *Entre o futuro e o passado*. Perspectiva: São Paulo, 1992. para a primeira autora e *Futuro Passado*. Paidós. Barcelona, 1979. para o segundo.

<sup>150</sup> Karl Löwith. *O sentido da História*. Edições 70. Lisboa, 1991.

Essa cultura historiográfica moderna, na qual certamente ainda estamos mergulhados, diferia profundamente da perspectiva Clássica da História: a “*Historia Magistra Vita*”. De acordo com esta noção historiográfica a função do historiador era, literalmente, a de contar *histórias*, ou seja, a de produzir relatos sobre eventos que, de preferência, tivesse presenciado. A utilidade disso era disponibilizar aos seus leitores um grande conjunto de exemplos de ações e resultados que teriam uma função pedagógica. Da mesma forma que um homem, ao longo da sua vida, é capaz de aprender com seus próprios erros e acertos – com sua experiência individual, portanto –, o relato das vidas de outros poderiam servir a ele como uma extensão da sua própria experiência. Dessa forma esse homem não precisaria incorrer nos mesmos erros que outros já haviam cometido. A base desta perspectiva é uma certa indistinção temporal: o que permite que os fatos já ocorridos sirvam de lição para o presente é a idéia de que a situação passada é idêntica, ou na melhor das hipóteses, muito semelhante, à atual. Assim os fatos que influenciaram a ascensão de César e o fim da República Romana poderiam ser estudados por alguém que vivesse quinze séculos depois para evitar que um processo semelhante ocorresse em sua cidade-estado – como se a passagem do tempo não tivesse alterado a sociedade de forma que a repetição das mesmas ações do passado produzisse os mesmos resultados.

Em contraposição a esse tipo de História o século XVIII nos apresentou a noção de distinção temporal: a idéia de que cada tempo era uma realidade única e distinta de todas as anteriores, e de que os fatos não se repetiam nunca ao longo da História. Além disso, uma racionalidade tipicamente iluminista passou a projetar-se na produção historiográfica. Assim procurou-se nos acontecimentos, que antes eram apenas isso, *acontecimentos* isolados, uma lógica que lhes desse *sentido*. A existência dos sofrimentos e desventuras a que estava submetida da raça humana, que eram anteriormente justificada pela providência divina, com a expansão de uma cultura laica precisavam ser explicados de outra forma. Progressivamente começou a se afirmar a idéia de que todos os eventos vividos pelos homens estavam ligados numa cadeia, numa linha temporal marcada pelo sucessivo aperfeiçoamento que desembocaria em uma utópica era final, localizada no futuro, onde, via de regra, atingiria-se a perfeição e onde enfim o ser humano poderia ser feliz. O trabalho do historiador, desde então, deixou de ser a produção de *histórias* (ou seja relatos isolados, sem nenhuma conexão causal uns com os outros) para

ser a investigação da *História*, esse sentido que arrastava consigo toda a espécie humana – o “singular coletivo” para utilizar a terminologia de Koselleck<sup>151</sup>.

Não deveríamos achar estranho encontrarmos tal noção teleológica na reflexão de Barradas, afinal, a formação do historiador, na sua época ainda mais do que hoje, sempre comporta um contato com tal perspectiva, tão importante para a moderna constituição da nossa disciplina. Isso se torna ainda mais claro ao verificarmos os principais referenciais teóricos de Barradas, que, como tantos outros de sua época, estavam polarizados entre a tradição marxista e a escola dos *Annales* de Febvre e Bloch. Se, embora com certa dificuldade, conseguimos ainda identificar a importância de tal perspectiva nos *Annales*, não será nem um pouco complicado demonstrar a importância dessa teleologia na teoria marxista e sua crença utópica na irreversível marcha da humanidade em direção a sociedade comunista. A leitura de Lowith<sup>152</sup>, por exemplo, nos permite entender o sentido histórico marxista como uma espécie de secularização da escatologia cristã.

Esses dois campos de pensamento distintos, muitas vezes opostos, eram referenciais de igual importância para Barradas, que, em suas reflexões, conciliava ambas perspectivas sem ver nisso grande contradição. Nesse momento é interessante fazermos um pequeno parêntese na nossa reflexão para, partindo da leitura de Falcon, analisarmos com mais atenção esse ponto:

“Afinal, como entender no pensamento do autor as relações entre o marxismo – Marx/Engels e Althusser – e a historiografia francesa dos ‘Annales’? (...) Na verdade, essa questão sobreviveu até os dias de hoje e já mereceu tentativas de respostas as mais variadas com afirmações que vão da hipótese de uma contradição velada ou disfarçada à de uma verdadeira harmonia e complementaridade.

Na época em que escreveu (...) Barradas não era uma exceção ao encarar e citar com naturalidade as principais idéias de Braudel e Althusser. Em face dos antigos e poderosos adversários como o ‘positivismo’ e o ‘historicismo’, parecia bastante natural a Barradas e a tantos outros a associação do marxismo com a historiografia francesa da Escola dos Annales.”<sup>153</sup>

Assim, o materialismo histórico e a historiografia francesa eram, para Barradas e muitos de seus contemporâneos, armas a ser usadas contra a empoeirada História tradicional. Eram ambas a culminância de uma linha de desenvolvimento científico:

---

<sup>151</sup> *Idem.*

<sup>152</sup> *Idem.*

<sup>153</sup> *Idem.*

“Ele tinha teorias interessantes em relação à própria Escola dos Annales. Era um assunto polêmico. [Nem todas as pessoas] endossavam essa perspectiva dele. Mas ele achava, por exemplo, que a Escola dos Annales tivera um papel (alguns historiadores dessa escola) muito grande porque retiraram de um certo esclerosamento as idéias radicais de um certo marxismo e repuseram isto. Então ele atribuía à escola dos Annales um sopro de renovação, digamos, dentro de uma história das idéias marxistas que estavam um pouco sufocadas ou condenadas a certo esquematismo, a uma ortodoxia que era absolutamente condenável. Então ele tinha uma certa leitura da Escola dos Annales que era *sui generis*. Outros achavam que não, [que] eles [os Annales] passavam ao largo do materialismo histórico (...). Eu me lembro das pessoas discutindo com ele. (...) Ele afirmava isso: que um significado último dessa escola teria sido a de uma renovação mesmo do materialismo histórico”<sup>154</sup>

Também o relato de Fernando Novais é bastante esclarecedor sobre esse ponto:

“O Barradas não via nenhuma incompatibilidade em ser um membro da Academia – ele era do grupo dos Annales (...) –, [entre] o tipo de história que ele fazia (...) e o marxismo. (...) A gente discutia com o Barradas: ‘Marxismo é outra coisa... Há uma contradição entre marxismo e [a história dos Annales]...’ e ele: ‘*Não! É ciência!*’”<sup>155</sup>

Assim, para Barradas, o materialismo histórico e a historiografia francesa eram em essência a mesma coisa: o resultado do desenvolvimento da ciência histórica. No livro *Da História-Crônica a História-Ciência*, ele descreve essa evolução pela qual teria passado a História, que era semelhante ao processo que havia marcado anteriormente outros campos de conhecimento, como a Matemática, a Astronomia, a Física, a Biologia... “Todas as ciências passaram, num dado momento da sua história, por uma grande revolução epistemológica: a que as fez *saltar* do conhecimento sensível ao conhecimento inteligível.”<sup>156</sup>

Esse “salto” do sensível ao inteligível seria uma passagem do conhecimento “pré-científico” para o “científico”, e no caso da disciplina histórica era a transição de uma “História-Crônica”, mero relato dos acontecimentos, para uma “História-Ciência”, que introduzia a análise no lugar da simples descrição e atribuía mais peso ao social que ao indivíduo. Para Barradas a primeira grande revolução epistemológica que marcaria essa virada não poderia deixar de ser, é claro, o surgimento da teoria marxista. “O materialismo histórico, a ciência da história, criada por Marx, ultrapassaria a história *événementielle*, a crônica, e

<sup>154</sup> Ana Maria de Almeida Camargo. *Idem*.

<sup>155</sup> Fernando Antonio Novais. *Idem*

<sup>156</sup> Joaquim Barradas de Carvalho. *Da História-Crônica a História-Ciência*. *Idem*.

tornaria inúteis as especulações ideológicas e teológicas das ‘filosofias das história’.”<sup>157</sup>

Mas Marx não era visto como o único catalisador dessa virada do sensível para o inteligível. Utilizando o conceito althusseriano de “rupturas epistemológicas continuadas”, Barradas localiza Marx no centro de uma revolução científica que, na verdade, teria sido precedida por outros autores. Seguindo essa linha de raciocínio faz um tremendo esforço para inserir autores como Voltaire, Condorcet<sup>158</sup>, Michelet, Thierry, Guizot e o português Alexandre Herculano, em uma linha de desenvolvimento científico que conduz necessariamente à teoria marxista. Essa virada epistemológica também não terminaria em Marx, mas continuaria na medida em que novos autores contribuíssem para um progressivo desenvolvimento das ciências históricas. Isso abre um espaço para que Barradas localizasse implicitamente a história social do século XX na esteira de um processo aberto pela teoria marxista<sup>159</sup>.

De fato, observados sob essa ótica, marxismo e *Annales* não parecem tão distantes, e, de minha parte, se eu tivesse que classificar ambos dentro desse esquema bipartido, não teria dúvida em colocá-los lado a lado no campo da “História-Ciência”. Talvez seja sorte nossa que a tendência a classificar todos os aspectos da vida humana em rígidos esquemas evolucionistas tenha sido superada. Ou talvez seja azar nosso. O certo é que para os historiadores da época de Barradas, especialmente para aqueles que criticavam a história positivista ou *événementielle*, essa tendência era muito forte e determinou não só a análise de Barradas em *Da História-Crônica à História-Ciência*, como também seu próprio

<sup>157</sup> Idem.

<sup>158</sup> Curiosamente, Voltaire e Condorcet, são autores (acrescidos de outros) analisados por Karl Löwith, em *O sentido da História*. Idem. como exemplos de secularização da teleologia escatológica de origem cristã que está na base do surgimento de uma noção de “progresso” para a História na modernidade. Comte, outra importante referência para Barradas em *Da História-Crônica à História-Ciência*, também é elencado por Löwith como uma dessas “secularizações”, assim como o próprio marxismo.

O fato é que, onde Barradas vê desenvolvimento científico – para ele de alguma forma ligado a capacidade teórica de propor análises que produzissem coerência ao devir histórico (substituindo o sensível-descritivo pelo inteligível-analítico) – Löwith vê secularização da escatologia cristã.

<sup>159</sup> De fato, o surgimento do marxismo não é visto nem como princípio, nem como a conclusão desse processo de desenvolvimento das ciências históricas, mas como o auge desse processo, ou, para usar as palavras do próprio Barradas, como o “pólo mais saliente” dessa ruptura epistemológica. Isso coloca o materialismo histórico em uma posição de *centralidade* dentro da História da História que é muito semelhante à centralidade dos Descobrimentos na História de Portugal.

posicionamento teórico ao associar correntes historiográficas que hoje nos parecem inconciliáveis.

A leitura dessa obra de Barradas nos permite ver com clareza o quanto era importante essa perspectiva teleológico-progressista na sua formação. Tão importante que incidia sobre a própria forma como analisava o desenvolvimento das ciências históricas.

No entanto, devemos ter cuidado para não resumirmos nossa compreensão da interpretação que Barradas nos apresenta para a História de Portugal como fruto somente dessas influências. Se observarmos com cuidado o trecho de *Rumo de Portugal* anteriormente citado veremos que não se trata de um caso de determinismo histórico comum. Melhor formulando, embora estejamos diante de um tipo de determinismo histórico, não se trata de um modelo determinista progressista. Acompanhando a imagem formulada por Hans Jonas:

“...com o progresso moderno, como fato e idéia, surge a possibilidade de se considerar que todo o passado é uma etapa preparatória para o presente e que todo presente é etapa preparatória para o futuro. (...) [o que] condena todo o passado como provisório, despido de valor próprio ou, no melhor dos casos, transforma-o em veículo para alcançar o fim prometido que se aproxima, em meio para atingir o único objetivo futuro que realmente vale a pena perseguir.”<sup>160</sup>

Não é disso, definitivamente, que se trata a interpretação de Barradas, afinal, o passado para esse autor não é “despido de valor próprio”. Ao contrário, é o Passado de Portugal – ou melhor, um período do passado de Portugal – que organiza toda a seqüência de acontecimentos da História Lusitana. Na sua forma característica de determinismo, os Descobrimentos organizam todos os eventos anteriores e, também, todos os posteriores – “Tudo o que aconteceu depois foram – e são ainda – conseqüências desses grandes empreendimentos.”<sup>161</sup>

Como, então, explicar a centralidade que os Descobrimentos ocupam na historiografia de Barradas? Talvez o texto de Jobson Arruda nos dê alguma pista:

“Nos países jovens, como o Brasil, olha-se menos para o passado, escasso e fugidio, preferindo-se cultivar com força as promessas do futuro. Mas Portugal carrega o peso da história, do excesso de história, da qual não pode desvencilhar-

<sup>160</sup> Hans Jonas. *O princípio responsabilidade. Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Contraponto/Ed. PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2006.

<sup>161</sup> *Rumo de Portugal*. Idem.

se, obrigando-se a viver como ‘uma ilha simbólica’, que, ao voltar-se para o passado, deseja ‘saber se ainda terá futuro’.”<sup>162</sup>

No entanto isso também não nos parece suficiente para explicar a concepção de Barradas acerca dos descobrimentos. A mentalidade a que Jobson faz referência apenas parece inverter o determinismo teleológico clássico da historiografia moderna. Se neste o passado é apreendido em função do futuro, na cultura portuguesa dá-se simplesmente o contrário. Não é o que ocorre no caso do Renascimento Português de Joaquim Barradas de Carvalho. Neste caso *um* episódio específico do passado é eleito como alvo das expectativas em relação ao futuro, e este episódio não apenas determina o futuro, como também o passado que o antecede.

A esse respeito talvez seja interessante a análise de uma palestra proferida por Barradas nos dias 20 de Março e 3 de Abril, no Anfiteatro Fernand Braudel do Departamento de História da USP, para os alunos do 1º ano do curso de História, em que tratava dessa questão. Essa palestra foi publicada com o título “Sobre a História e Ciências Humanas” no livro *Da História-Crônica a História-Ciência*<sup>163</sup>. Nesse texto Barradas parte para uma luta em defesa da História. Aliás, ao longo de todo o livro revela-se uma inequívoca “apologia” da História<sup>164</sup>. No texto em questão Barradas caracteriza a História como a “Ciência Fundamental entre as Ciências Humanas”. Na sua leitura a História teria um papel, em relação às outras ciências sociais, semelhante ao que física teórica teria para a

<sup>162</sup> José Jobson de Andrade Arruda. “Joaquim Barradas de Carvalho: o itinerário de um missionário dos novos tempos (Lisboa, Paris, São Paulo).” *Idem*.

<sup>163</sup> *Idem*.

<sup>164</sup> Isso fica evidente, por exemplo, na retomada da clássica ordenação das ciências de Comte. Nessa classificação Comte organizava as disciplinas “de acordo com a simplicidade e generalidade decrescentes e a dependência crescente dos fenômenos estudados.” Assim, de acordo com a leitura de Barradas, a ordenação positivista vai do mais simples e geral para o mais complexo e particular. Para ele a ordenação dos conhecimentos deveria ser feita a partir de um critério cronológico baseado em suas passagens de pré-ciência para ciência. Assim a Revolução epistemológica teria se dado inicialmente nos domínios mais simples, como o da matemática, por exemplo (cuja entrada no campo científico ele faz remontar aos pitagóricos, no século VI a.C), e, somente em períodos mais recentes, nas áreas de estudo de maior complexidade, como a História: “É que na verdade muito logicamente, a revolução epistemológica deu-se dos domínios mais simples para os mais complexos: *matemática*, e depois, *astronomia*, *física*, *química*, afinal os mais simples, aqueles em que o objeto de estudo são seres inanimados; depois, a *biologia*, em que a complexidade aumenta, isto é, o objeto de estudo são seres vivos; depois ainda, no nosso caso, a *psicologia*, em que a complexidade aumenta ainda mais, isto é, o objecto de estudo não é apenas um ser vivo, mas um ser vivo racional, com pelo menos, um mínimo de capacidade de autodeterminação... (...) Ora, na nossa ordenação (...) falta-nos a cúpula, isto é, a *sociologia*, como quer Auguste Comte, ou a *história*, como queremos nós.” *Idem*. Assim, no topo da hierarquia das disciplinas Barradas colocava a História.

experimental. Assim, se a Economia e a Sociologia seriam “ramos de conhecimento bem mais *operacionais* do que a História”, por outro lado essas disciplinas não poderiam prescindir da variável *tempo*, e portanto teriam como base indispensável o conhecimento histórico: “*Elas serão necessariamente históricas, se quiserem ser ciências.*”<sup>165</sup>

Ainda nessa mesma linha de raciocínio, Barradas cita “o movimento esboçado por Henri Berr (...) e verdadeiramente lançado por Lucien Febvre e Marc Bloch – depois sob a direção de Fernand Braudel” como o responsável pelo quase completo desaparecimento das barreiras entre as ciências sociais, que fez aparecer a “vocação imperialista” da História, que passou a investigar objetos que antes eram tradicionalmente de domínio de outras disciplinas. O fim das antigas fronteiras entre os campos de conhecimento transformava a História em uma presença constante em todas as disciplinas, na mesma medida em que todas elas passavam a fazer parte do campo de atua o do historiador<sup>166</sup>.

Todo esse raciocínio se desenvolve como uma espécie de resposta ao “menosprezo pela *História*, pelas *Ciências Históricas*, entre a juventude”<sup>167</sup> que surpreendeu Barradas no Brasil. Para explicar esse menosprezo, Barradas parece, por um momento, aproximar-se da idéia apresentada por Jobson:

“Para explicar esse facto (...) poderíamos ser levados a pensar que *a presença da história*   forosamente maior em países com oito séculos de história, como os da Europa, do que em países com apenas quatro séculos de história, como os da América. Poderíamos até ser levados a pensar que um baiano tem mais o sentido da história do que um paulista. Mas parece-nos que a razão daquilo que chamei *menosprezo pela História, pelas Ciências Históricas*, em favor das Ciências Sociais, das Ciências Humanas que não são a história, não é esta, não é pelo menos inteiramente esta. A razão para esse menosprezo parece estar noutra lado. Para a juventude paulista – podermos certamente dizer, para a juventude brasileira –, e seguramente para a juventude americana, a História, as Ciências Históricas, aparecem confundidas com a *tradi o*, e a tradi o aparece confundida com algo que se assemelha *a um peso morto*.

<sup>165</sup> Todas as cita es nesse parágrafo são de *Da História-Crônica   História-Ciência*. Idem. Todos os grifos do autor.

<sup>166</sup> A cita o desse parágrafo também pertence ao *Da História-Crônica   História-Ciência*. Idem., onde pode-se ler o seguinte trecho que exemplifica o exposto nas últimas linhas: “A *geografia histórica*, ou melhor, a *geo-história*, não é mais do que a *geografia do passado*. A *geografia* não é mais do que a *geografia histórica*, ou melhor, a *geo-história do presente*. A *história econômica* não é mais do que a *economia política*, ou melhor, a *ciência econômica do passado*. A *economia política*, ou melhor, a *ciência econômica*, não é mais do que a *história econômica do presente*. A *história social* não é mais do que a *sociologia do passado*. A *sociologia* não é mais do que a *história social do presente*...”

<sup>167</sup> Idem.

Ora, o Brasil é um país quase das dimensões de um continente, e um país atrasado, um país em vias de desenvolvimento.

Nada de mais tocante e nobre do que a inquietação da juventude brasileira, que quer com todas as suas forças – queimando, se possível, etapas – colocar o Brasil no lugar a que tem direito, entre as grandes potências mundiais.

Ora, parece-nos ser esta pressa da juventude brasileira – merecedora dos maiores elogios e da maior admiração – que a leva para as Ciências Humanas, para as Ciências Sociais, que não são a História, as Ciências Históricas. Esta pressa leva a juventude brasileira para a Economia. Leva a juventude brasileira para a Sociologia. A Economia, a Sociologia surgem-lhe como ramos do conhecimento mais *operacionais* do que a História, as Ciências Históricas. A História surge-lhes como uma peça de museu, uma velharia de que há sobretudo que nos libertarmos... E entre os vários ramos, no exemplo da Sociologia, poderemos sem receio apostar que a preferência é dada à *Sociologia do Desenvolvimento*.<sup>168</sup>

O verdadeiro motivo do menosprezo pela História era o apelo mais forte ao futuro que as outras ciências sociais pareciam apresentar aos jovens paulistas. É nesse sentido que Barradas se esforça por re-valorizar a História, definindo-a como uma disciplina que também aponta para o futuro, em primeiro lugar porque “a primeira e indispensável condição para nos libertarmos da *historia*, do *passado*, está precisamente no estudo da História, no conhecimento do Passado”, em segundo lugar porque, como já vimos, as ciências históricas constituíam a base teórica para outras disciplinas “mais operacionais”, como a Economia, a Sociologia e, em especial, a Sociologia do Desenvolvimento – “...os estudos sobre o desenvolvimento estão – ou devem estar – penetrados de história. A própria noção de desenvolvimento está ligada à noção de tempo, à noção de evolução.”<sup>169</sup>

Assim, a simples inversão do clássico esquema teleológico-progressista apresentada por Jobson<sup>170</sup> não parece, nem de longe aceita por Barradas – que, como historiador marxista e comunista atuante, não poderia deixar de projetar o futuro como o verdadeiro sentido da História –, além disso não nos ajuda a compreender a forma como o autor define historicamente os Descobrimientos.

<sup>168</sup> Idem.

<sup>169</sup> Idem. para todas citações desse parágrafo.

<sup>170</sup> O trecho apresentado por Jobson não deve, porém, ser reduzido somente a essa “simples inversão do esquema teleológico”. O trecho tem como base a leitura que Eduardo Lourenço faz em a *Mitologia da Saudade* sobre a cultura portuguesa. Parece-me, entretanto, que uma leitura apressada de Lourenço produziu a equivocada impressão de inversão do sentido progressista. Pode ser também que, por não ter desenvolvido melhor sua idéia, Jobson tenha se expressado mal no restrito espaço em que desenvolveu seu raciocínio, e neste caso, o equivocado serei eu. Cabe somente ao autor do trecho anteriormente citado traduzir o que efetivamente queria dizer. A minha própria leitura de Lourenço poderá ser apreciada mais adiante, neste mesmo capítulo

O lugar no devir histórico onde Barradas situa o Renascimento Português está para além da valorização do Futuro – que é, sem dúvidas, o traço mais marcante de sua identidade teórica – e para além da simples valorização do passado. Para ele é esse episódio que dá coerência a todo o processo histórico lusitano e, mais do que isso, é onde encontram-se o futuro e o passado português: um instante fora do tempo, a determinar eternamente a História de um povo. Se minha interpretação estiver correta poderíamos aproximar a imagem dos descobrimentos em Barradas daquilo que Mircea Eliade define como mito, que “conta uma história sagrada, relata um acontecimento que teve lugar no tempo primordial, o tempo fabuloso dos começos”.<sup>171</sup>

Eu sei que essa é uma imagem ousada, e peço ao leitor que não a interprete literalmente. Na verdade ela cumpre mais uma função retórica, discursiva. Não se trata de acreditar que de fato o tempo dos descobrimentos seja semelhante ao tempo mitológico descrito por Eliade, mas apenas ressaltar uma certa *sacralidade* que a mentalidade portuguesa atribui a esse período.

Podemos acompanhar as origens dessa noção de *sacralidade* ligada aos descobrimentos em outros campos de produção cultural não diretamente ligados a historiografia. Se pensássemos na literatura, por exemplo, não tardaria a vir à mente a obra *Mensagem* de Fernando Pessoa. Que o tema central dessa obra sejam os descobrimentos, e que esse período seja considerado por Pessoa como momento chave da História Lusitana não é nenhuma novidade. O interessante, porém, é que a interpretação histórica de Pessoa – de cunho poético – se aproxima da de Barradas – de caráter acadêmico – em um aspecto central: a determinação de futuro e passado pelos Descobrimientos.

Acompanhando as poesias de Pessoa podemos observar com clareza o delinear de uma linha Histórica Portuguesa centralizada na mítica dos Descobrimientos. O que orienta essa opinião é a noção de *Destino*, que marca fortemente sua poesia. Em Pessoa, a História de Portugal é conduzida pela Providência Divina para o seu grande momento – a conquista do mundo através dos oceanos. Nos versos sobre o Infante D. Henrique essa opinião aparece com clareza:

“Deus quer, o homem sonha, a obra nasce.

<sup>171</sup> Mircea Eliade. *Aspectos do Mito*. Lisboa, Edições 70. 1986.

Deus quis que a terra fosse toda uma,  
Que o mar unisse, já não separasse.  
Sagrou-te, e foste desvendando a espuma.”<sup>172</sup>

Se continuarmos analisando o seu texto veremos como, assim como em Barradas, o fim dessa Era luminosa se dá com o cair de uma escura *Noite* sobre Portugal – a União Ibérica, ou, para sermos mais específicos, com o desaparecimento de D. Sebastião. No poema “Prece”, apresentado logo após “A última nau” – que neste caso seria o navio que transportou D. Sebastião em sua última viagem –, vemos a forma como ele caracteriza o período que se segue ao fim da dinastia de Avis:

“Senhor, a noite veio e a alma é vil.  
Tanta foi a tormenta e a vontade!  
Restam-nos hoje, no silêncio hostil,  
O mar universal e a saudade.”<sup>173</sup>

Além disso, assim como em Barradas, a visão que Pessoa tem do Portugal contemporâneo é também negativa:

“Tudo é disperso, nada é inteiro.  
Ó Portugal, hoje és nevoeiro...  
É a Hora!”<sup>174</sup>

Porém, talvez o aspecto mais interessante da interpretação de Pessoa seja a sua esperança no reerguimento português. É nesse sentido que deve ser interpretado o último verso da citação anterior – como um anúncio profético e ao mesmo tempo um chamamento à ação dirigido aos lusitanos. Também nesse sentido devemos entender as últimas linhas do poema dedicado ao Infante:

“Cumriu-se o Mar, e o Império se desfez.  
Senhor, falta cumprir-se Portugal.”<sup>175</sup>

Toda essa esperança ganha em Pessoa a simbologia do “Retorno do Encoberto”. A mística sebastianista vincula-se, assim, à interpretação histórica de Portugal centrada nos Descobrimentos. A volta de D. Sebastião simbolizava o *anseio* e *destino* lusitano em relação ao reerguimento de sua pátria, que

<sup>172</sup> Fernando Pessoa. *Mensagem*. Martin Claret. São Paulo, 2005.

<sup>173</sup> *Idem*.

<sup>174</sup> *Idem*.

<sup>175</sup> *Idem*.

naturalmente só seria possível com a retomada dos valores que orientaram a sociedade portuguesa em sua fase áurea.

Se for possível observar nesses anseios e esperanças de Pessoa, a influência do sebastianismo, não devemos deixar de analisar a leitura que o Padre Antonio Viera nos apresenta na sua *História do Futuro*<sup>176</sup>. Remontar ao século XVII significa para este trabalho investigar com mais cuidado as bases dessa mentalidade que tem como apelo principal o reviver de um Passado Glorioso. A conhecida obra de Viera interpretava as profecias sebastianistas como o anúncio da formação do “Quinto Império” – que uniria o mundo inteiro sob a autoridade do Rei de Portugal. O Passado (reinado de D. Sabastião) destinado a refazer-se no Futuro orienta toda a História Portuguesa.

Mas o grande problema da aproximação dessas duas leituras da História Portuguesa (Pessoa e Vieira) com a de Barradas é o fato de que o último atue num campo intelectual radicalmente distinto dos primeiros. Barradas é um historiador acadêmico, e eu estaria cometendo um grave erro se afirmasse que ele leva em consideração a mística sebastianista em sua interpretação sobre a História, ou que se orienta pela noção de *Destino*. Porém, não é no campo da reflexão racional que devemos localizar a influência dessa mentalidade na obra de Barradas, e sim no campo do inconsciente – o que as esperanças sebastianistas oferecem, não só a Barradas, mas a toda uma parcela de intelectuais portugueses, são anseios e expectativas, uma motivação emocional que não deixará de estar presente em seus trabalhos.<sup>177</sup>

<sup>176</sup> AntonioVieira. *História do Futuro*. Casa da Moeda. Lisboa, 1992.

<sup>177</sup> Isso torna o meu trabalho muito próximo ao tipo de produção historiográfica que era especialidade de Barradas: a História das mentalidades. Na definição de Carlo Ginzburg. *O queijo e os vermes*. CIA das Letras. São Paulo, 1989: “O que tem caracterizado os estudos de história das mentalidades é a insistência nos elementos inertes, obscuros, inconscientes de uma determinada visão de mundo. As sobrevivências, os arcaísmos, a afetividade, a irracionalidade delimitam o campo específico da história das mentalidades, distinguindo-a com muita clareza de disciplinas paralelas e hoje consolidadas, como a história das idéias ou a história da cultura...” Ao nos oferecer essa definição Ginzburg pretendia, na verdade, afastar-se da História das mentalidades, já que defendia que seu trabalho como uma “história das idéias”, que não lidava com esses fatores inconscientes. Ironicamente, isso torna o meu trabalho, nesse sentido, o contrário de *O queijo e os vermes*. Enquanto Ginzburg analisa a as opiniões de um homem do povo a partir da história intelectual, eu analiso as posições de um intelectual a partir da história das mentalidades. O grande problema é que nos últimos anos a história das mentalidades tem sofrido duras críticas. A principal delas é a que contesta a própria validade da noção de “mentalidade”. Sendo o inconsciente, por definição, algo fundamentalmente individual, como poderia ser compartilhado por um grupo social? Vista assim, as mentalidades parecem algo tão improvável quanto um “inconsciente coletivo” – uma determinação social de ordem quase mágica, sem fundamento empírico.

Já que entramos, assim, no campo do psicológico, talvez seja útil um breve estudo de uma categoria poética tão importante para a cultura portuguesa: a *saudade*.

A palavra “saudade” sempre esteve profundamente vinculada ao imaginário lusitano. Todos conhecem bem a lenda de que ela seria encontrada apenas na língua portuguesa e que seria, portanto, intraduzível. Isso quase chega a ser verdade: apenas no galego existe a mesma palavra (às vezes grifada como *soidade*) e, na língua romena, a palavra “*dor*” tem um significado semântico equivalente – onde a palavra portuguesa “*dor*” é traduzida por “*durere*”<sup>178</sup>. Outra lenda seria a de que teria sido cunhada no período dos Descobrimentos “para definir a solidão dos portugueses numa terra estranha, longe de entes queridos. Define, pois, a melancolia causada pela lembrança; a mágoa que se sente pela ausência ou desaparecimento de pessoas, coisas, estados ou ações.”<sup>179</sup>. Se essa segunda lenda pudesse ser confirmada seria particularmente interessante para esse trabalho: a idéia de que a “saudade” teve como data de nascimento o período dos descobrimentos – período que posteriormente iria ocupar um lugar central na relação “saudosa” do português com o seu passado – abriria um leque ainda maior de reflexões para este trabalho.

Entretanto como esta dissertação não tem a menor pretensão filológica, vamos deixar essas possibilidades de lado e prosseguir com o que temos. Chamo a atenção do leitor para o fato de ter definido, no parágrafo anterior, a relação do português com o seu passado como “saudosa”. Isso não implica, como pode parecer a princípio, a noção de que o passado constitui apenas uma perda. Afinal, em seu sentido dicionarizado a saudade seria: “lembrança nostálgica e, ao mesmo tempo, suave, de pessoas ou de coisas distantes ou extintas, *acompanhada do desejo de tornar a vê-las ou possuí-las; nostalgia*”<sup>180</sup>

---

Ao utilizar o conceito de mentalidade, entretanto, eu me refiro não diretamente à sua apreensão psicológica no indivíduo, mas a um determinado tipo de discurso, esse sim compartilhado, que apela para o inconsciente individual de cada ator social envolvido. A forma como esse discurso compartilhado é apreendido pelo inconsciente de cada pessoa é única, singular; mas isso não nos impede de observar que tipo de apelo emotivo esse discurso apresenta para o grupo social como um todo.

<sup>178</sup> Conforme Verbete “Saudade” da *Wikipédia, a enciclopédia livre*. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Saudade>> Último acesso: 29 jun. 2008.

<sup>179</sup> *Wikipédia*. Idem.

<sup>180</sup> Verbete “Saudade” de Aurélio Buarque de Ferreira. *Aurélio, séc. XXI*. Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1999. Grifo meu

Nesse ponto, a leitura dos trabalhos de Eduardo Lourenço pode nos ser muito útil. Esse filósofo português dedicou alguns de seus mais importantes trabalhos à investigação da categoria “saudade” e da sua importância na mentalidade portuguesa.

No livro *Mitologia da Saudade*<sup>181</sup> – embora ressalte que, enquanto modalidade de apreensão do tempo, “a nostalgia, a melancolia, a própria *saudade*, reivindicada pelos portugueses como um estado intraduzível e singular, são sentimentos universais”<sup>182</sup> – ele nos traça a forma singular como os portugueses vivenciam esse sentimento:

“No seu berço céltico, o da Galícia e de Portugal, a *saudade* parece modulada pelo ritmo do mar. Descobre-se, sem bem o saber ainda, que a eternidade é feita de tempo, e o tempo, de eternidade. *Tudo aí é simultaneamente, passado e presente*. Essa música de fundo, primeiro exterior, tornar-se-á música da alma.”<sup>183</sup>

Essa forma específica de vivenciar a saudade parece oferecer aos portugueses o cenário, o pano de fundo para um espetáculo que se desenrolará no infinito. É sobre essas bases psicológicas que a cena dos Descobrimentos alcança o seu status de *mito*, que, no sentido eliadiano, determina todo o tempo mundano – passado, presente e futuro.

Continuar a leitura de Lourenço pode nos ajudar a elucidar ainda mais esse ponto:

“Com a *saudade*, não recuperamos apenas o passado como paraíso; inventamo-lo. O nosso povo, imemorialmente rural, absorvido por fora em afazeres desprovidos de transcendência, mas levados a cabo como uma epopéia, com o seu talento do detalhe, da miniatura, é um povo-sonhador. Não especialmente por ter cumprido sonhos maiores que ele, mas porque, no fundo de si, ele recusa o que se chama a realidade. *Ou, se se prefere, a ordem do tempo, rio sem regresso.*”<sup>184</sup>

Na mentalidade portuguesa o rio da História tem regresso, ou, mais do que isso, a correnteza não chega a arrastar consigo o tempo mítico dos descobrimentos, que está sempre presente, simultaneamente em todos os lugares.

Além da *Mitologia da Saudade*, uma outra publicação, mais antiga, de Eduardo Lourenço, lida também com o tema da saudade na mentalidade

<sup>181</sup> Companhia das Letras. São Paulo, 1999.

<sup>182</sup> Idem.

<sup>183</sup> Idem. Grifo meu

<sup>184</sup> Idem. Grifo meu

portuguesa. Esse livro tem o sugestivo nome de *O labirinto da saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*<sup>185</sup>. Trata-se de uma coletânea de artigos publicada pela primeira vez em 1978. A maior parte dos textos haviam sido escritos nos anos que sucederam a Revolução dos Cravos e refletem o clima dessa época. Lourenço parece ter sentido um desconforto semelhante ao de Barradas com os descaminhos da política e da sociedade portuguesa após o 25 de Abril. O *labirinto* a que se refere o título é a própria mitologia da saudade que os portugueses forjaram e elevaram à condição de verdade histórica. Segundo o autor essa visão mitificada da história lusitana impediria o país de enxergar a realidade – de que Portugal seria um país humilde que jamais teve um significativo peso no cenário mundial. Essa cegueira auto-imposta impossibilitava uma visão pragmática que apontaria melhor para as soluções dos problemas da sociedade portuguesa. Dessa forma, esse livro nos mostra Lourenço como um intelectual engajado, tão preocupado quanto Barradas com os rumos do Portugal pós-revolucionário, embora o segundo jamais tenha se desvencilhado da mitologia da saudade criticada pelo primeiro.

No *Labirinto da Saudade*, Lourenço utiliza-se de conceitos provenientes da psicanálise para abordar o problema. Assim orientado, localiza alguns “traumas” que estariam na origem da *mitologia* que turvava a visão de mundo portuguesa. O primeiro deles seria o próprio surgimento do Estado enquanto país independente: ato tão improvável, e por tantas vezes na história posto em risco, que acabou ganhando a conotação de “milagroso”, ou, “providencial”, justificado apenas pela intervenção divina:

“Essa leitura popular do nosso destino colectivo exprime bem a relação histórica que mantemos connosco mesmos enquanto entidade nacional. Nela se reflete a consciência de uma congénita fraqueza e a convicção mágica de uma protecção absoluta que subtrai essa fragilidade às oscilações lamentáveis de todo o projeto humano sem a flecha da esperança a orientá-lo. *Esta conjunção de um complexo de inferioridade e superioridade nunca foi despoletada como conviria ao longo da nossa vida histórica* e, por isso, misteriosamente nos corrói como raiz que é da relação *irrealista* que mantemos connosco mesmos.”<sup>186</sup>

A completar esse quadro traumático encontramos, como não poderia deixar de ser, a grande ameaça histórica à independência do Estado português: a União Ibérica.

<sup>185</sup> Publicações D. Quixote. Lisboa, 1992.

<sup>186</sup> Idem. Grifo meu

“Sessenta anos em contacto direto (e na economia invisível da história porventura frutuosa) com o *interlocutor imediato* de um viver que foi e é sempre múltiplo *diálogo* mas que nós teimamos em contemplar como *solilóquio*, permitiram, enfim, que nos descobríssemos às avessas, que sentíssemos na carne que éramos (também) um povo *naturalmente* destinado à *subalternidade*. Esta experiência constitui um *segundo traumatismo*, de conseqüências mais trágicas que o primeiro. E disto, os nossos historiadores não cuidaram. (...) Nesses sessenta anos o *nosso ser profundo mudou de sinal*. Como portugueses esperamos do *milagre*, no sentido mais realista da palavra, aquilo que, razoavelmente, não podia ser obtido por força humana. A morte do Padre Malagrida, um Vieira sem gênio nem sorte, pôs termo (ou interrompeu) esse ciclo de sebastianismo activo que representou, ao mesmo tempo, o *máximo de coincidência com o nosso ser profundo*, pois esse sebastianismo representa a consciência delirada de uma fraqueza nacional, de uma carência, e *essa carência é real*.

Das duas componentes originais da nossa existência histórica – desafio triunfante e dificuldades de assumir tranquilamente esse triunfo – aprofundamos então, sobretudo, a nossa ‘dificuldade de ser’, como diria Fontenelle, a histórica dificuldade de subsistir com plenitude política. Tornou-se então claro que a consciência nacional (nos que a podiam ter) que a nossa razão de ser, a raiz de toda a esperança, *era o termos sido*. (...) Descontentes com o presente, mortos como existência nacional imediata, nós começamos a sonhar *simultaneamente* o futuro e o passado.”<sup>187</sup>

Mas, após localizar os traumas históricos, restava a Lourenço explicar porque o período dos Descobrimentos em especial foi eleito pela mentalidade lusitana como o cerne de sua mitologia. Esse esforço pode ser acompanhado no seguinte trecho:

“A exaltação culturalista da imagem de Portugal só pôde ter esse perfil precisamente em função da realidade da vocação *imperiais* que durante quinhentos anos fizeram parte de nossa atividade histórica, e cuja lembrança, mais ou menos intermitente, mas nunca de todo apagada, *constituiu durante esse período o núcleo da imagem de Portugal* que interiormente nos definiu. A fixação historiográfica no período das Descobertas não foi apenas um reflexo dos historiadores da ‘direita’, em Portugal. Investigadores ilustres da ‘esquerda’ a elas consagravam – acaso sem dar conta do carácter melindroso dessa fixação em tempos de má-fé integral como os que vivemos nas últimas décadas – um labor precioso e inovador. (...) A fusão das *duas imagens* – a nacional e a imperial – começou no dia em que os Reis de Portugal compareceram no tablado do mundo que os seus navegadores alargaram com o encarecente e renascente epíteto de ‘senhores’ da Guiné, Etiópia, Índia, etc. A *loucura* tinha nos entrado pelas portas adentro ou saído barra do Tejo fora, loucura certa com os poderes do tempo e nossa enquanto colonizadora e conquistadora, mas insidiosamente corruptora (como já Gil Vicente o pressentiu) dessa *primitiva imagem lusitana* de que cada português conhecia com o olhar e os pés a força e a extensão. Quinhentos anos de existência *imperial*, mesmo com o desmazelo metropolitano ou o abuso colonialista que era inerente ao privilégio de colonizadores, tinham fatalmente de contaminar e mesmo de transformar *radicalmente* a imagem dos Portugueses não

<sup>187</sup> Idem. Todos os grifos, exceto o último, são do autor.

só no espelho do mundo mas no nosso próprio espelho. Pelo *império* devimos *outros* (...).

Todavia, no caso português, o mais interessante não foi aquilo que esse ‘império’ fez de nós, tornando-nos realmente *outros*, como ingleses e holandeses outros se tornaram com as respectivas aventuras imperiais, mas aquilo que ele de nós *não fez*. (...) marcas duradoras na alma de quem ‘teve’ quinhentos anos de Império *nada*, ou só a *ficção* encarecente que n’*Os Lusíadas* ecoa, não como mudadora da alma, mas como simples *nomemclatura* extasiada de terras e lugares que na verdade, salvo Goa, nunca habitamos como senhores delas. Durante um breve período, os calorreadores desse Império – mas sobretudo os portadores nele da fé católica – juntaram à sua *imagem* de portugueses a *nova imagem* de terras e costumes desconhecidos e prodigiosa é a soma desse saber de experiência sofrida, mas essa *nova imagem* ficou como que suspensa no interior do percurso autônomo da cultura metropolitana, nem a bem dizer ‘exótica’, marginalizada, sem função alguma no nosso *imaginário*. O que *fomos como portugueses da Metrôpole*, o que éramos como donos reais ou potenciais de terras longínquas ficou separado e separado continuou praticamente até ao fim de uma das mais insólitas aventuras colonizadoras do planeta. Só num Vieira existiu a *dupla e mítica participação* nessa aventura que não foi de dupla face, mas de diversificada espécie e por isso não nos converteu *noutros* tanto como se poderia esperar.

Inexistente como fonte de vivências capitais modeladoras da nossa *imagem corporal e moral*, o Império português serviu no entanto para lhe alterar o plano ficcional, o carácter sensato. O Brasil, como a Índia durante uma época, como a África no final, acrescentavam-se, na imaginação do português cultivado (e por contágio nos outros), ao pequeno país para lhe dar *uma dimensão mágica* e através dela se constituírem como espaços compensatórios. Potencialmente um ‘grande país’ (como os célebres mapas que rebatiam Angola e Moçambique no espaço europeu) economizávamos o penoso dever de palpar a nossa pequenez.”<sup>188</sup>

Peço perdão ao leitor a longa citação, mas era preciso para que pudéssemos acompanhar a gestação dessa mentalidade. Embora eu não chegue a concordar totalmente com Lourenço que os quinhentos anos de aventura imperial não chegaram a mudar nada na “alma” portuguesa, reconheço que a principal herança dessa experiência foi a gestação da ficção que compensava a insignificância metropolitana com sua extensão imperial. Esse artifício sim, para Lourenço, e também para mim, se tornou o cerne da cultura portuguesa, uma estratégia escapista proveniente de um complexo de inferioridade que tinha bases sólidas, materiais.

Ironicamente, conforme observa Lourenço, a perda de um Império que era “parte da nossa *imagem corporal, ética e metafísica de portugueses*, acabou sem

<sup>188</sup> Idem.

*drama.*”<sup>189</sup> Na década de 70, a consciência nacional portuguesa assistiu, sem que isso lhe causasse um novo trauma, como seria de se esperar, a separação de suas últimas colônias. Porquê?

Acredito que, nesse momento, o Império português não precisava mais existir empiricamente para justificar as pretensões portuguesas à grandeza. Só precisava existir historicamente e miticamente, só precisava existir em um momento sublimado do passado – um momento retirado do próprio devir material do tempo para existir eternamente enquanto modelo que não envelhece, não fica para trás. Nesse sentido, importava pouco o presente do Império, o que realmente era importante era o fato de que ele havia existido, e de que havia em seu momento histórico, influenciado os rumos de uma História Mundial. Sua existência, ainda que no passado, era prova cabal da importância de Portugal.

Há também um outro ponto que o posicionamento de Barradas e de outros intelectuais de esquerda, que muito antes do 25 de Abril já defendiam a independência das colônias e apoiavam seus movimentos revolucionários, pode ajudar a compreender. Para Barradas a libertação das colônias não era o fim do Império, apenas uma possibilidade de evoluir essas relações, que no passado haviam sido marcadas pelo despotismo, para algo melhor. Mas essa discussão será mais bem desenvolvida adiante.

Importante para delimitarmos um pouco melhor essa questão, será a investigação do desenvolvimento do que chamaremos de “discurso decadentista” na Historiografia Portuguesa. Podemos observar as origens desse discurso em historiadores do século XIX como Alexandre Herculano, Antero de Quental e Oliveira Martins, que vão influenciar no século XX autores como Jaime Cortesão e Antonio Sérgio. Em todos eles a análise da decadência da sociedade portuguesa – que, naturalmente ganha uma interpretação diferente em cada caso – parece estar acompanhada de uma “saudade” do passado glorioso<sup>190</sup>.

O nascimento desse discurso historiográfico não poderia deixar de estar vinculado ao cenário cultural europeu do século XIX. As conexões mais evidentes são o Romantismo, o surgimento do conceito de Nação contemporâneo – e as

---

<sup>189</sup> Idem.

<sup>190</sup> Embora nem sempre esse passado glorioso remonte diretamente aos Descobrimentos, como é o caso de Alexandre Herculano e Antero de Quental que exaltam a Idade Média portuguesa.

questões por ele suscitadas<sup>191</sup> – e, a constituição da História como disciplina. Sem essa base tripla seria difícil imaginar um discurso mais sistemático da História Portuguesa, e portanto, uma manifestação realmente historiográfica da noção de tempo singular que tenho descrito.

Internamente, o discurso decadentista, vincula-se ao aumento da sensação de fragilidade nacional vivida pelos portugueses a partir desse período. O século já inicia com o país sob ocupação, ou custódia, estrangeira – primeiro francesa, depois inglesa –, entre os anos 1808 e 1820. A ausência do rei punha a própria existência da nação em cheque e, tal qual durante o domínio filipino, devia criar o sentimento de “orfandade de corte”. Nesse período, como diria Lourenço, “a consciência da nossa *fragilidade histórica* projecta os seus fantasmas simultaneamente para o passado e para o futuro.”<sup>192</sup>

Além disso, ao longo do século crescia o impacto da industrialização na sociedade europeia, e, à medida em que outros países iam se desenvolvendo, ficava cada vez mais evidente o atraso português. Esse fosso econômico que se cavava entre Portugal e o resto da Europa era ainda mais doloroso quando comparado ao fosso histórico – real ou imaginário – entre o Portugal quinhentista, ponta de lança da cristandade e dono de metade do mundo, e o Portugal dezenovista, periferia do mundo civilizado.

Herculano é, possivelmente, o primeiro historiador moderno a fazer essa denúncia, que vai dar origem ao discurso decadentista. Talvez somente por isso um liberal, monarquista, adversário do socialismo e tão desconfiado das camadas populares, tenha despertado tanto interesse de Barradas, que o considera como o

---

<sup>191</sup> Nesse sentido, tanto o nacionalismo proveniente da Revolução Francesa – que entendia a Nação como uma comunidade política de indivíduos atuantes e conscientes – quanto o do Romantismo alemão – que entendia a Nação como uma comunidade com costumes e comportamentos em comum, como uma cultura – são importantes na constituição do discurso decadentista, pois ambos ensejavam uma reflexão, e mais do que isso, uma definição da Pátria, de Portugal. Se, na perspectiva romântica, cabia investigar a história e a cultura portuguesa como parte constitutiva do ser lusitano, para o nacionalismo liberal cabia ao próprio indivíduo a definição do que era sua Nação: “Como cidadão, sujeito de direitos ‘universais’, o homem liberal torna-se responsável pelo *destino* e pela *figura* dessa nova entidade, a Pátria-Nação e pode dizer-se, enfim, que lhe cabe nessa qualidade *assumi-la*, quer dizer, ao mesmo tempo aceitá-la e modificá-la pela sua acção cívica.” Eduardo Lourenço. *Labirinto da Saudade*. Idem.

Sobre a discussão sobre o Nacionalismo no século XIX, ver Eric HOBSBAWM. *Nações e Nacionalismos desde 1780*. Paz e Terra. São Paulo, 1990.

<sup>192</sup> Idem.

“primeiro historiador português” e o coloca no ponto de transição da “História-Crônica” para a “História-Ciência”.<sup>193</sup>

Sintomaticamente, Herculano “buscava na história do passado doutrina para o presente.”<sup>194</sup> Entretanto, diferente da maior parte de seus sucessores, ele projetava a Idade Média como a fase áurea da história portuguesa<sup>195</sup>, entendendo o Renascimento como o início da decadência<sup>196</sup>.

Dos historiadores do século XIX, Herculano é o que projeta a mais forte sombra sobre Barradas. Na leitura que faz de Herculano se esforça em projetar nele uma concepção historiográfica muito semelhante à teleologia marxista. Ou, mais precisamente, se esforça por ver nele, junto com Voltaire, Condorcet, Michelet, Thierry e Guizot, um prenúncio da História-Ciência que surgirá pela primeira vez com o marxismo<sup>197</sup>. Herculano é o principal gancho com o qual ele une duas de suas principais referências teóricas: a tradição portuguesa e a filosofia marxista.

A geração seguinte à de Herculano dará prosseguimento a essa denúncia de decadência com ainda maior veemência e desespero. É a geração de 1870, das famosas “Conferências do Cassino”, cujo principal nome é, sem dúvida, Antero de Quental. Para ninguém pareceu mais evidente e incomoda a decadência de seu tempo: “A decadência dos povos da Península nos três últimos séculos é dum dos factos mais incontestáveis, mais evidentes da nossa história...”<sup>198</sup> Assim como em

<sup>193</sup> “O Herculano liberal, o Herculano anti-democrata e anti-socialista, o Herculano adepto da monarquia cartista (...) situa-se como historiador, como homem de ciência, na linha de evolução e de revolução que conduz a Marx e ao marxismo...” Barradas de Carvalho. *Da História-Crônica a História-Ciência*. Idem.

O que vincula Herculano ao fim da História-Crônica, é o fato de que, para ele: “Não são os grandes homens que fazem a história, mas talvez, em grande parte, pelo contrário, a história é que faz os grandes homens.” Barradas de Carvalho. *As idéias Políticas e Socais de Alexandre Herculano*. Seara Nova. Lisboa, s/d.

Para Barradas isso o aproximava, mais do que qualquer contemporâneo, da moderna história social.

<sup>194</sup> Conforme Barradas de Carvalho. *As idéias Políticas e Socais de Alexandre Herculano*. Idem.

<sup>195</sup> Influenciado, possivelmente, pela leitura de Tocqueville “*O Antigo Regime e a Revolução*” e influenciando, por sua vez, Antero de Quental.

<sup>196</sup> Barradas não consegue se furtar de comentar essa inversão: “...embora uma análise superficial nos possa deixar chegar a conclusão contrária.” *As idéias Políticas e Socais de Alexandre Herculano*. Idem.

<sup>197</sup> Como também pode-se observar no seguinte trecho: “Herculano, tal como Thierry e Guizot, os seus grandes mestres, situa-se, como historiador, na linha de evolução e de revolução que conduz a Marx, ao marxismo e à grande história que é a dos nossos dias. A crônica prolongou-se em Portugal até Herculano. A história nasce em Portugal com Herculano. Alexandre Herculano é o primeiro historiador português.” Barradas de Carvalho. *Da História-Crônica a História-Ciência*. Idem.

<sup>198</sup> Antero de Quental. *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*. Ulmeiro. Lisboa, 1996.

Herculano, o auge do passado português encontra-se no período medieval – período da descentralização, do federalismo, da independência, “singularmente democrático” em relação à época. Mas Antero reconhece ainda o valor dos últimos séculos da Antiguidades e do primeiro período da Renascença – o início dos Descobrimentos:

“As descobertas que coroaram tão brilhantemente o fim do século XV não se fizeram ao acaso. Precedeu-se um trabalho intelectual, tão científico quanto a época o permitia, inaugurado pelo nosso infante D. Henrique, nessa famosa escola de Sagres, de onde saíram homens como aquele heróico Bartolomeu Dias, e cuja influência, directa ou indirectamente, produziu um Magalhães e um Colombo. Foi uma onda, que levantada aqui, cresceu até ir rebentar nas praias do Novo Mundo. Viu-se de quanto era capaz a inteligência e a energia peninsular.”<sup>199</sup>

Mas, apesar de que, em seu momento inicial, os descobrimentos fossem uma das grandes realizações da vitalidade ibérica, ainda em seu estágio histórico de grandeza, foram eles também, conjuntamente à Contra-Reforma e à ascensão da Monarquia Absolutista, uma das causas da decadência que se seguirá:

“Ora esses fenômenos capitais são três, e de três espécies: um moral, outro político, outro econômico. O primeiro é a transformação do *catolicismo*, pelo concílio de Trento. O segundo, o estabelecimento do *absolutismo*, pela ruína das liberdades locais. O terceiro o desenvolvimento das *conquistas* longínquas. Estes fenômenos assim agrupados, compreendendo os três grandes aspectos da vida social, o *pensamento*, a *política* e o *trabalho*, indicam-nos claramente que uma profunda e universal revolução se operou, durante o século XVI, nas sociedades peninsulares. Essa revolução foi funesta, funestíssima. Se fosse necessária uma contraprova, bastava considerarmos um facto contemporâneo muito simples: esses três fenômenos eram exactamente o oposto dos três factos capitais que se davam nas nações que lá fora cresciam, se moralizavam, se faziam inteligentes, ricas, poderosas, e tomavam a dianteira da civilização. Aqueles três factos civilizadores foram a *liberdade moral*, conquistada pela Reforma ou pela filosofia; a elevação da *classe média*, instrumento do progresso nas sociedades modernas, directora dos reis, até o dia em que os destronou; a *indústria*, finalmente, verdadeiro fundamento do mundo actual, que veio dar às nações uma concepção nova do Direito, substituindo o trabalho à força, e o comércio à guerra de conquista. Ora, a *liberdade moral*, apelando para o exame e a consciência individual, é rigorosamente o oposto do catolicismo de Trento, para quem a razão humana e o pensamento livre são um crime contra Deus; a *classe média*, impondo aos reis seus interesses, e muitas vezes o seu espírito, é o oposto do absolutismo, esteado na aristocracia e só em proveito dela governado; a *indústria*, finalmente, é o oposto do espírito de conquista, antipático ao trabalho e ao comércio.”<sup>200</sup>

<sup>199</sup> Idem.

<sup>200</sup> Idem.

A principal singularidade de Antero de Quental em relação aos outros autores portugueses vinculados ao discurso decadentista é que ele não fala de Portugal, mas de “povos peninsulares” – entendendo como um só o destino da Península Ibérica<sup>201</sup>. Nesse sentido se afasta de Barradas e outros portugueses que tanto desgosto tinham em ser confundidos com seus vizinhos espanhóis<sup>202</sup>.

Ainda assim, sua leitura parece ter sido muito influente na formação intelectual de Barradas. Ao relacionar a atuação da Inquisição Portuguesa e a União Ibérica como os principais fatores para o declínio do Renascimento Português, Barradas poderia estar relendo duas das três “causas da decadência” de Antero: a Contra-Reforma e o Absolutismo. E, mesmo quando Antero acusa a expansão marítima como terceira “causa”, isso não o afasta de Barradas tanto assim, afinal, precisamos observar que Quental não negativiza os Descobrimentos enquanto Descobrimentos, ou seja, enquanto ato de descobrir – o alargamento do conhecimento geográfico do século XV –, mas apenas como conquista – o colonialismo dos séculos subseqüentes.

Apesar de optarem por enaltecer a Idade Média, no lugar dos Descobrimentos, como o momento de maior importância da História portuguesa, já encontramos em Herculano e em Antero de Quental a lógica do discurso historiográfico que marcará os autores portugueses que os sucederão: a valorização de um dado momento do passado, vinculada a crítica mordaz da decadência presente, e o desejo de retomada desse momento histórico como forma de superação dos problemas atuais. É isso que caracteriza o que chamo de discurso decadentista, e não necessariamente a eleição dos Descobrimentos como tema central.

O desenvolvimento desse discurso prossegue com Oliveira Martins – político, escritor, historiador, socialista, amigo e admirador de Herculano e de Antero de Quental. “Herdeiro indirecto de Michelet, Oliveira Martins percebe e vê Portugal como uma *identidade*, podia-se dizer, como uma *pessoa* como Michelet via a França...”<sup>203</sup> Semelhante a vida de uma pessoa, os povos tinham

<sup>201</sup> É preciso observar, entretanto, que esse destino em comum jamais significou, para Antero, a defesa de uma unidade política peninsular. Nem poderia ser assim para um defensor do federalismo, como ele era. Por isso, a condenação do período da União Ibérica como um dos fatores de decadência, visto que era uma afirmação do absolutismo despótico e centralizador.

<sup>202</sup> Contrariando Quental, Barradas insiste sempre na idéia de “dualidade da civilização ibérica”, como pode-se ver em *Rumo de Portugal*. Idem.

<sup>203</sup> Eduardo Lourenço. *Labirinto da Saudade...* Idem.

um ciclo natural de nascimento, crescimento, envelhecimento e, até mesmo, morte. Assim, a decadência contemporânea portuguesa era entendida por ele como um processo natural, quase inevitável. Nesse sentido, entre os autores aqui analisados, é o que mais se distancia da lógica da historiografia decadentista conforme descrita no parágrafo anterior.

Sua importância na construção desse discurso vincula-se: em primeiro lugar a vigorosa denúncia do atraso português; em segundo, ao fato de ter vinculado essa denúncia a um projeto de futuro – o socialismo –, defendido mais na condição de político do que de historiador; em terceiro, ao fato de ter escrito uma obra que, talvez mais do que as dos autores anteriores, serviu como referência para os historiadores subsequentes – *A História de Portugal*<sup>204</sup>; e, em quarto, ao fato de ter deslocado a valorização histórica da Idade Média – tal qual acontecia em Herculano e Quental – para os Descobrimentos<sup>205</sup>.

Na periodização proposta por Oliveira Martins a história portuguesa é dividida em quatro períodos:

“No primeiro, o da dinastia de Borgonha, não nos destacamos ainda bem do sistema dos Estados peninsulares: somos um d’ eles, e a independência provém exclusivamente do espírito separatista da Idade Média personalizado no ciúme absolutista dos reis e barões portugueses. – Depois de Aljubarrota, porém, o sentimento de independência nacional torna-se popular, desde que a revolução do Mestre d’Avis o faz coincidir com o interesse particular da região portuguesa. Entretanto a vida marítima fora-se desenvolvendo; e a nova dinastia obedece, conquistando o litoral da África aos marroquinos, a corrente histórica peninsular; e inicia, com as navegações e descobertas, um movimento particularmente nacional: pode então dizer-se que por um momento Portugal esteve à testa da história da Espanha.

A terceira época abrange, a nosso ver, a infeliz empreza do domínio oriental, onde o movimento marítimo nos levou. Os elementos de vida própria, formados na época anterior, produziam uma colonização à antiga e uma literatura neolatina: nestas duas circunstâncias provamos faltar-nos uma fibra de intima originalidade nacional. A perversão dos costumes, a vastidão das emprezas, o limitado dos nossos meios, os erros políticos, finalmente, condemnaram-nos à perda da independência. – Se na quarta e final das épocas da nossa história voltamos a reganhá-la, a nossa vida aparece, contudo, outra. Ao império oriental perdido, vem a exploração e colonização do Brasil substituir-se, dando um ponto de apoio externo ao pequeno corpo europeu; e mais tarde, perdido a seu turno o Brasil, voltamos-nos agora, a ver se a África pode dar-nos os meios de custearmos as despesas de um país pequeno e mediocrementemente abastado, sobre o qual pesam os encargos cada vez maiores do machinismo nacional. Holanda do extremo

<sup>204</sup> Guimarães Editores. Lisboa, 1972.

<sup>205</sup> Esse último ponto é controverso. O posicionamento de Oliveira Martins em relação a ele muda de acordo com o período de sua vida. Este trabalho toma como base sua posição na *História de Portugal*. Idem., que considero sua obra mais influente no meio historiográfico.

ocidente, radicada no corpo da Espanha como ela o está no corpo germânico, só num ponto de apoio externo podemos fundar o alicerce de uma independência excepcional; só a custa de recursos coloniais podemos talvez satisfazer as múltiplas e dispendiosas exigências da organização econômica, científica e moral, hoje inseparáveis e indispensáveis a existência de uma nação.”<sup>206</sup>

Assim, o período da dinastia de Borgonha seria como que a infância portuguesa – os primeiros passos, incertos, de um país recém-nascido; a dinastia de Avis e o início dos Descobrimentos, a juventude vigorosa; o período da ocupação da Índia, a partir do reinado de D. Manuel, a velhice que culmina com a morte do reino – o desastre de Alcácer-Quibir e a perda da independência<sup>207</sup>. Os anos que se seguem ao fim da União Ibérica não chegam a ser um renascimento, são mais como uma sobrevida – vivida apenas por causa das colônias –, e Portugal é como um cadáver que não foi enterrado. Suas últimas palavras deixam, entretanto, entrever uma pequena pontada esperança para o futuro da Nação.

Uma leitura superficial do último trecho citado pode dar a entender que, assim como Antero, Oliveira Martins ao mesmo passo que valorizava a primeira fase dos Descobrimentos (século XV), localizava essas conquistas como uma das causas da decadência posterior. Isso seria um equívoco, já que como, para Oliveira Martins, a decadência tratava-se de um processo natural, ela não tinha causas, mas apenas sintomas – entre os quais estariam a “anárquica” ocupação da Índia e o surgimento da Inquisição portuguesa<sup>208</sup>. Um outro ponto que o separa da leitura de Qüental é que, se no último o epicentro da História Portuguesa é a Idade Média – sendo o início dos Descobrimentos apenas a fase final desse auge –, em Oliveira Martins o período henriquino é o verdadeiro apogeu do povo português.

<sup>206</sup> Idem.

<sup>207</sup> note que o capítulo que descreve esse período na *História de Portugal* recebe o título de: “A catástrofe”

<sup>208</sup> Sobre esse ponto é interessante a leitura do seguinte trecho sobre os anos que antecederam o domínio filipino: “Tudo convergia para arrastar a nação a essa data infeliz de 1580: os sintomas mórbidos (...) diagnosticavam a doença, e explicam a necessidade da catástrofe. Eram um despedaçar de todos os tecidos vitais, uma febre que destruíra o sangue, um veneno que irritava todos os vasos do organismo nacional. Era uma doença lenta, mortal, mas cujo termo foi precipitado por uma crise. Então se exarcebaram todos os males; e o moribundo, erguendo-se no catre, bracejando em delírio, caiu como uma pedra, morto instantaneamente.” Ou ainda: “Todo reino sofria dos sintomas dessa doença, e muitos previam a crise final que se aproximava; entretanto, quase todos, acostumados a um padecer crônico, nascidos já na atmosfera pervertida, ou não reconheciam os males, ou se deixavam levar, indolentemente, pela maré da desgraça e da protervia, do beaterio e do vício, da simonia e da ferocidade piedosa. A Inquisição, a Índia, e as pestes concorriam para perverter a moral, aguçando nos espíritos desejos orgíacos, irritando cóleras funebes, terrores extravagantes.” Oliveira Martins. *História de Portugal*. Idem.

Nossa análise do discurso decadentista português chega assim ao século XX, onde encontramos aquele que talvez seja o seu principal expoente: Antonio Sérgio. Antes de tudo, chamo atenção para o caráter polemista dos escritos – historiográficos ou não – deste autor, que estava fortemente empenhando em denunciar a decadência da cultura em Portugal – o “Reino Cadaveroso”<sup>209</sup>.

Na sua interpretação, o grande momento da cultura portuguesa localizava-se no século XV. Numa análise que vai inspirar profundamente muitos historiadores posteriores – Barradas em especial – Sérgio entendia que a experiência das navegações e dos descobrimentos haviam colocado o português da época na vanguarda do conhecimento Renascentista. Deparando-se, em suas viagens, com realidades radicalmente diferentes daquelas descritas pelas geografias antigas, os navegantes portugueses adquiriram um senso crítico que lhes permitiu rejeitar os argumentos baseados na “autoridade”. Surgia assim uma valorização da experiência como base do conhecimento, que seria o fundamento para o desenvolvimento intelectual europeu nos séculos seguintes. No entanto, o Renascimento Quinhentista era para Sérgio uma “promessa não cumprida”. No século seguinte já se iniciaria a decadência, que ele explicava, influenciado por Antero de Quental, a partir da atuação da Inquisição – que sufocara o rico cenário cultural quinhentista – e pela passividade econômica que era fruto das próprias conquistas ultra-marinhas.

“Com efeito, se olharmos o nosso passado, ver-se-á que até o fim do Quinhentismo Portugal acompanha galhardamente o melhor espírito europeu, (...) e a muitos respeito na vanguarda (...) Depois, desde essa data o facho apaga-se (...). Depois dos dias do Quinhentismo, o que se chama espírito moderno nunca mais vigorou na nossa terra, – se bem que brilhasse, por vezes, em alguns portugueses excepcionais, que se cultivavam no estrangeiro, que se não entenderam com os seus patrícios, e que combateram sem resultado a mentalidade do seu país.”<sup>210</sup>

Essas palavras nos permitem entender que, para Antonio Sérgio, em meio à escuridão que caracteriza o “Reino Cadaveroso” em sua quase totalidade, existem alguns “fachos de luz”: o primeiro o de uma época inteira – o século XV –, os outros são lampejos, brilhos isolados que, na ignorância dos séculos que se

<sup>209</sup> António Sérgio. “O reino cadaveroso ou o problema da cultura em Portugal”, *In: Ensaios*. Sá da Costa. Lisboa, 1972.

<sup>210</sup> Idem. Na nota 40 do capítulo terceiro, “Explicação de Portugal”, de *Rumo de Portugal*, Barradas transcreve um segmento ainda maior do texto de Antonio Sérgio, no qual está inserido o trecho acima apresentado: Ao final de uma longa citação, Barradas acrescenta: “É com a mais profunda emoção que transcrevemos estas palavras imortais do grande Antonio Sérgio...”

seguiram, explodiram na figura dos “portugueses excepcionais” – intelectuais que, como ele, corajosamente criticaram a mentalidade que atrasava seu país e que tentaram, sem sucesso, reformar a sociedade lusitana recolocando-a na trajetória da qual havia sido desviada depois do século XV. Sobre esse aspecto a Tese de Ana Luiza Marques é esclarecedora:

“Os ‘excepcionais’ têm o mérito de buscar a mudança a partir da denúncia da decadência. Eles denunciaram o mal vivido pela mentalidade portuguesa e, assim, renderam ao futuro o legado do que deveria ser Portugal.

O estado de decadência contrasta, por um lado, com o passado glorioso e vanguardista do quinhentismo, por outro, com os ‘portugueses excepcionais’ que denunciaram o absurdo da situação, sendo incompreendidos e perseguidos.

(...) A noção da promessa não cumprida [do século XV] dá unidade à história de Portugal tanto quanto a denúncia dos ‘portugueses excepcionais’. Provavelmente, o mito do ‘Reino Cadaveroso’ oferece à história de Portugal unidade e sentido, visto que as goradas tentativas de mudança pela denúncia da decadência apenas fortalecem a promessa.”<sup>211</sup>

Tudo isso torna a obra de Antonio Sérgio um exemplo bem característico do discurso decadentista que temos descrito. Ana Luiza parece concordar comigo quando diz que “Antonio Sérgio se filia à tradição que retira o futuro do passado.”<sup>212</sup>

Sérgio é uma grande influência na obra de Barradas. Dele Barradas parece ter herdado, principalmente, a valorização da cultura experiencialista vinculada aos Descobrimientos Quinhentistas; a caracterização do Portugal contemporâneo como o “Reino Cadaveroso” do obscurantismo; e a dos intelectuais como *heróis* incompreendidos, que nesse cenário sombrio lutam contra as trevas da ignorância e se esforçam em fazer cumprir, enfim, a promessa do passado. A enorme admiração de Barradas por Antonio Sérgio pode ser observada no seguinte trecho d’*O obscurantismo salazarista*:

“...Antonio Sérgio ocupa um lugar que ainda não foi superado, nem talvez sequer igualado. Poderemos talvez dizer, sem grande exagero que a interpretação global da História de Portugal, a explicação de Portugal no seu complexo conjunto, sofreu até hoje duas rupturas claras, bem marcadas. A primeira está ligada à passagem da *Crônica à História-Ciência* com a obra de Alexandre Herculano. A segunda está ligada à descoberta, por Antonio Sérgio, da importância da costa

<sup>211</sup> Ana Luiza Marques. *O Futuro por Herança – História e cultura na proposta reformista de Antonio Sérgio*. Tese de Doutorado/PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2005.

<sup>212</sup> Idem.

portuguesa, dos portos, dos descobrimentos marítimos, de um gênero de vida nacional alicerçado numa burguesia comercial e cosmopolita.”<sup>213</sup>

Jaime Cortesão é outra importante referência para Barradas. Talvez sua figura seja ainda mais importante pelo fato de suas biografias possuírem um importante ponto em comum: ambos foram exilados por motivos políticos. A coincidência diz respeito ainda aos locais escolhidos como refúgio – Cortesão saiu de sua terra natal em 1927, após a fracassada tentativa de derrubar a Ditadura Militar portuguesa indo, primeiro para a França, e depois de 1940, quando da invasão nazista, para o Brasil, onde se estabeleceu no Rio de Janeiro e aí permaneceu até 1957, quando regressou a Portugal. Em 1958 chegou a ser preso, junto com Antonio Sérgio, após ter se envolvido na campanha presidencial de Humberto Delgado. No Brasil Jaime Cortesão, assim como Barradas faria mais tarde, dedicou-se ao ensino universitário, e estabeleceu um profícuo diálogo com o meio acadêmico brasileiro. Especializou-se, principalmente nos anos em que aqui esteve, na História dos Descobrimientos e na Formação Territorial Brasileira (sobretudo o bandeirismo paulista).

Na sua obra, *Os factores democráticos na formação de Portugal*<sup>214</sup>, se esforça por caracterizar o período de formação da sociedade portuguesa como uma longa preparação para os Descobrimientos, um esforço progressivo, para tornar Portugal uma nação marítima.

A atuação política e intelectual de Cortesão, anterior ao longo exílio, esteve fortemente relacionada a um movimento cultural que ele ajudou a fundar na cidade do Porto e que tinha o sugestivo nome de “Renascença Portuguesa”. Esse grupo, do qual faziam parte também Antonio Sérgio, Raul Proença e Leonardo Coimbra, teve como um dos seus principais mentores Teixeira de Pascoaes, poeta português que foi, junto com Fernando Pessoa, um dos mais notáveis representantes do movimento estético conhecido como *saudosismo*. Em Teixeira de Pascoaes esse movimento adquiriu um evidente caráter de

---

<sup>213</sup> Idem.

Artigo originalmente publicado em *Portugal Democrático*, Nº 138, Março de 1969., na ocasião do falecimento de Antonio Sérgio.

<sup>214</sup> Horizonte. Lisboa, 1978.

messianismo sebastianista e pretendia, tomando a saudade como princípio dinâmico e renovador levar a cabo, pela ação cultural, a regeneração do país<sup>215</sup>.

“... é de Pascoaes a fórmula maravilhosa do *Verbo Escuro: o futuro é a aurora do passado*. (...) É nesse sentido que Pascoaes nos outorga e se outorga o estatuto de Povo-Saudoso, quer dizer, de povo que apercebe em tudo quanto toca a sombra da ilusão e da morte, mas a uma e outra exige a promessa da vida.”<sup>216</sup>

O que permitia que a Renascença Portuguesa não se confundisse com o saudosismo era o seu caráter, mais propriamente político do que poético. Suas duas principais publicações eram a Revista “A Águia” e o quinzenário “A vida portuguesa” – que era dirigido por Cortesão. O movimento estava fortemente relacionado com implantação da República em 1910, e seu principal objetivo era, nas palavras de Jaime Cortesão, “dar conteúdo renovador e fecundo à revolução republicana”. Esse reformismo, como o próprio nome do grupo sugere, não poderia deixar de estar vinculado a um resgate do passado português, conforme podemos ver no seguinte trecho, retirado da abertura do primeiro número do jornal “A vida portuguesa”, escrito pelo próprio Cortesão: “*Portugal acorda com um reflorir de energias antigas*, que acomodando-se ao tempo, procuram criar dentro duma nova concepção da Vida.”<sup>217</sup>

<sup>215</sup> A esse respeito ver a reflexão desenvolvida anteriormente neste trabalho sobre Fernando Pessoa.

Ver também Eduardo Lourenço. *Labirinto da Saudade*. Idem. e, sobre Teixeira de Pascoaes, Jacinto do Prado Coelho. “Prefácio” In: Teixeira de Pascoaes. *Obras Completas*. Bertrand. Lisboa, 1965. Volume I.

Apesar das divergências que separam Teixeira de Pascoaes e Pessoa, optei aqui por vinculá-los ao mesmo movimento literário porque entendo que é inegável a grande influência que o primeiro exerce sobre o segundo.

Sobre esse aspecto é interessante acompanharmos Lourenço no *Labirinto da Saudade*: “Não há em toda a nossa literatura um diálogo-combate mais fundo e complexo que o que entrelaça as aventuras poético-espirituais de Pessoa e Pascoaes. Em última análise, a aventura de Pessoa é uma tentativa – bem lograda, mas não de todo triunfante – para reestruturar em termos adequados ao seu gênio próprio e a um tempo de tenacidade cosmopolita, o misticismo sem sombra de má consciência poética nem lingüística, do autor inspirado de *Regresso ao Paraíso e Marânus*.”

Outro trecho de Lourenço, sobre a ruptura de Pessoa com Pascoaes em 1912 e sua saída da “Renascença Portuguesa” – quando o jovem poeta anuncia-se a si mesmo como um *Super-Camões* – pode ser também útil para a compreensão desse ponto: “O anúncio do *Super-Camões* significa apenas que a visão simbólica de Pascoaes e do Saudosismo devia ser *superada* por uma outra, e superada à maneira de Hegel (tão citado no seu ensaio crítico-profético), quer dizer, elevando-a à consciência de si mesma, conservando-lhe a intuição de base, o núcleo neoplatônico.” Idem. Além disso, na minha forma de entender, mais tarde, em 1934, na sua obra *Mensagem*, Pessoa opera uma reaproximação do *saudosismo* que havia rejeitado na juventude. Sobre esse ponto remeto mais uma vez o leitor ao trecho em que analiso a poesia de Pessoa.

<sup>216</sup> Eduardo Lourenço. Idem.

<sup>217</sup> “A vida portuguesa” In: *A vida portuguesa*. Porto, 31 de Outubro de 1912. Nº 1. Disponível em: <<http://purl.pt/284>> Grifo meu.

Ainda que reunisse personalidades de tendências diferentes, o movimento tinha subjacente um ideal nacionalista e messiânico, radicado na tendência sebastianista da mentalidade portuguesa de procurar uma *regeneração* nacional, sempre adiada, mas sempre presente em todos os períodos da história lusitana.

Cortesão afastou-se da “Renascença Portuguesa” para fundar, em 1921, junto com Augusto Casimiro e Raul Proença, a revista *Seara Nova*, que recebeu, a partir de 1923, a colaboração de Antonio Sérgio, que havia também rompido com Teixeira de Pascoaes. Mais tarde Cortesão e Sérgio vão também desvincular-se da revista. Mas apesar desses rompimentos é inegável a influência que a “Renascença Portuguesa” e o grupo da revista *Seara Nova* exerceram no pensamento desses dois autores. Atrevo-me a afirmar que a convivência com Teixeira de Pascoaes na “Renascença Portuguesa” foi a principal fonte da “contaminação” de Sérgio e Cortesão pela mentalidade sebastianista, que será transmitida para seus sucessores, Vitorino Magalhães Godinho e Barradas de Carvalho.

É evidente que esse “sebastianismo” ganhou em Sérgio e Cortesão uma leitura historiográfica e acadêmica que o afastaram tanto do sebastianismo popular ou do sebastianismo poético de Pascoaes que nem ousou mais chamá-lo dessa forma, optando por caracterizar essas leituras, assim como as de Herculano, Antero e Oliveira Martins, como “discurso decadentista” – corrente historiográfica influenciada pela mentalidade sebastianista sem se confundir com suas manifestações mais evidentes, as poéticas. Mas é importante lembrarmos que o discurso decadentista não pode ter sido a única forma de contato, indireta, de Barradas com essa mentalidade. Como português culto que era, é improvável que Barradas não tenha sido, assim como seus predecessores, “contaminado” diretamente por essa *mitologia da saudade*, para usar a expressão de Lourenço, diretamente.

Assim, se por um lado, essa mentalidade de origem sebastianista – essa *mitologia da saudade* – ofereceu a Barradas a imagem dos descobrimentos enquanto “era de ouro” que estaria destinada a ser revivida, por outro lado a inserção dessa “era” numa cadeia de eventos históricos compreendidos numa lógica de causa e consequência só poderia ter surgido devido ao tratamento historiográfico que recebeu por parte não só de Barradas, mas de outros historiadores portugueses que o influenciaram. Desta forma a mentalidade

sebastianista, a teleologia historiográfica clássica (especialmente a marxista) e o discurso decadentista português se amalgamaram no pensamento de Barradas, cada um cumprindo uma função diferente na inserção dos descobrimentos no centro da linha histórica lusitana: onde o primeiro elemento oferece a obsessão inconsciente por esse “tempo mítico”, o segundo e o terceiro oferecem a coerência necessária para dar a essa “obsessão” uma roupagem acadêmica.

Para visualizarmos melhor essa rede de influências acadêmicas atuando sobre a personalidade de Barradas, eu elaborei a figura apresentada na página 135. Trata-se de um mapa de suas principais influências historiográficas. Podemos verificar em cada um dos autores citados (especialmente os encontrados na chave “Escola Portuguesa”) a presença de um discurso marcado ou pelo sentido progressista historiográfico clássico, ou pelo discurso decadentista, e cada um deles exerce, diretamente ou não, uma influência sobre Barradas.<sup>218</sup>

É preciso, antes de concluir esse capítulo, observar que, pelo menos na leitura de Barradas, a historiografia decadentista portuguesa não apresentava algo que era impossível de conciliar com a noção da História como progresso. Afinal o que tornava os Descobrimentos um verdadeiro centro da História era justamente o fato desse período ser caracterizado como o momento em que a sociedade portuguesa esteve mais evoluída em relação aos seus contemporâneos. Todo mal dos séculos posteriores estava no fato de se ter extraviado dessa rota. A saudade, leia-se o desejo de retorno a essa Era, passava necessariamente pela retomada da jornada no ponto em que ela tinha estacionado no século XVI. Digo isso porque,

<sup>218</sup> Para tanto foi consultada pelo menos uma obra referente a cada um dos autores, dando preferência às escritas pelos próprios. No caso da chave “Escola Portuguesa”, por exemplo, a lista de obras utilizadas é seguinte:

Antero de Quental – *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*;

Oliveira Martins – *História de Portugal*;

Antonio Sérgio – *Breve Interpretação da História de Portugal*;

e Jaime Cortesão – *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal*.

Essa lista foi elaborada de acordo com o reconhecimento do próprio Barradas na “Introdução” de *Rumo de Portugal* em relação aos autores que mais o influenciaram na elaboração do que ele chama de uma “*Explicação de Portugal*”. Exclui-se deste caso, é claro, a obra sobre Alexandre Herculano. Neste caso acreditei que ser ainda mais interessante lidar com a leitura que próprio Barradas faz desse autor em *As idéias políticas e sociais de Alexandre Herculano*.

A esses se somam apenas dois autores que Barradas cita explicitamente: Sérgio Buarque de Hollanda e Robert Ricard. Nenhum deles é analisado mais detidamente nessa parte do trabalho pois, ainda que evidentemente tenham exercido forte influência na obra de Barradas, por não serem portugueses, não faria sentido investigar neles o que tenho definido como “discurso decadentista”.

Além desses, Barradas reconhece a importância de outros “historiadores e sociólogos, portugueses, brasileiros, franceses” para sua *Explicação de Portugal*, mas prefere não mencioná-los “com receio de fazer alguma omissão involuntária ou indevida.”

como insisti muito nas origens sebastianistas, no caráter messiânico e na analogia com o *mito* quando tratei dos antecedentes intelectuais de Barradas, posso ter provocado no leitor uma idéia equivocada. Como “homem de ciência”, marxista e historiador formado pelos *Annales*, em Barradas, acima de qualquer outra influência, prevalecia a noção progressista da História. Sua singularidade reside no fato dessa prevalência não ter significado a exclusão de idéias de ordem diferente e, até mesmo, opostas. Habilmente ele soube amalgamar essas duas noções históricas distintas, assim como soube também amalgamar a teoria marxista com a história dos *Annales*, sem ver nelas nenhuma contradição irreconciliável.

Todas essas diferentes influências que recebeu – acadêmicas ou não, contraditórias entre si ou não –, atuando juntas em sua personalidade, permitiram que ele definisse os Descobrimentos como algo semelhante ao olho de um Furacão. No centro da História Portuguesa esse ponto era o local onde tudo parecia melhor do que o que estava fora, mas, na verdade, era esse mesmo centro que fazia tudo girar ao seu redor. Essa analogia só não é mais perfeita porque se, na natureza, o olho do furacão é uma zona de calma e os ventos mais violentos estão ao seu redor, na leitura de Barradas os Descobrimentos é que são o momento da verdadeira ação histórica – período em que Portugal encarnou o Progresso, e esteve à frente da evolução das sociedades européias –, tudo que está além deles é passividade, imobilidade histórica e atraso.

## 5

### JOGO DE ESPELHOS

#### A impiedade salazarista e o exílio no Passado

“...a História foi e é ainda cabeça de medusa”

\_ Eduardo Lourenço. Labirinto da saudade.

A mesma frase que serve de epígrafe para este capítulo é citada por Ana Luiza Maques, que acrescenta: “Só dá para encarar por reflexos”<sup>219</sup>. Ambos, Lourenço e Ana Luiza, falavam de Antonio Sérgio, no entanto, a História para Barradas é igualmente uma “cabeça de medusa”, que só pode ser encarada pelo espelho do tempo presente. Mas a História é também superfície refratária, da qual Barradas se serve para encarar uma segunda górgona: a política salazarista – monstruosa, ímpia e petrificante, verdadeira paralisadora do progresso.

O que nos interessava mais profundamente ao resgatarmos, no capítulo anterior, essa dimensão de *sacralidade* que a mentalidade portuguesa atribui aos Descobrimentos eram as inflexões que essa interpretação nos oferecia para a investigação da imagem que Barradas traça do salazarismo e da sua atuação contra este. Afinal, como toda ruptura com o sagrado, a transgressão do sentido histórico para o qual apontam os Descobrimentos é considerada por Barradas como uma forma de “impiedade”.

O leitor deve se lembrar de como Barradas caracteriza a decadência da cultura portuguesa e os motivos do fim da idade de ouro dos descobrimentos: a atuação do Santo Ofício e a União Ibérica em 1580. Mas, nesse momento, pode ser interessante uma caracterização mais detalhada desse aspecto a partir da leitura da obra *Rumo de Portugal*.

Essa publicação era, na verdade, uma espécie de apresentação de outra obra que Barradas tencionava trazer a público em “quatro ou cinco volumes a serem publicados pela Editora Livros Horizonte, de Lisboa, sob o título geral de *Para uma Explicação de Portugal*”. *Rumo de Portugal*, junto com *Da História-Crônica à História-Ciência*, apareciam como os primeiros passos, “uma como que

---

<sup>219</sup> Idem.

introdução”<sup>220</sup> da obra mais vigorosa que os seguiria. O título que teria essa publicação, que jamais chegou a se materializar, é bastante revelador: “uma explicação de Portugal” (explicação histórica, evidentemente) não poderia ser jamais um simples objeto de erudição, mas sim a base para um planejamento, um projeto para o futuro. Como diz Joel Serrão acerca dessa *explicação* que almejou difundir e desse projeto que o acompanhou por toda a vida: “Barradas de Carvalho pretendia explicar Portugal, revelámo-lo; ou por outras palavras dito: procurava, afinal, razões para reacender a esperança (sua e de seu povo repartido pelo Mundo).”<sup>221</sup> De fato, em Barradas, sua explicação histórica se confundia com o reavivar das esperanças – esperanças que eram dirigidas, como Serrão nos alerta, a um povo que havia se repartido pelo mundo. Mas, tal qual os judeus, divididos pela diáspora, haviam mantido sua identidade enquanto povo, também os portugueses, espalhados pelo mundo por obra da expansão marítima, haviam mantido uma certa unidade. Essa unidade, obviamente, não poderia ser uma unidade biológica, racial, mas era uma unidade civilizacional, lingüística e cultural. As esperanças eram que essa unidade histórica pudesse ser, de alguma maneira, reconstruída, através da criação da Comunidade “Luso-Afro-Brasileira”.

Como “introdução” da *Explicação de Portugal* que era, *Rumo de Portugal* não poderia deixar de apresentar, de forma explícita, o projeto político de Barradas para sua nação que, na sua opinião, encontrava-se em um momento crucial na definição do seu futuro:

“Portugal chegou não a uma, nem a duas, mas a várias encruzilhadas. Para além de profundas reformas na sua estrutura econômica, social e política, Portugal terá, e a breve prazo, de escolher entre duas opções que dizem respeito à sua história, *a mais profunda*. Portugal terá de escolher entre a Europa e o Atlântico.”<sup>222</sup>

A expressão “mais profunda” é reveladora: Barradas se refere aqui à *verdadeira* história de Portugal, a mais antiga, a mais estrutural, àquela que era a base de toda genuína cultura lusitana. Na concepção de Barradas parece que havia duas histórias: uma “sagrada”, vanguardista, verdadeira, profunda... Outra “profana”, decadente, falsa e superficial, que encobria a primeira sem, no entanto,

<sup>220</sup> *Rumo de Portugal*. Idem. para as citações deste parágrafo.

<sup>221</sup> Joel Serrão. “Duas Palavras não Previstas”. In: *Portugal e as origens do pensamento moderno*. Horizonte. Lisboa, 1981.

<sup>222</sup> Idem. Grifo do autor.

apagar o seu lume, que no fundo, embaixo de toda a sujeira, continuava a brilhar. Assim, na definição do *rumo* que iria tomar, o país precisaria olhar para seu passado: “Partamos assim mesmo do presente, entremos no passado, no passado de muitos séculos atrás, para voltarmos ao presente em condições de podermos chegar a uma opção verdadeiramente fundamentada.”<sup>223</sup>

Nessa viagem que faz ao passado em busca do presente, Barradas encontra no Portugal da época dos Descobrimentos sua bússola do futuro. Como vimos no capítulo anterior, esse período é encarado como o apogeu da cultura portuguesa: a expansão marítima havia gestado o Renascimento Português, a forma específica como os lusitanos se inseriram no maior acontecimento cultural da época. Citando George LeFebvre, Barradas ressalta a importância de sua pátria para a “*definição*” dessa Era:

“O grande historiador que foi George Lefebvre (...) pergunta-se: ‘Desta aventura multissecular – aos nossos olhos –, o Renascimento – qual foi o aspecto essencial? Evidentemente os descobrimentos marítimos.’ Ora se assim é, e parecem-nos irrecusáveis as palavras de Georges Lefebvre, Portugal está muito bem situado no que diz respeito a *uma definição* da época, da grande época a que se tem chamado de Renascimento.”<sup>224</sup>

Nesse trecho evidencia-se a preocupação de Barradas em ressaltar a importância de seu país na constituição do pensamento moderno. Um esforço semelhante pode ser visto a seguir:

“A especificidade do Renascimento português não fica por aqui, pois encontramos na cultura portuguesa dos séculos XV e XVI traços que nos levam – tendo em conta uma história profunda, como que subterrânea, inconsciente, do pensamento, uma autentica historia social do pensamento, uma historia em que os personagens são os conceitos – a afirmar que, em meados do século XVI, podemos surpreender em Portugal, ainda que tímida, aquela ruptura epistemológica que foi a de Galileu no século XVII, e a que vem a permitir logo depois, com Newton, a lei da inércia.

(...) Ora, relativamente ao nascimento da física clássica, quais serão os conceitos-base, sem os quais esta ruptura na história do pensamento não teria sido possível? Trata-se de uma física matemática, quantitativa e experimental. E, assim, parecem-nos que devemos ater-nos de maneira primordial a dois conceitos-chave: a *matematização do real* e a *experiência*...”<sup>225</sup>

Essa definição de “história profunda”, “subterrânea”, “inconsciente”, ao lado da metodologia de análise que utiliza, evidencia o posicionamento de

<sup>223</sup> Idem.

<sup>224</sup> Idem. Grifo do autor.

<sup>225</sup> Idem. Grifo do autor.

Barradas enquanto historiador das mentalidades. Era essa “história profunda” que revelaria o que Barradas almejava resgatar, trazer de volta a tona no presente, com o seu olhar para o passado. Era essa “historia profunda” – historia do verdadeiro Portugal, do Portugal vinculado à modernidade, do Portugal vanguardista, do Portugal que apontava para o futuro, do Portugal que havia sido e que, subterraneamente, ainda era – que deveria ser investigada para a definição do *rumo* que a nação iria tomar.

Assim, para Barradas, as viagens ao redor do mundo teriam gerado junto aos navegantes uma cultura experiencialista que os colocava um passo a frente do humanismo italiano: ao se depararem com uma realidade diferente daquela descrita pelos autores clássicos, os descobridores rejeitavam os argumentos baseados na *autoridade* dos Antigos e passavam a se fiar cada vez mais fortemente na “experiência”: “...nos casos (...) em que vemos citações de autores antigos, os navegadores portugueses têm sempre a preocupação de os refutar em nome da sua ‘experiência’. Tratava-se de corrigir os Antigos, de os ultrapassar.” Esse fato, vinculado à “crescente matematização do real” que ele via na difusão dos algarismos arábicos nas obras vinculadas às viagens marítimas – “Para a matematização do real tomemos uma amostra bem representativa: *a introdução e a difusão dos algarismos árabes*”<sup>226</sup> –, era apresentado como uma prova da vanguarda cultural portuguesa na época.

“Uma nova cultura surge, graças a esta extraordinária aventura humana. Uma nova cultura que chamamos a *literatura portuguesa de viagens e a literatura científica* a esta estreitamente associada. Duarte Pacheco Pereira, o matemático Pedro Nunes, D. João de Castro, o naturalista Garcia de Orta, foram os autores mais importantes entre aqueles que ligaram a sua vida e a sua obra aos descobrimentos marítimos portugueses. Aquilo a que chamamos a literatura de viagens, que se confunde com a literatura científica ligada aos Descobrimientos, representa o que de mais original produziu até hoje a cultura portuguesa. Tanto no aspecto científico, como técnico, e até – porque não? – filosófico, nunca os Portugueses atingiram um tal domínio deles próprios e da sua expressão cultural. Duarte Pacheco Pereira, Pedro Nunes, D. João de Castro, Garcia de Orta, são a mais alta expressão deste surto cultural e mental, são homens que estão na linha de evolução e de revolução de uma como que *pré-história do pensamento moderno*, na medida em que este tem como conceitos-base: por um lado, a penetração do número, da medida precisa, da medida exacta, na vida da sociedade, a quantificação da vida, em suma; por outro, o conceito de experiência, desde a experiência bruta, mera observação do senso comum, a experiência que não é mais do que observação, até à experiência que se prepara, a

<sup>226</sup> Idem. para todas as citações do parágrafo.

experiência que uma questão posta à natureza, e posta numa linguagem geométrica e matemática, na feliz forma de Alexandre Koyré.

Julgamos ser possível surpreender por estas épocas uma tradição racionalista no pensamento português, a que poderemos chamar ‘*experencialismo*’ do *Renascimento*, tradição esta que por meados do século XVI a decadência e a Inquisição haviam de fazer abortar. Portugal foi uma promessa não cumprida... como escreveu Antonio Sérgio.”<sup>227</sup>

Como vemos, para Barradas, o significado desse experencialismo português ia além da mera valorização do empírico. Evidentemente essa valorização da “experiência bruta” era um estágio importante na constituição do pensamento moderno, mas a verdadeira “ruptura epistemológica” representada pelo surgimento da ciência se consolidaria apenas com a passagem do *sensível* ao *inteligível*<sup>228</sup>, tradicionalmente relacionada a Galileu. Essa “ruptura epistemológica”, no entanto, teria sido antecedida em um século por Portugal, ou *poderia* ter sido antecedida caso a promessa tivesse se cumprido.

“Quase com um século de avanço – o *Tratado da Esfera* é de 1548, os *Discorsi*, de Galileu, são de 1638 –, a força da expansão marítima portuguesa leva a expressões culturais dessa ordem, leva a que, com Pedro Nunes, e sobretudo com D. João de Castro, se possa verificar em meados do século XVI ainda que tímida, aquela ruptura epistemológica que foi a de Galileu no século XVII, e que vem a permitir, logo depois, com Newton, a lei da inércia. Quase com um século de avanço, a força da expansão marítima coloca Portugal na vanguarda, mesmo nos domínios mais delicados!...

Mas Portugal, como escreveu um dia Antonio Sérgio, foi uma promessa não cumprida.”<sup>229</sup>

Na defesa dessas teses Barradas cita, numerosas vezes, as obras de Garcia da Orta, Pedro Nunes, D. João de Castro e, principalmente, Duarte Pacheco Pereira, seu principal objeto de estudo. Tudo isso serve para inserir Portugal, ou pelo menos o Portugal dos Descobrimentos, no futuro do mundo. É a forma particular que Barradas encontrou de vencer o “complexo de inferioridade” tão

<sup>227</sup> Idem. Grifos do autor.

<sup>228</sup> Ver a leitura que fiz anteriormente de *Da História-Crônica à História-Ciência*. Idem., que, aliás, Barradas apresenta em *Rumo de Portugal* como uma espécie de “Introdução” a esta obra.

<sup>229</sup> Idem. A idéia de que o Renascimento Português teria vivenciado não só o empirismo, mas também uma “experimentação”, mais próxima da ciência moderna, fica ainda mais evidente no seguinte trecho: “Ora, após a *experiência que é madre das cousas* [de Duarte Pacheco Pereira], encontramos um esboço do que será mais tarde a *experimentação*, o fenômeno que se provoca para ser *observado*. Encontramos a correção dos dados dos sentidos pela *razão*, pelo *entendimento*. Encontramos a correção da *experiência empírica* pela *razão*, pelo *entendimento*. E neste caminho que percorre o pensamento do *conhecimento sensível* ao *conhecimento inteligível* encontramos a distinção entre *experiência do Mundo* e *conhecimento do Mundo*, e, finalmente, a distinção entre *ciência* e *experiência*.” Idem.

comum à mentalidade de seu país. Para o Portugal presente restaria apenas a opção de reencontrar-se com sua verdadeira essência e, somente a partir desse reencontro, prosseguir em sua própria marcha evolutiva.

A questão da independência lusitana em relação ao resto da península sempre esteve presente, de uma forma de outra, em toda a reflexão portuguesa<sup>230</sup>. Em Barradas não é diferente. Sintomaticamente, logo no início de *Rumo de Portugal* ele chega a citar um incomodo episódio no qual viu-se envolvido algumas vezes:

“Não sofre a mínima dúvida que um estrangeiro é levado, perante uma carta da Península Ibérica a não perceber que esta Península, tão una geograficamente, comporte a existência de dois países independentes. Assim se explica que ainda há pouco mais de uma dúzia de anos, e por mais de uma vez, numa estação de correios e telégrafos em Paris, a funcionária, ao ver um telegrama por mim expedido para Lisboa, me tenha interpelado: ‘Espagne, n’est-ce pás?’”<sup>231</sup>

O incomodo de Barradas em ver-se confundido com um espanhol nos dá uma idéia do seu posicionamento em relação a essa questão. Na sua análise histórica ele insiste sempre na singularidade cultural e na “vontade de independência de Portugal”. Insiste sempre, para usar suas palavras, na “dualidade da civilização ibérica”. A especificidade portuguesa em relação aos seus vizinhos se manifestava: em primeiro lugar na maior influência da cultura francesa em Portugal que na Espanha (onde Barradas enxerga uma preferência maior pelos alemães); em segundo lugar, a maior força de um fervoroso catolicismo popular em Castela do que em Portugal (embora tenha o bom-senso de excetuar, nesse caso, o norte do país); e, por fim, os processos de expansão marítima, que haviam se dado de forma tão diferenciada nos dois territórios. As distintas formas de vivenciar essa aventura haviam produzido formas culturais igualmente distintas entre portugueses e espanhóis:

“Este ‘*experencialismo*’ do *Renascimento* que [em Portugal] exclui o Humanismo, este praticismo do comerciante que exclui o planejamento do conquistador, distinguiram, parece-nos, já por estas épocas, a expansão portuguesa da expansão espanhola, e mais simplesmente o povo português da quase totalidade dos restantes povos ibéricos. A expansão do comerciante foi

<sup>230</sup> Não é demais lembrar o papel atribuído por Eduardo Lourenço. *O labirinto da Saudade...* Idem. ao período da União Ibérica na gestação traumática da singular noção histórica portuguesa.

<sup>231</sup> *Rumo de Portugal*. Idem.

algo diferente da expansão do conquistador. O primeiro cria uma cultura ‘experencialista’; o segundo uma cultura humanista.’<sup>232</sup>

Nessa distinção entre a expansão do “comerciante” e do “conquistador” fica evidente a influência de Sérgio Buarque de Hollanda<sup>233</sup>. Essa forma singular de encarar sua aventura marítima havia deixado marcas indeléveis na cultura portuguesa, que, destacando-se do resto da Europa, ligara-se de forma essencial ao Atlântico. “Lançando-se na aventura dos descobrimentos marítimos e da expansão, Portugal volta já nessa época, se não muito antes, as costas à Península Ibérica.”<sup>234</sup>

A singularidade da cultura portuguesa, com seus olhos voltados para o Atlântico e dando as costas para a Europa, não suportava a perda da independência. A União Ibérica é vista como uma “longa noite”<sup>235</sup>, que não termina totalmente mesmo depois de 1640: sintomaticamente, Barradas chama o período de decadência que se inicia em 1580 de “eclipse de quatro séculos”. Depois disso “*Portugal nunca mais foi ele próprio*”<sup>236</sup>.

O temor maior de Barradas é que a *artificial* união peninsular reapareça no presente como resultado de uma integração portuguesa no Mercado Comum Europeu. Na encruzilhada em que se encontrava a única opção para Portugal seria tomar o *rumo* que era determinado pela sua história mais profunda e verdadeira: o Atlântico.

<sup>232</sup> Idem. Grifos do autor.

<sup>233</sup> Ver *Raízes do Brasil*. Companhia das Letras. São Paulo, 2006.

Considerei interessante transcrever aqui a nota 26 do segundo capítulo de *Rumo de Portugal*, “A dualidade da Civilização Ibérica”: “Ver o luminoso ensaio de Sérgio Buarque de Hollanda: *Raízes do Brasil* (...). É bem expressivo da tese defendida pelo autor o seguinte trecho: ‘Comparada à colonização espanhola, a obra dos Portugueses distingue-se principalmente pela predominância de seu caráter de exploração comercial – repetindo assim o exemplo da colonização da Antiguidade, sobretudo da fenícia e da grega; os Espanhóis, ao revés, querem fazer do país conquistado um prolongamento orgânico do seu’. É ainda Sérgio Buarque de Hollanda quem nesta mesma obra, ao falar das características da colonização portuguesa, lhe atribui uma ‘fisionomia mercantil, quase semita’.”

Pode-se observar, no entanto, que a caracterização da expansão portuguesa como um ato fundamentalmente comercial não era exclusiva de Sérgio Buarque, sendo compartilhada por autores portugueses como Antonio Sérgio e, especialmente, Jaime Cortesão, onde surge, inclusive, de forma muito semelhante a Hollanda, uma analogia do expansionismo português com o fenício. Sobre o último ver *A Expansão dos portugueses no período henriquino*. Horizonte. Lisboa, s/d.

<sup>234</sup> *Rumo de Portugal*. Idem.

<sup>235</sup> Semelhante a Pessoa – e a tantos outros poetas, filósofos e ensaístas portugueses – o período que é visto como negação da verdadeira História portuguesa é descrito como uma “Noite”. Essa metáfora implica, obviamente, na idéia de transitoriedade do obscurantismo e no retorno da luz do dia no futuro.

<sup>236</sup> *Idem*. para todas as citações do parágrafo. Grifado pelo autor

“Se rumar para a Europa – esta Europa tão do agrado dos tecnocratas – Portugal perderá a independência de novo, chegará a mais curto ou a mais longo prazo à situação de 1580. Na Europa do Mercado Comum, e numa futura, hipotética, Europa política, a economia dos grandes espaços forjará uma Península Ibérica unificada, e seguramente com a capital econômica em Madrid, que de capital econômica se transformará, a mais curto ou a mais longo prazo, em capital política. Ora este seria um resultado *contra a natureza*, na medida em que nunca existiu, nem existe, uma unidade de civilização na Península Ibérica (...)

Assim, perante a encruzilhada, a Europa ou o Atlântico, pronunciamo-nos pelo Atlântico, como *única condição* para que Portugal reencontre a sua individualidade, a sua especificidade, a sua genuinidade, medievá e renascentista. Ora esta opção passa forçosamente pela formação de uma *autêntica* Comunidade Luso-Brasileira, uma Comunidade Luso-Brasileira que não seja apenas aquela ‘comunidade sentimental, ortográfica...’ de que nos falou em tempos o nosso amigo José Honório Rodrigues; nem aquela comunidade que não passou ainda, como diria o nosso velho amigo Celso Cunha, de ‘Júlio Dantas para cá, Pedro Calmon para lá’”<sup>237</sup>.

Assim, em *Rumo de Portugal*, a análise que o historiador sempre comprometido com o presente faz da sociedade portuguesa do passado aproxima-se da sua análise da sociedade portuguesa contemporânea. Dessa forma, Salazar seria, tal qual a Inquisição e a União Ibérica, a negação do “verdadeiro” Portugal. É isso, fundamentalmente, que torna compreensível a definição do salazarismo como uma “traição nacional”: “*Se assim falo é porque na verdade, de maneira insofismável, o Governo de Salazar é um Governo de traição nacional.*”<sup>238</sup>

Para retomar uma imagem utilizada anteriormente, a maior crítica de Barradas à ditadura portuguesa seria a “impiedade” cometida por Salazar ao desviar o curso da História lusitana do sentido que o “tempo mítico” dos Descobrimentos teria lhe oferecido. Lembro ao leitor deste trabalho a descrição que fiz mais atrás das idéias defendidas por ele nos artigos editados na obra *O*

<sup>237</sup> *Idem*. Páginas a frente, nessa mesma obra, Barradas amplia esse projeto de comunidade Luso-Brasileira para uma comunidade Luso-Afro-Brasileira, com a incorporação das ex-colônias africanas portuguesas na qualidade de países independentes.

<sup>238</sup> Joaquim Barradas de Carvalho. *O Obscurantismo salazarista*. *Idem*. Grifado pelo autor. O texto do qual esse trecho foi extraído foi, originalmente, uma palestra proferida no Centro Republicano Português nas comemorações do “5 de Outubro”, em São Paulo, 9 de Outubro de 1965.

Idêntica caracterização aparece em outro artigo do *Obscurantismo salazarista*. *Idem.*, publicado originalmente no *Portugal Democrático*, nº95, Junho de 1965: “Estes factos testemunham quanto o obscurantismo é um dos aspectos mais sinistros da *política de traição à pátria* do Governo facista de Salazar.”

*obscurantismo salazarista*. Acredito que vale a pena citar mais um trecho da crônica política de Barradas:

“...com os ecos que nos chegam do ‘paraíso salazarista’ podemos acrescentar que para que o Portugal de Salazar se assemelhe de muito pouco ao Portugal dos tempos do Santo Ofício não falta mesmo a fogueira, das dezenas de milhares de livros apreendidos, no pátio do edifício da PIDE, à rua António Maria Cardoso.”<sup>239</sup>

O regime salazarista aparece assim caracterizado diversas vezes nos artigos que compõem o livro *O Obscurantismo Salazarista*. Peço desculpas ao leitor, mas não resisto à tentação de citar mais um trecho onde Barradas expõe essa idéia:

“... não há praticamente um escritor português que, ao longo desta noite de quase 40 anos, não tenha sido vítima dos furores obscurantistas do facismo salazarista. (...) nenhum teve o privilégio de escapar às garras do Santo Ofício dos nossos tempos (...)

Em outras épocas da nossa história a inteligência foi perseguida, parece-nos, no entanto, que em nenhuma com a sanha actual, mesmo se tivéssemos em conta os tempos do Santo Ofício...”<sup>240</sup>

Como podemos ver no último trecho por vezes Barradas é ainda mais duro com Salazar do que com a Inquisição da Idade Moderna. Mas não é só nessa peculiar definição do regime salazarista que o pensamento de Barradas o aproxima do Santo Ofício. Afinal a tradicional imagem da Inquisição com Instituição que perseguia os intelectuais com o objetivo de manter o mundo mergulhado numa ignorância que era interessante para a manutenção do poder político da Igreja Católica é muito semelhante à imagem que Barradas procura traçar do regime salazarista.

Além disso, muitas ações em Salazar pareciam indicar a Barradas que ele havia dado as costas ao Atlântico. Dois elementos ideológicos do Regime Salazarista eram radicalmente opostos ao projeto de Barradas: seu discurso voltado para as populações rurais (entre as quais, aliás, teve sua origem) e seu forte apelo religioso. Estes eram dois aspectos centrais da cultura do Estado Novo português, ambos ligados, em primeiro lugar, à trajetória pessoal do próprio

<sup>239</sup> *Idem.*

artigo originalmente publicado em *Portugal Democrático*, nº 97, agosto de 1965.

<sup>240</sup> *Idem.*

artigo originalmente publicado em *Portugal Democrático*, nº 106, maio de 1966

ditador, que havia nascido em uma comunidade rural, freqüentado o seminário, iniciado sua carreira política no conservadorismo católico e contado, sempre, com o forte apoio da alta hierarquia da Igreja.

A propaganda salazarista procurou também difundir e utilizar politicamente a força desses ideais que, devemos lembrar, não eram criações do regime, mas originárias de vertentes muito fortes da cultura popular portuguesa. Assim, habilmente o salazarismo empenhou-se em formar uma imagem do regime que o ligava ao providencialismo divino, apresentando-o como salvador da pátria do caos social da Primeira República e do ateísmo comunista que ameaçava o mundo, principalmente no pós-guerra. A estabilidade, comparativamente ao resto da Europa, que o território português experimentou durante a II Grande Guerra – a imagem de Portugal como uma “ilha de paz” no meio a um continente de guerra – era um dos argumentos que Salazar usava para validar esse discurso. Embora, obviamente, essa estabilidade fosse resultado da inteligente política internacional do ditador, pode-se imaginar o apelo que a idéia de ligá-la a determinações divinas exercia sobre o ideário popular. O culto de Nossa Senhora de Fátima também foi, de forma muito habilidosa, utilizado pela propaganda salazarista:

“O ‘milagre de Fátima’ e as grandes concentrações fatimistas que naquele tempo se iniciavam sob a benção papal e com a colaboração do Estado Novo eram explícita e implicitamente associados ao caráter ‘providencial’ do regime e do seu chefe.”<sup>241</sup>

A propaganda salazarista também enaltecia a família rural e patriarcal, marcada pela simplicidade de vida e pelo respeito às tradições. A esse respeito será interessante acompanharmos o que Ubirajara Ramos nos mostra a respeito das conclusões que o francês maurrasiano, Henri Massis, chegou após realizar uma entrevista com o ditador português:

“O que [Massis] percebeu com exatidão foi o próprio ideal utópico e ucrônico, ou seja, fora do tempo, voltado para um mundo rural, medieval, um mundo sem eletricidade nem revolução industrial, um mundo arcaico, antiindustrialista que o salazarismo aspirava. Este apego ruralista de Salazar o acompanharia até os seus últimos dias. Sobre isso, em 1965, num discurso Salazar assim se expressava: *‘Independente do que se possa chamar a poesia campestre, que atrai os sorrisos um tanto desdenhosos da economia industrial, por mim, se tivesse de haver competição, continuaria a preferir a agricultura à indústria; mas se quereis ser rico não chegareis lá pela agricultura (...) A terra é humilde, tanto que se deixa a cada momento pisar: o trabalho da terra é humilde, porque o homem a cultiva*

<sup>241</sup> Ubirajara Bernini Ramos. “Portugal Democrático”. Idem.

*humildemente debruçado sobre as leivas (...) Assim, a faina agrícola, sujeita à torreira do sol ou à pertinência das chuvas, é acima de tudo uma vocação de pobreza; mas o seu orgulho vem de que só ela alimenta o homem e lhe permite viver. (...)*'

Salazar enaltecia o ruralismo do passado contra o mundo industrial do presente e do futuro. Esse apego à ruralidade era a utopia que ele gostaria de ver compartilhada por todos os seus compatriotas, transformando Portugal num país de população rural, numa sociedade neomedieval, sem fábricas nem sindicatos, sem jornais, sem querelas politiquieiras nem partidos.<sup>242</sup>

Esses aspectos do discurso salazarista contrastavam com a imagem que o nosso historiador formulara para explicar as origens da singularidade portuguesa, cujas bases estavam na ação de uma burguesia urbana que havia sido responsável pelos descobrimentos e em uma cultura cosmopolita e tolerante. O “atraso” do Portugal salazarista era sempre criticado por Barradas que atacava também “o elogio do subdesenvolvimento, aliado às delícias da vida agrária”<sup>243</sup>, presente no discurso do ditador.

Barradas e Salazar possuíam pressupostos diferentes, e mais do que isso, radicalmente opostos, para a construção de seus discursos sobre real natureza, a

<sup>242</sup> *Idem.*

<sup>243</sup> *O obscurantismo salazarista.* *Idem.*

Originalmente palestra proferida no Centro Republicano Português nas comemorações do “5 de Outubro”, em São Paulo, 9 de Outubro de 1965.

Nesse sentido ver também as seguintes entrevistas:

Kunio Suzuki. *Idem.*: “[A principais críticas de Barradas ao Salazarismo eram], em primeiro lugar, a questão do atraso. Quer dizer, o colonialismo português foi o último, pelo menos de alguma expressão, que persistiu no mundo e isso era uma grande crítica que o Barradas fazia do atraso. Depois sobre esse ponto mesmo, ele criticava muito o isolamento de Portugal no contexto europeu naquela época. Ele atribuía mesmo que esse isolamento é que provocava [esse atraso]... Enfim, havia uma carga de mão dupla: [por um lado] persistir no colonialismo numa época que ele já estava em plena decadência e por causa disto também, os órgãos políticos, econômicos que eram consequência disso, levaram Portugal a uma situação de atraso. E realmente ele criticava muito o atraso. Não só o atraso Salazarista da ditadura, mas por exemplo, ele dizia: ‘Até hoje os portugueses usam brilhantina.’ E era verdade! Assim em 73, mais ou menos, eu tive uma bolsa e fui estudar lá em Portugal e, por exemplo, roupas, costumes, esse tipo de coisa, era uma coisa muito atrasada em relação à Europa. Por isso que pode-se ver contrastar, por exemplo, que o Barradas ficava assim um tanto admirado com essa modernidade, com esse ímpeto brasileiro.”  
Regina Romano. *Idem.*: “Uma das coisas, que eu me lembro bem, era que ele dizia que Portugal havia parado. Portugal havia parado, vivia, acho que nem no Séc. XIX, havia parado no tempo, não tinha nada. (...) Então ele era mesmo um grande crítico da Ditadura, em todos os sentidos: Portugal parou intelectualmente, Portugal parou de avançar em todos os sentidos, politicamente, economicamente, tudo...”

Adalberto Marson. *Idem.*: “...suas teses sobre a descoberta do mundo como elemento para o rompimento da tradição medieval, da tradição aristotélica. Então o Salazarismo é o oposto disso. Salazarismo, é uma vertente da cultura portuguesa, que toma conta no Século XX – não era estranho à cultura portuguesa, é uma tendência que esta sempre latente. Esse duelo [está sempre presente na cultura portuguesa] (pode ser mais de uma [tendência], mas ela está presente).”

essência, da cultura e da historicidade portuguesa. Lourenço fez um esforço no sentido de explicar as origens da visão salazarista:

“Houve no salazarismo concreto (e na sua ideologia expressa nos ‘Discursos’ do universitário assaz racionalista que foi Salazar) uma tentativa para adaptar o país à sua natural e evidente modéstia. Todavia a glosa do relativo sucesso dessa tentativa é que não foi nada modesta e breve redundou na fabricação sistemática e cara de uma *lusitanidade* exemplar, cobrindo o presente e o passado escolhido em função de sua mitologia arcaica e reacionária que aos poucos subsistiu a imagem mais ou menos adaptada ao País real dos começos do Estado Novo por uma ficção ideológica, sociológica e cultural mais irrealista ainda que a proposta pela ideologia republicana, por ser ficção oficial, imagem sem controlo nem contradição possível de um país sem problemas, oásis da paz, exemplo das nações, arquétipo da solução ideal que conciliava o capital e o trabalho, a ordem e a autoridade com um desenvolvimento harmônico da sociedade. (...) *O sistema chegou a uma tal perfeição na matéria que não parecia possível contrapor uma outra imagem de nós mesmos àquela que o regime tão impune mas tão habilmente propunha sem que essa imagem-curta (não apenas ideológica, mas cultural) aparecesse como uma sacrílega contestação da verdade portuguesa por ele restituída a sua essência e esplendor.* Não se percebeu nada do espírito do antigo regime e do seu êxito histórico quando não se vê até que ponto ele foi a mais grandiosa e sistemática exploração do fervor nacionalista de um povo que precisa dele como de pão para a boca em virtude da distância objetiva que separa a sua mitologia da antiga nação gloriosa da sua realidade presente.”<sup>244</sup>

Assim o discurso salazarista acabou dando origem a uma mentalidade a um só tempo muito semelhante e oposta à tradicional historicidade vinculada ao discurso decadentista – um “contra-mito”, para usar a terminologia de Lourenço. É claro que, apesar da óbvia oposição entre essas duas mentalidades, haviam alguns pontos de encontro. O “ucronismo”, por exemplo, parcialmente admitido da ideologia salazarista, e tão criticado por Barradas – influenciado, nesse ponto, antes de tudo, pela obsessão progressista da história marxista – estava de alguma forma presente no discurso deste, na medida em que Barradas anseava por um retorno ao passado, a um momento “mágico”, fora do tempo. Vale a ressalva, é claro, que a retomada desse “momento mágico” não significava para Barradas um “fim da História”, mas apenas a retomada de uma marcha que desde então estaria interrompida, prevalecendo nesse sentido uma perspectiva progressista.

Uma outra interessante proximidade entre os dois discursos opostos era o fato de que ambos condenavam seus adversários como sacrílegos, profanadores da verdadeira essência portuguesa, que era entendida diferentemente por cada um deles. Tomando emprestadas as definições da Física, poderíamos dizer que a

<sup>244</sup> Eduardo Lourenço. *Labirinto da Saudade*. Idem. O último trecho grifado é meu.

historicidade democrata e a salazarista – mito e contra-mito – eram, nesse sentido, vetores iguais em modulo e direção, mas com sentidos opostos.

É preciso, entretanto, ressaltar que, se Lourenço reconhece em Salazar a personificação mais acabada desse contra-mito<sup>245</sup>, isso não significa que ele tivesse sido criado pelo Estado Novo, mas apenas que foi no regime que essa ideologia tenha atingido sua força maior.

“A lisonja provincial (mas também sincera) desse Povo, tal como o salazarismo mitificou, alindando até ao grotesco uma imagem ruralista que o *regime não fabricou* (vem já do romantismo, atravessa Herculano e Garrett, revive em Junqueiro, Nobre, Correia de Oliveira, etc.), respondeu, como vimos, a invenção de um contra-mito, de uma outra imagem do *Povo*, mais próxima da sua verdadeira condição servil e dura, mas que também não escapou à mitificação por excesso de *consciencialização* da sua própria condição e que a literatura neo-realista impôs no plano da cultura nacional.”<sup>246</sup>

Prosseguindo as oposições entre essas duas “mitologias”, até a dominação salazarista sobre a África portuguesa, marcada pela violência e pela intransigência, parecia a Barradas mais próxima da lógica da colonização espanhola do que da genuinamente portuguesa. Devemos lembrar que, embora o discurso oficial do salazarismo fosse a legitimação do colonialismo a partir do luso-tropicalismo, a imagem que a oposição ao Regime apresentava a respeito das sociedades submetidas ao colonialismo português era exatamente o contrário desse discurso oficial. Barradas nunca nos pareceu muito preocupado em rebater os argumentos do luso-tropicalismo salazarista, aliás a intelectualidade de esquerda portuguesa de uma maneira geral também não parecia muito preocupada com essa questão. Obviamente a teoria luso-tropicalista era duramente criticada, mas os argumentos que comumente se usavam contra ela era de que ela simplesmente não correspondia aos fatos. Assim, não se entrava em discussão com o luso-tropicalismo, apenas descartava-se ele como algo que não fazia o

<sup>245</sup> “Não foi por acaso que o seu único mas extraordinário ideólogo, Salazar, se autodefiniu num dia de imodéstia sublimada, como ‘pobre, filho de pobres’. Jamais dirigente algum soubera encontrar uma tão genial fórmula de identificação mítica com uma sensibilidade nacional filha e herdeira de séculos de pobreza verdadeira, cristãmente vivida como regenerante espiritualmente, para cobrir com ela os privilégios exorbitantes e a impunidade mandante da classe a que ele mesmo não pertencia, mas que serviu com uma capacidade e uma inteligência dignas de melhor aplicação.” Eduardo Lourenço. *Labirinto da saudade...* Idem.

<sup>246</sup> Idem. O primeiro grifo é meu.

menor sentido. O que prevalecia era sempre a idéia do colonialismo anti-democrático, racista e violento vinculado ao Estado Novo.<sup>247</sup>

Por isso, a criação da “Comunidade Luso-Afro-Brasileira” era entendida por Barradas como “*a condição para que Portugal volte a ser ele próprio.*”<sup>248</sup>. Essa comunidade não seria mais marcada pelo autoritarismo político salazarista, mas também não se deveria limitar a ser meramente uma “comunidade sentimental, ortográfica...” O autor não diz isso, mas parece aproximar-se da proposta de uma comunidade comercial. Se assim fosse, estaria bem próxima do que ele interpretava como o sentido original da expansão portuguesa, de acordo com sua interpretação de Sérgio Buarque de Hollanda.

É importante que o leitor se lembre de que, quando fiz a aproximação da imagem dos Descobrimentos de Barradas, com o quadro que Eliade traça do tempo mitológico, deixei claro que essa aproximação era apenas retórica – cumprindo a função de ferramenta discursiva para abordamos o problema.

Em primeiro lugar, se Barradas acreditava que havia uma “história profunda” de Portugal, que era negada por um conjuntural regime político, nessa afirmativa ele tinha uma sólida base teórica que lhe era fornecida por seu amigo Fernand Braudel<sup>249</sup>. No final do livro *Rumo de Portugal*, em uma seção intitulada “Esclarecimento final”, ele antecipa uma resposta às críticas que poderiam surgir a sua defesa da “Comunidade Luso-Afro-Brasileira”:

<sup>247</sup> A rejeição de Barradas ao luso-tropicalismo salazarista se torna evidente pelo seu posicionamento na discussão entre Charles Ralph Boxer e Armando Cortesão acerca da discriminação racial nas colônias portuguesas.

No livro *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire* Boxer criticava a afirmação oficial do estado salazarista de que “os portugueses nunca praticaram a discriminação racial e sempre trataram os autóctones das províncias ultramarinas com fraternidade cristã, sem distinção de raças ou cores”. A publicação do livro gerou uma série de artigos no *Diário Popular*, onde Armando Cortesão atacava duramente o autor inglês, defendendo a ideologia oficial, luso-tropicalista, do governo.

Esse episódio fez com que Barradas publicasse um artigo no *Portugal Democrático* – que mais tarde entrou para a coletânea *O obscurantismo Salazarista* com o sugestivo título de “A Investigação Científica: o ‘crime’ do professor C. R. Boxer” – onde se posicionava a favor de Boxer. Nesse artigo Barradas expressa pela primeira vez a sua decepção com Armando Cortesão: “E consideramos profundamente lamentável que um intelectual, um homem de ciência da categoria e da responsabilidade de Armando Cortesão se tenha deixado alienar a tal ponto, por razões que nada têm que ver com o autentico patriotismo ou com a verdadeira ciência.” *O obscurantismo salazarista*. Idem.

Artigo originalmente publicado em *Portugal Democrático*, nº 90, janeiro de 1965.

<sup>248</sup> *Rumo de Portugal*. Idem. grifado no original

<sup>249</sup> Sobre as idéias de Braudel ver *Civilização Material, Economia e Capitalismo (séculos XV-XVIII)*. Martins Fontes. São Paulo, 1998. Vol. 3 – O Tempo do Mundo. ou *A Dinâmica do Capitalismo*. Lisboa: Editorial Teorema, 1985.

“Este esclarecimento está ligado à possibilidade de que a alguns possa parecer estanha esta nossa proposição, este nosso projecto, tendo em conta o nosso passado ideológico-político de já mais de uma trintena de anos. Ora, a esta eventual objecção responderemos com a nossa absoluta fidelidade ao ideário pelo qual nos batemos, na teoria e na pratica, desde 1940. É que na história existem uma *curta*, uma *média* e uma *longa* durações. Isto é: os regimes políticos, e até os sociais, passam: *A Língua e a Civilização ficam*.<sup>250</sup>

É evidente que em um intelectual com o perfil de Barradas uma determinação de ordem *mitológica* não poderia se sustentar sem a firme base teórica que lhe era oferecida pela historiografia francesa na figura de Braudel, ou através do desenvolvimento da historia das mentalidades – que lhe permitiria acreditar que um determinado conjunto de idéias e atitudes, mesmo que negados por uma conjuntura política de três séculos (!), pudessem continuar vivos enquanto mentalidade e, mais do que isso, continuar sendo a própria estrutura de uma sociedade, ainda que materialmente negados e perseguidos. Era essa mesma convicção teórica que alimentava as esperanças de Barradas em relação ao futuro: a certeza de que tudo passaria exceto aquilo que não fosse a verdadeira estrutura de uma civilização.

Por outro lado, mesmo que inexistisse essa base teórica, a analogia com o conceito de mito de Eliade não poderia ser perfeita. Afinal, se o tempo dos descobrimentos tivesse realmente um caráter mitológico para Barradas, não haveria esperanças de que ele pudesse ser vivenciado mais uma vez. Embora os mitos, conforme descreve Eliade, por se encontrarem em um lugar fora do tempo mundano, determinem a vida cotidiana dos povos que crêem nele, eles são, por isso mesmo, inatingíveis – tudo que o homem pode fazer é encená-los, aproximar-se deles, mas sem verdadeiramente vivenciá-los.

Já os Descobrimientos de Barradas, que tal qual os mitos coexistem simultaneamente no passado, presente e futuro, determinando do infinito toda a história portuguesa, podem, entretanto, ser re-alcçados através da ação do homem. Ou, se o tempo dos descobrimentos não pode, em si, voltar, pode-se retomar o seu aspecto mais importante: sua cultura, sua mentalidade libertária e intelectualmente rica – que, na verdade, esteve sempre presente, ainda que negada pela “impiedade” salazarista.

---

<sup>250</sup> Idem. Grifo do autor.

Espero ter deixado claras as vinculações do discurso e dos projetos políticos de Barradas com a sua produção historiográfica. Para avançarmos na interpretação do pensamento desse autor, onde, para retomar uma imagem que já usei, as águas da Crônica Política e da Produção Historiográfica transbordam e se misturam, utilizarei um trecho de Michel de Certeau, onde este descreve o desenvolvimento da Historiografia no Renascimento Italiano, vinculando o historiador ao Príncipe (e, portanto, ao poder político) a partir do exemplo de Maquiavel:

“Este é o caso dos *Discorsi*: Maquiavel os apresenta como um comentário de Tito-Lívio. De fato se trata de um ‘faz-de-conta’. O autor sabe que os princípios em nome dos quais erige as instituições romanas como modelo ‘despedaçam’ a tradição e que seu empreendimento é ‘sem precedente’. A história romana, referência comum e assunto agradável nas discussões florentinas, lhe forneceu um terreno público onde tratar de política no lugar do príncipe. O passado é o lugar de interesse e de prazer que situa fora dos problemas do príncipe, ao lado da ‘opinião’ e da ‘curiosidade’ do público, a cena onde o historiador representa seu papel de técnico-substituto do príncipe. (...) O passado é, também, ficção do presente. O mesmo ocorre em todo verdadeiro trabalho historiográfico.”<sup>251</sup>

Semelhante ao de Maquiavel, me parece que o passado do discurso de Barradas, também é “ficção do presente”. Assim como em Maquiavel, a História produzida por Barradas “lhe fornece um terreno público onde tratar de política no lugar do príncipe”. Acredito que, tal qual podemos entender o exílio de Barradas no Brasil como uma busca de “refúgio intelectual”, poderíamos entender o discurso historiográfico do autor lusitano como um “exílio no passado”. O texto historiográfico de Barradas aparece então como um tipo de exílio político: reflexo do exílio intelectual que se materializa na expatriação como maneira de manter a atuação intelectual, o exílio no passado permite que Barradas mantenha, no seu discurso sobre esse mesmo passado, a sua atuação política.

Essa atitude que chamo “exílio no passado” é profundamente coerente com a auto-imagem de Barradas enquanto intelectual engajado, uma vez que preenchia sua atuação profissional de significado político, elevava seu trabalho para algo muito maior do que a mera erudição: seu trabalho se transformava em algo útil, pertinente para a sociedade contemporânea. A História que produzia, fecundada assim pelo tempo presente, deixava de ser a “tradição”, o “peso morto”,

<sup>251</sup> Michel de Certeau. *A escrita da História*. Forense. Rio de Janeiro, 1982.

a “peça de museu” menosprezada pela juventude paulista, para se tornar tão “operacional” quanto a “sociologia do desenvolvimento”.

Também na imagem de intelectual delineada por Said, que já investigamos anteriormente, esse transbordamento do político no científico era um aspecto fundamental.

“Now think of this person [o intelectual exílico] as one who express her or his position both within the narrow discourse in which she or he is primarily engaged (in this case history) and, more generally, politically, and who connects these two things up but always with the former subordinated to the latter. Said’s intellectual *qua* intellectual has bigger fish to catch than some or other version of the past ‘for its own sake.’”<sup>252</sup>

Nesse mesmo sentido apontam as idéias de Gramsci sobre *unidade* entre *idéia* e *prática*. Para cumprir sua função de intelectual orgânico deveria haver um honesto comprometimento entre suas idéias e seu posicionamento político. O objetivo da atuação intelectual não é simplesmente construir um conhecimento abstrato, desvinculado das questões materiais, mas sim preparar a hegemonia da nova classe progressiva – o proletariado<sup>253</sup>. O conhecimento histórico enquanto simples erudição perde completamente o sentido. Para ser válido ele deve estar necessariamente contribuindo para a construção do futuro.

É interessante notar também que essa estratégia de “exílio no passado” é profundamente coerente com a mentalidade da “mitologia da saudade” que temos descrito, afinal, exilar-se no passado significaria, para Barradas, coexistir, simultaneamente, no presente e no futuro – tornar, portanto, a partir de sua atuação intelectual, o tempo “mítico” dos Descobrimentos mais próximo do real, do atual.

Por outro lado, a idéia de *exílio* está sempre intrinsecamente ligada à idéia de *saudade*. O exilado, como alguém que involuntariamente deixa a sua terra natal deve, necessariamente, sentir *saudades*. No Brasil e na França Barradas sentia saudades de Portugal. Em Portugal, sentia do Brasil. No presente, enquanto atuava politicamente, as saudades de Barradas eram do glorioso tempo dos Descobrimentos. Quando se exilava no passado, quando produzia sua História, as saudades de Barradas eram, como na música de Renato Russo, de algo que ele

<sup>252</sup> Keith Jenkins. *Idem*.

<sup>253</sup> Antonio Gramsci. *Idem*.

ainda não tinha visto... Eram saudades do presente, não como ele efetivamente era, mas como deveria ser.

É esse transbordamento da política na produção científica de Barradas, esse transbordamento e mistura dos seus projetos políticos (sua visão de futuro) e seu discurso historiográfico (sua visão do passado), que é o principal objeto de análise deste trabalho. Como forma de entender melhor esse aspecto recorrerei às interpretações de Gilberto Velho para esclarecer como a visão de futuro de Barradas (seu *projeto*) e sua visão do passado (o discurso historiográfico, entendido aqui como estratégia de construção e organização de uma *memória*) estabelecem entre si uma relação dialética, influenciando-se mutuamente e onde a própria existência de um dos pólos depende do seu contrário. Assim, se por um lado,

“A consistência do *projeto* depende, fundamentalmente da *memória* que fornece os indicadores básicos de um passado que produziu as circunstâncias do presente, sem a consciência das quais seria impossível ter ou elaborar *projetos*”<sup>254</sup>

Por outro,

“O passado (...) é descontínuo. A consistência e o significado desse passado e da memória articulam-se à elaboração de *projetos* que dão sentido e estabelecem continuidade entre esses diferentes momentos e situações.”<sup>255</sup>

Na leitura de Gilberto Velho essas duas categorias (*projeto* e *memória*) se articulam na formação da *identidade* de qualquer “indivíduo-sujeito” inserido em uma sociedade onde predomine a ideologias individualistas. No caso de Barradas me parece evidente, e tenho procurado demonstrar isso, que essa imbricação entre *memória* e *projeto* é elemento fundamental de sua *identidade*.

“O *projeto* e a *memória* associam-se e articulam-se ao dar *significado* à vida e às ações dos indivíduos, em outros termos, à própria *identidade*. Ou seja, na constituição da *identidade* social dos indivíduos, com particular ênfase nas sociedades e segmentos individualistas, a *memória* e o *projeto* individuais são amarras fundamentais. São visões retrospectivas e prospectivas que situam o indivíduo, suas motivações e o significado de suas ações, dentro de uma conjuntura de vida, na sucessão das etapas de sua trajetória.

<sup>254</sup> Gilberto Velho. “Memória, identidade e projeto” In: *Projeto e Metamorfose – antropologia das sociedades complexas*. Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 2003.

<sup>255</sup> Idem.

Na sociedade moderno-contemporânea o indivíduo, como já foi observado, esta exposto a múltiplas experiências, contraditórias e eventualmente fragmentadoras. *A memória e o projeto*, de alguma maneira, não só ordenam como dão significado a essa trajetória.<sup>256</sup>

Acompanhando essa leitura no que é pertinente ao meu trabalho, entendo essa articulação entre passado e futuro como algo fundamental na constituição da personalidade de Barradas, e como elemento organizador de sua trajetória, de sua própria biografia. A segmentação da atuação do indivíduo em campos estanques – atuação política x atuação profissional – não resiste ao fato de que qualquer ação desse indivíduo (seja a confecção de um artigo político ou de uma tese acadêmica) será determinada pelo seu projeto individual, que por sua vez será organizado de acordo com sua apreensão individual do passado. É evidente que as opiniões, os anseios, os projetos de um indivíduo não são categorias petrificadas, imóveis no tempo, e podem, portanto, mudar, assim como pode mudar a leitura que esse indivíduo faz do seu passado. Nesse caso é provável que a mudança de um *projeto* ensejaria mudanças na *memória* (e vice-versa), ou, no mínimo, mudaria a forma como o *projeto* (o novo) se relacionaria com a *memória*. Mas não parece que esse caso seja aplicável a Barradas – pelo menos não ao Barradas do período do exílio no Brasil, objeto de estudo deste trabalho, que manteve seus projetos e sua correlata visão do passado coerente ao longo desses anos. Não resisto à tentação de citar novamente o trecho onde Barradas afirma a sua “absoluta fidelidade ao ideário pelo qual nos batemos, na teoria e na prática, desde 1940.”<sup>257</sup> Trecho que, entre outras coisas, serve como mais uma demonstração de como Barradas, muito gramscianamente, empenhava não só a sua *prática*, como também a sua *teoria* em função de um único projeto.

É interessante observar que Gilberto Velho fala de *memória e projeto* em um sentido que diz respeito mais à identidade individual, enquanto elementos formadores de uma biografia particular – a memória, nesse sentido, seria formada pelas recordações de uma história de vida, e o *projeto* pelos planos pessoais. O

---

<sup>256</sup> Idem.

Na articulação que faz entre essas três categorias – *memória, identidade e projeto* – Velho se utiliza desses conceitos na forma como foram desenvolvidos por Alfred Schtz em *Fenomenologia e relações sociais*, assim como da interpretação das idéias do último por Helmut Wagner em *Alfred Schutz: an intellectual biography*.

Relativo a essa questão, outra importante leitura é o texto de Maurice Halbwachs. *Memória Coletiva*. Vértice. São Paulo, 1990.

<sup>257</sup> *Rumo de Portugal*. Idem.

que torna o caso de Barradas especialmente interessante é o fato de que as suas interpretações históricas, portanto, as interpretações que faz para o passado de uma sociedade, relacionam-se com os projetos políticos que apresenta para essa mesma sociedade de forma semelhante a que Gilberto Velho descreve para o âmbito biográfico. Evidentemente, o que efetivamente articula essas duas categorias é a personalidade individual de Barradas, que, por sua vez, tem a sua identidade individual formada por essa articulação que extravasa o âmbito de sua biografia pessoal.

Pode-se dizer, por fim, que essa dialética entre *projeto* e *memória* não pode fundar-se em uma indistinção entre esses dois elementos. Pelo contrário, é a própria distinção entre essas categorias que permite sua relação dialética e mutuamente ordenadora. Isso nos ajuda a explicar como o historiador moderno, crítico do “anacronismo”, tinha o passado como algo fundamentalmente constitutivo do presente e do futuro.

Enfim, mais do que demonstrar que o discurso historiográfico de Barradas de Carvalho reflete suas posições e vida política, pretendi neste trabalho compreender como as posições políticas desse autor são influenciadas por sua forma de entender a História. O claro projeto político que Barradas de Carvalho propõe para a sociedade portuguesa contemporânea vincula-se de alguma forma às suas concepções teóricas sobre o Renascimento e os Descobrimentos portugueses. Passado e presente em Barradas refletem-se mutuamente. As imagens que um tempo projeta do outro são semelhantes entre si, mas, nem por isso idênticas. Como num espelho, o presente é o reflexo invertido do passado glorioso: tudo que tornava o Renascimento Português brilhante era agora negado e contradito pelo Salazarismo. Mas, por isso mesmo, o Salazarismo e o Renascimento Português eram um o espelho do outro.

A concepção que Barradas tinha da História parece justificar essas minhas conclusões, como se pode ver nas linhas seguintes, apresentadas no final da Introdução de *Rumo de Portugal*:

“Como já dizia Michelet, em pleno século XIX, ‘aquele que quiser ater-se ao presente não compreenderá nunca esse mesmo presente’. São palavras a fazer

meditar economistas e sociólogos... e a chamar à meditação, se muitos deles forem disso capazes, os chamados ‘homens políticos’.

Mas meditemos também nós, historiadores, pois Michelet esqueceu-se de reescrever a sua frase, substituindo a palavra *presente* pela palavra *passado*: ‘aquele que quiser ater-se apenas ao passado não compreenderá nunca esse mesmo passado’.”<sup>258</sup>

O trecho acima apresentado é tão importante que ele aparece uma segunda vez, praticamente idêntico, no capítulo “História, Ciência do Passado, Ciência do Presente” do livro *Da História-Crônica à História-Ciência*<sup>259</sup>. Neste caso, o trecho é citado como desenvolvimento de uma linha de raciocínio que começa com um comentário sobre Febvre:

“Lucien Febvre chamou muitas vezes a atenção para aquilo que considerava o pecado máximo do historiador: o *anacronismo* (...) Mas, em aparente paradoxo, é o mesmo Lucien Febvre a dizer-nos que a *história é filha do seu tempo* (...). E, na verdade, Lucien Febvre não era contraditório: o paradoxo é na realidade apenas aparente. Ao mesmo tempo que o anacronismo é o maior perigo para o historiador, esse mesmo historiador olha o passado com uma perspectiva que lhe é forçosamente dada pelo presente, pela vida presente, pela sua condição de homem do seu tempo.”<sup>260</sup>

Esse posicionamento de Febvre é compartilhado por Barradas, que no seguinte trecho mais uma vez torna evidente a relação de mútua determinação que sua atuação acadêmica e sua vida política exerciam entre si:

“Compreender o presente pelo estudo do passado, sim; mas também o passado é compreendido de uma perspectiva presente. São os nossos ‘olhos’ de homens do presente que ‘vêm’ os acontecimentos passados, que os seleccionam, que os valorizam, em função da problemática das diversas ciências humanas, das diversas ciências sociais. Não que devamos ceder ao pecado do anacronismo, vendo os problemas do passado à imagem e semelhança dos nossos problemas presentes. Mas que o nosso inquérito, o inquérito a formular às fontes, aos arquivos, é formulado do presente, é formulado de acordo com as nossas preocupações de homens de 1970, esta é a nossa condição.”<sup>261</sup>

O historiador que olhava para a história na condição de “homem de 1970”, era o mesmo militante que baseava sua atuação política na imagem que tinha do passado. Tal era a importância dessa dupla refração – do passado pelo presente e vice-versa –, que se torna impossível distinguir o político do científico. A analogia do transbordamento me seria também muito útil para expressar esse ponto, mas,

<sup>258</sup> Idem.

<sup>259</sup> A única diferença evidente é que em *Da História-Crônica à História-Ciência*. Idem. Michelet é citado no original.

<sup>260</sup> Idem.

<sup>261</sup> Idem.

por uma questão de criatividade e beleza (aspectos essenciais, na minha opinião, para o exercício historiográfico), eu recorro mais uma vez à imagem dos espelhos: A visão política e a visão historiográfica de Barradas são como dois espelhos postos um diante do outro, refletindo-se mútua e indefinidamente. Os próprios reflexos são reflexos de reflexos.

## 6

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Nenhum escritor esgota a obra de um gênio.”

Joaquim Barradas de Carvalho. Conforme Maria Lúcia Perrone Passos. *Brasil e Portugal, uns contos e tal.*

A epígrafe deve explicar ao leitor porque optei não chamar esse último capítulo de “Conclusão”. Ainda assim, sua função é bastante tradicional: dar ordem ao caos – apresentar de forma mais sucinta e clara o resultado das reflexões que se emaranharam nos capítulos anteriores.

Vimos como a auto-atribuição de Barradas como exilado é reveladora da forma como compreendia as suas responsabilidades de intelectual. O intelectual, assim como o exilado, é essencialmente aquele que opta por uma vida insegura e instável por respeito as suas próprias convicções. O estatuto de intelectual para Barradas só era honestamente merecido por aqueles que mantivessem um alto grau, não só de independência, mas também de oposição aos grupos sociais dominantes. Essa convicção era reforçada pelas perseguições políticas que um grupo significativo de intelectuais portugueses sofria no Estado Novo – perseguições de que ele próprio fora vítima e que, evidentemente, impunham sérias barreiras a qualquer atividade intelectual.

Essa situação levou Barradas a definir o Salazarismo como um regime político essencialmente obscurantista e a deixar o país natal como forma de manter sua atuação política e profissional. Estabelecido primeiro na França, deixou esse país para atuar como professor da USP entre 64 e 69. O principal motivo dessa transposição foi a convicção de Barradas que, no Brasil, poderia compreender melhor Portugal. De fato, parece que os anos que viveu entre nós exerceram uma influência determinante no seu posicionamento político e historiográfico. Foi aqui que amadureceu o seu projeto maior para Portugal: a formação da “comunidade Luso-Afro-Brasileira”. Essa comunidade aparecia como uma alternativa para o violento colonialismo salazarista que, no entanto, não permitiria que os laços históricos do Império Português se desfizessem completamente.

A argumentação em defesa desse projeto tem bases mais historiográficas do que políticas: a Comunidade Luso-Afro-Brasileira é vista como algo coerente

com a verdadeira vocação histórica portuguesa. Na perspectiva de Barradas os “Descobrimientos” teriam gerado em Portugal uma cultura experiencialista e crítica, completamente aberta ao Saber e ao desenvolvimento científico – o “Renascimento Português”. Esse Renascimento, no entanto, teria sido sufocado pelo “obscurantismo” do Santo Ofício e, desde então, Portugal permanecia mergulhado em uma “longa noite” de ignorância e estupidez. Para Barradas a perseguição intelectual promovida por Salazar era uma evidência de que o Estado Novo era a manifestação mais recente desse “obscurantismo” inaugurado pela Inquisição no século XVI.

No entanto, longe de acreditar que a “cultura dos Descobrimientos” era um evento passado, impossível de ser revivido, Barradas acreditava que essa cultura se mantinha presente, ainda que sufocada pelo obscurantismo, em todas as eras de Portugal. Era como se fosse uma determinação de outra ordem, que não a histórica, uma determinação insuperável e indelével. Nem Salazar, nem a Inquisição, poderiam destruir o Renascimento Português – tudo que eles faziam era envolvê-lo em uma pesada mortalha, impedindo que a sua luz irradiasse e voltasse a iluminar toda a sociedade lusitana. Mas, por baixo do obscurantismo, o brilho continuava a arder, pois ele não era uma mera contingência histórica, era a própria essência da cultura portuguesa. Era essa idéia que lhe permitia entender os Descobrimientos como verdadeiro epicentro da História Portuguesa – episódio que ordenava todo o devir histórico, que determinava tudo que lhe era anterior e posterior.

Essa perspectiva, porém, não havia nascido com Barradas. Antes dele um importante e diversificado segmento da intelectualidade portuguesa já havia manifestado idéias e anseios semelhantes. Historiadores, filósofos, poetas e escritores aguardavam saudosamente o retorno dessa fase áurea lusitana que, como um D. Sebastião desperto de seu sono milenar, viria salvar Portugal da escuridão profunda. Dentro desse grupo se inseriam os historiadores vinculados ao “discurso decadentista” – corrente historiográfica onde a denúncia da decadência contemporânea portuguesa estava sempre vinculada a uma perspectiva saudosa do passado glorioso e a um implícito (ou explícito, muitas vezes) desejo de revivê-lo.

Essa corrente havia exercido influência definitiva na formação de Barradas, que com ela aprendeu a encarar o passado português com uma certa “sacralidade”. Embora a própria importância que atribuía aos Descobrimientos se

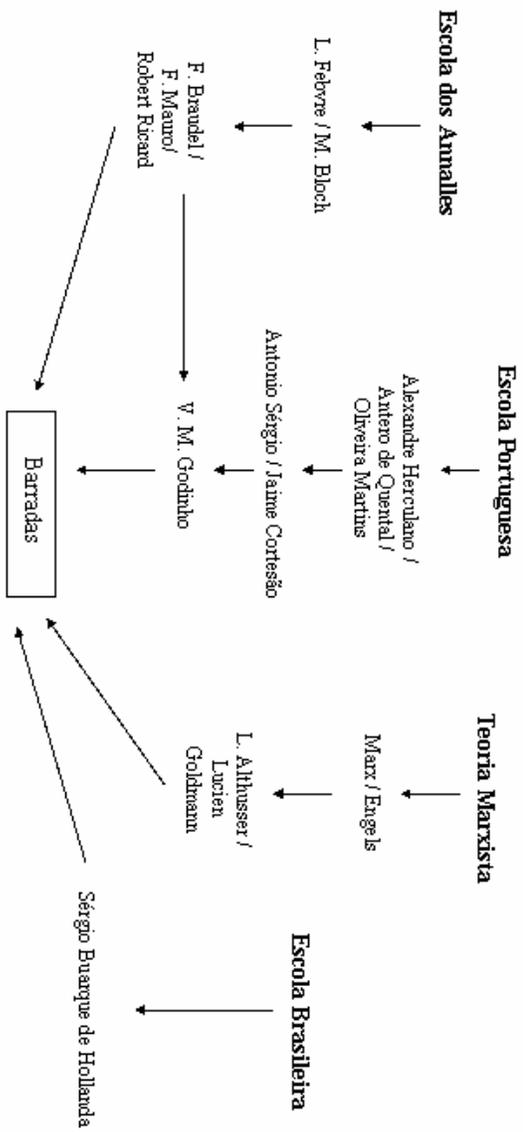
devesse ao fato de ver neles o momento em que Portugal esteve mais a par do processo de evolução que determinava as sociedades européias da época, é evidente que na definição que faz deste episódio histórico Barradas se afasta um pouco da tradicional teleologia progressista. O passado não é visto por Barradas como uma etapa superada, um degrau vencido na marcha do progresso humano, mas sim como algo que precisa ser revivido como pré-requisito fundamental para a continuidade dessa mesma marcha.

Essa espécie de “sacralidade” que era atribuída aos Descobrimientos ajuda a explicar a oposição de Barradas ao Estado Novo, que havia cometido a impiedade, o sacrilégio máximo do “obscurantismo” – prática que negava, era a verdadeira antítese do Renascimento. Assim o regime salazarista era a verdadeira “traição da pátria”, e Barradas, coerente com o seu auto-atribuído papel de “intelectual exílico” (necessariamente engajado politicamente e inconformado com o *status quo*) não poderia deixar de combatê-lo.

A História que escreve é, portanto, um dos lugares onde trava esse combate. É, para usar a categoria de Certau, “ficção do presente” – espaço onde se permite e onde lhe é permitido tratar politicamente do atual. Da mesma forma que, ao buscar o exílio, na França e no Brasil, Barradas buscava a possibilidade de continuar sua atuação política e científica, ao escrever sua História, Barradas prossegue sua luta contra o salazarismo – exilando-se no Passado, afastando-se do Presente para falar dele e para alcançar esse mesmo presente. É nesse sentido que digo que, em Barradas, o passado é o espelho do presente, e vice-versa. Não que sejam iguais... São apenas semelhantes. Mas essa semelhança é, tal qual a de um reflexo, uma semelhança invertida – o salazarismo é o inverso do Renascimento Português.

As múltiplas imagens, todas elas semelhantes, e nem por isso iguais entre si, que se formaram a partir do singular jogo de espelhos montado por Barradas (Brasil refletindo e sendo refletido por Portugal; Presente refletindo e sendo refletido pelo Passado), foram o objeto de estudo deste trabalho. A única conclusão definitiva desta dissertação, a única certeza que tenho, é que espelhos que se refletem mutuamente formam infinitas imagens, que na sua imensurável multiplicidade não podem ser delimitadas de forma definitiva.

### Mapa de referências teóricas de Joaquim Barradas de Carvalho



## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

### 1. Fontes

#### 1.1 Obras de Joaquim Barradas de Carvalho

“Absolutismo”, “Algarismo”, “Cerveira, Afonso”, “Esmeraldo de situ orbis”, “Fernandes, Valentim”, “Gomes, Diogo”, “João, Mestre”, “Lopes, Tomé”, “Mayr, Hans”, “Pereira, Duarte Pacheco”, “Velho, Álvaro” e “Viagens, literatura de” In: SERRÃO, Joel (dir). *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1968. 6 volumes.

*A La Recherche de la Specificite de la Renaissance Portugaise: l' "Esmeraldo de Situ Orbis" de Duarte Pacheco Pereira et la litterature portugaise de voyages a l'epoque des grandes decouvertes – Contribution à l'étude des origines de la pensée moderne*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais, 1983. 2 vol.

*As fontes de Duarte Pacheco Pereira no "Esmeraldo de Situ Orbis"*. São Paulo: Coleção da Revista de História, 1968. Nº XXX

*As idéias Políticas e Socais de Alexandre Herculano*. Lisboa: Seara Nova, 1971.

*Da História-Crônica à História-Ciência*. Lisboa: Horizonte, 1991.

“Em torno do Obscurantismo na Universidade” In: ARAGÃO, Augusto et al. *43 Anos de Fascismo em Portugal*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

*Esmeraldo de Situ Orbis de Duarte Pacheco Pereira (Edição Crítica)* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Serviço de Educação, 1991.

*O Descobrimento do Brasil através dos textos (edições críticas e comentadas)*. São Paulo: Coleção da Revista de História, 1971. Vol. II, Nº XXX

*O obscurantismo salazarista*. Seara Nova. Lisboa, 1974.

*O Renascimento Português – em busca da sua especificidade*. Lisboa: Casa da Moeda, 1980.

*Portugal e as origens do pensamento moderno*. Lisboa: Horizonte, 1981.

*Rumo de Portugal (A Europa ou o Atlântico)*. Lisboa: Horizonte, 1974.

#### 1.2 Correspondência

CAVALHO, Joaquim Barradas de & RAMOS, Vitor. *Correspondência entre 13 de Janeiro de 1956 e 10 de Outubro de 1973*. Arquivo Pessoal de Vitor Ramos, sob a custódia do Centro de Apoio à Pesquisa em História (CAPH) da FFLCH-USP. São Paulo.

### 1.3 Entrevistas

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Entrevista concedida a Guido Fabiano Pinheiro Queiroz*. São Paulo, 15 Dez, 2007.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. *Entrevista concedida a Guido Fabiano Pinheiro Queiroz (com contribuições de Dulce Helena Ramos)*. São Paulo, 16 Jan, 2008.

CONTIER, Arnaldo Daraya. *Entrevista concedida a Guido Fabiano Pinheiro Queiroz*. São Paulo, 15 Dez, 2007.

FAUSTO, Boris. *Entrevista concedida a Guido Fabiano Pinheiro Queiroz (por telefone)*. Rio de Janeiro / São Paulo, 9 Jan, 2008.

GLEZER, Raquel. *Entrevista concedida a Guido Fabiano Pinheiro Queiroz*. São Paulo, 16 Jan, 2008.

MARSON, Adalberto. *Entrevista concedida a Guido Fabiano Pinheiro Queiroz*. Campinas, 13 Dez, 2007.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. *Entrevista concedida a Guido Fabiano Pinheiro Queiroz*. São Paulo, 14 Dez, 2007.

NOVAIS, Fernando Antonio. *Entrevista concedida a Guido Fabiano Pinheiro Queiroz*. São Paulo, 14 Dez, 2007.

PASSOS, Maria Lúcia Perrone. *Entrevista concedida a Guido Fabiano Pinheiro Queiroz*. São Paulo, 13 Dez, 2007.

ROMANO, Regina. *Entrevista concedida a Guido Fabiano Pinheiro Queiroz*. Jundiá, 18 Dez, 2008.

SUANO, Marlene. *Entrevista concedida a Guido Fabiano Pinheiro Queiroz*. São Paulo, 14 Dez, 2007.

SUZUKI, Kunio. *Entrevista concedida a Guido Fabiano Pinheiro Queiroz*. São Paulo, 17 Jan, 2008.

## 2. Bibliografia Específica

ALBUQUERQUE, Luis de. “Lembrança de Barradas de Carvalho” In: CARVALHO, Joaquim Barradas de. *Esmeraldo de Situ Orbis de Duarte Pacheco Pereira (Edição Crítica)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Serviço de Educação, 1991.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. “Joaquim Barradas de Carvalho: o itinerário de um missionário dos novos tempos (Lisboa, Paris, São Paulo).” In: LEITE, Rui Moreira & LEMOS, Fernando. *A Missão Portuguesa: rotas entrecruzadas*. Bauru: EDUSC, 2003.

FALCON, Francisco. “Revisitando alguns dos temas pesquisados por Barradas – reflexões sobre a história, teoria e metodologia.” No Prelo.

MOTA, Carlos Guilherme. “Joaquim Barradas de Carvalho.” In: *Estudos avançados*. set./dz. 1994, vol.8, no.22, p.289-295.

SERRÃO, Joel. “Duas Palavras não Previstas”. In: CARVALHO, Joaquim Barradas de. *Portugal e as origens do pensamento moderno*. Lisboa: Horizonte, 1981.

### 3. Bibliografia Geral

ALBUQUERQUE, Luis de. *Os Descobrimentos Portugueses*. Alfa. Lisboa, 1986.

AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

ARAGÃO, Augusto et al. *43 Anos de Fascismo em Portugal*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

ARENDDT, Hannah. *Entre o futuro e o passado*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

ARRUDA, José Jobson de Andrade & TENGARRINHA, José Manuel. *Historiografia Luso-Brasileira Contemporânea*. Bauru: EDUSC, 1999.

BLOCH, Marc. *A Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BRAUDEL, Ferdinand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo (séculos XV-XVIII)*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. Vol. 3 – O Tempo do Mundo.

\_\_\_\_\_. *A Dinâmica do Capitalismo*. Lisboa: Editorial Teorema, 1985.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

- CANDIDO, Antonio. "Portugueses no Brasil" In: *O Albatroz e o Chinês*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004
- \_\_\_\_\_. "Prefácio", In: LEITE, Rui Moreira & LEMOS, Fernando. *A Missão Portuguesa: rotas entrecruzadas*. Bauru: EDUSC, 2003.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Forense: Rio de Janeiro, 1982.
- COELHO, José Dias. *A Resistência em Portugal*. Porto: Inova, s/d.
- CORTESÃO, Jaime. *A Expansão dos portugueses no período henriquino*. Lisboa: Horizonte, s/d.
- \_\_\_\_\_. "A vida portuguesa" In: *A vida portuguesa*. Porto, 31 de Outubro de 1912. Nº 1. Disponível em: <<http://purl.pt/284>>
- \_\_\_\_\_. *Factores Democráticos na Formação de Portugal*. Horizonte. Lisboa, 1978.
- DOSSE, Façois. *História do estruturalismo*. São Paulo / Campinas: Ensaio / Editora da Unicamp, 1994. 2 vols.
- ELIADE, Mircea. *Aspectos do Mito*. Lisboa: Edições 70, 1986.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FALCON, Francisco. "Historiografia Portuguesa Contemporânea. Um ensaio histórico-interpretativo", *Revista Estudos Históricos*. 1: *Caminhos da Historiografia*. Rio de Janeiro: F.G.V./CPDOC, 1998.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.
- \_\_\_\_\_. *The Problem of Unbelief in the Sixteenth Century, the Religion of Rabelais*. Cambridge/Londres: Harvard University Press, 1982.
- FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.) *Entre-vistas: abordagens e usos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: CIA das Letras, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A ditadura escancarada*. São Paulo: CIA das Letras, 2002.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. *A economia dos descobrimentos Henriquinos*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1962.
- GRAMSCI, Antonio. *Materialismo histórico e a filosofia de Benedetto Croce*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 1981.
- HALBAWCHS, Maurice. *Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HOBSBAWM, Eric. *Nações e Nacionalismos desde 1780*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- JENKINS, Keith. “Ethical Responsibility and the Historian: on the possible end of a History ‘of a certain kind’” *In: History and Theory, Theme Issue*. Middletown, nº 43, pp 43-60. 2004.
- JONAS, Hans. *O princípio responsabilidade. Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Barcelona: Paidós, 1979.
- LEITE, Rui Moreira & LEMOS, Fernando. *A Missão Portuguesa: rotas entrecruzadas*. Bauru: EDUSC, 2003.
- LOURENÇO, Eduardo. *Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*. Lisboa: Dom Quixote, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Mitologia da Saudade*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Nós e a Europa – ou as duas razões*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1994.
- LÖWITH, Karl. *O sentido da História*. Lisboa: Edições 70, 1991.
- MARQUES, Ana Luiza; RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins & FALCON, Francisco José Calazans. *O FUTURO POR HERANÇA. História e cultura na proposta reformista de Antônio Sérgio*. Rio de Janeiro, 2005. Tese de Doutorado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- OLIVEIRA MARTINS, Joaquim Pedro de. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães Editores, 1972.
- PASCHKES, Maria Luiza. *A ditadura salazarista*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PASSOS, Maria Lúcia Perrone. “O conto do livro fujão” *In: Brasil e Portugal, uns contos e tal*. Lisboa: Prefácio, 2003.
- \_\_\_\_\_. *O herói na crônica de D. João I, de Fernão Lopes*. Lisboa: Prelo, 1974.
- PESSOA, Fernando. *Mensagem*. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- PINTO, Maria Cecília de Moraes. “A missão de Vitor Ramos”. *In: LEITE, Rui Moreira & LEMOS, Fernando. A Missão Portuguesa: rotas entrecruzadas*. Bauru: EDUSC, 2003.
- RAMOS, Ubirajara Bernini. “Portugal Democrático”: *um jornal da resistência ao salazarismo publicado no Brasil*. São Paulo. 2004. Dissertação de Mestrado – PUC-SP.

RODRIGUES, Miguel Urbano Rodrigues. “Portugal Democrático – um jornal revolucionário” In: LEITE, Rui Moreira & LEMOS, Fernando. *A Missão Portuguesa: rotas entrecruzadas*. Bauru: EDUSC, 2003.

SARAMAGO, José. *A jangada de pedra*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

SÉRGIO, Antonio. *Breve Interpretação da História de Portugal*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1977.

\_\_\_\_\_. “O reino cadaveroso ou o problema da cultura em Portugal”, In: *Ensaios*. Lisboa: Sá da Costa, 1972.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A Historiografia Portuguesa, Doutrina e Crítica*. Lisboa: Editorial Verbo, 1971. 3 vol.

SILVA, Douglas Mansur da. “Intelectuais Portugueses Exilados no Brasil (1926-1974): Aspectos Metodológicos de uma Pesquisa.” In: *Revista Estudos Avanzados Interactivos*. Santiago do Chile, v. 3, n. 5, p. 20 pp, 2004.

TORGAL, Luis Reis. “O Estado Novo. Salazarismo, Facismo e Europa.” In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru: EDUSC, 2001.

VELHO, Gilberto. “Memória, identidade e projeto” In: *Projeto e Metamorfose – antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

VIEIRA, Antonio. *História do Futuro*. Lisboa: Casa da Moeda, 1992.

#### 4. Bibliografia de Referência

FERREIRA, Aurélio Buarque de. *Aurélio, séc. XXI*. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1999.

HOUAISS, Antônio & VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LE GOFF, Jacques. “Memória” In: *Enciclopédia Einaudi – I. Memória/História*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

SERRÃO, Joel (dir). *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1968. 6 volumes.

*Wikipédia, a enciclopédia livre*. Disponível em:

<[http://pt.wikipedia.org/wiki/P%C3%A1gina\\_principal](http://pt.wikipedia.org/wiki/P%C3%A1gina_principal)> Último acesso: 29 jun. 2008.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)